

perfis de MEMORÁVEIS

Autores brasileiros
que não alcançaram
o terceiro milênio

CAIO PORFÍRIO
CARNEIRO



EDITORES

- Maria José Dupré • Luís da Câmara Cascudo
Judas Isgorogota • Eurícleles Formiga
Solano Trindade • Fontes Ibiapina
Aluizio Medeiros • Jáder de Carvalho
Geraldo Santos • Fran Martins
Antônio Callado • Caio Prado Júnior
Durval Aires • Moreira Campos
Abgvar Bastos • Válder Nogueira da Silva
Cassiano Ricardo • José Geraldo Vieira
Oliveira Ribeiro Neto • Nelson Claro
Plínio Marcos • Luís Martins
Raimundo de Menezes • Leôncio Basbaum
Mozart Soriano Aderaldo • Bernardo Élis
Ibiapaba Martins • Maria de Lourdes Teixeira
Osman Lins • Antônio Girão Barroso
Tito Batini • Milton Dias
Mário Donato • Mário Graciotti
Julieta de Godoy Ladeira • Edigar de Alencar
Ricardo Ramos • Almeida Fischer
José Mauro de Vasconcelos • Sylvio Monteiro
Kurt Falkenburger • Nelson Palma Travassos
Paulo da Silveira Santos • João Antônio
Antônio D'Elia • Braga Montenegro
Otacílio Colares • Sérgio Milliet
Herculano Pires • Juarez Barroso Ferreira
Sérgio Buarque de Holanda • Marcos Rey
Fernando Góes • Heitor Ferreira Lima
Mário Quintana • Menotti Del Picchia
José J. Veiga • Afonso Schmidt
Décio de Almeida Prado • Henrique L. Alves

Caio Porfírio Carneiro

nasceu a 1º de julho, em Fortaleza, Ceará. É romancista, contista, novelista e crítico literário. Muitas vezes premiado: recebeu, dentre outros, o *Prêmio Afonso Arinos*, da Academia Brasileira de Letras, o *Prêmio Jabuti*, da Câmara Brasileira do Livro, menções honrosas do *Prêmio Governador do Estado de São Paulo* e do *Pen Clube de São Paulo*.

O Sal da Terra é seu principal romance, traduzido para o árabe e o italiano, adaptado para roteiro cinematográfico.

Trapiá, Os Meninos e o Agreste e *O Casarão*, dentre outros, reúnem contos exemplares, antológicos.

Caio Porfírio Carneiro publicou mais de duas dezenas de obras individuais. Participou de inúmeras antologias de contos. Elaborou incontáveis apresentações de livros. Orientou autores novatos em oficinas literárias, palestras e cursos. Foi encarregado, durante vinte anos, do Departamento do Interior do Clube do Livro. Desde 1963 é secretário administrativo, em São Paulo, da União Brasileira de Escritores. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Pen Clube de São Paulo, da Academia Paulistana da História, da Academia de Letras do Brasil (Brasília), da Unión Cultural Americana (Buenos Aires), e sócio-correspondente da Academia Cearense de Letras.

Atenção, escritores, professores, estudantes, pesquisadores, historiadores, editores e demais amantes da literatura. Este livro é um documentário histórico. É testemunho de quem viu de perto o outro lado da arte de escrever, os bastidores do

meio literário nos últimos quarenta anos. É testemunho de quem conviveu com autores, críticos, editores, agitadores culturais. É testemunho de quem observou de ponto de vista privilegiado, em cenas corriqueiras, em circunstâncias triviais, as idiosincrasias de alguns ícones das nossas letras, suas reações ante mínimos conflitos, contrariedades banais, pequenas intrigas, outras em momentos graves, suas dores, mágoas e grandezas.

Há sessenta perfis brevemente esboçados neste livro, todos de memoráveis autores brasileiros que partiram desta vida no último século do milênio vencido. Alguns famosos, reconhecidos em vida por seus pares, pela crítica, pelo público. Outros que não alcançaram a fama, a grande tiragem, o merecido reconhecimento da crítica e do público, mas que nem por isso são menos memoráveis, talentosos que foram, admirados por quem conheceu mais de perto a sua arte, por seus companheiros de trincheira, essa guerra santa entre o pensamento e a palavra, o pensável e o dizível.

O autor não pretendeu, ao escrever este livro, exaurir as bio-bibliografias dos nomes perfilados, mas apenas avivar a chama da nossa esmaecida memória literária, resgatar do esquecimento alguns nomes de talentosos autores, fornecer pistas seguras para pesquisas, estudos e trabalhos mais profundos, sejam críticos ou históricos. É também um bom guia para os interessados em sérias reedições, um mapa de muitos tesouros escondidos por aí, em prateleiras empoeiradas. Vale a pena espaná-las.

Sérgio Valente

Obras do Autor

Trapiá (contos, 1961)

O Sal da Terra (romance, 1965)

Os Meninos e o Agreste (contos, 1969)

Uma Luz no Sertão (romance-reportagem, 1973)

O Casarão (contos, 1975)

Chuva - Os Dez Cavaleiros (contos, 1977)

O Contra-Espelho (contos, 1981)

10 Contos Escolhidos (contos, 1983)

Viagem sem Volta (contos, 1985)

A Oportunidade (novela, 1986)

Profissão: Esperança (Lit. Juvenil, 1986)

Da Terra para o Mar, do Mar para a Terra (Lit. Juvenil, 1987)

Três Caminhos (novela, 1988)

Dias sem Sol (novela, 1988)

Rastro Impreciso (poesias, 1988)

Os Dedos e os Dados (contos, 1989)

Primeira Peregrinação (reminiscências, 1994)

A Partida e a Chegada (contos e narrativas, 1995)

Cajueiro sem Sombra (Lit. Juvenil, 1997)

Mesa de Bar (quase diário, 1997)

Contagem Progressiva (memórias, 1998)

ISBN 85-86441-42-2



9 788586 441424

PERFIS
DE
MEMORÁVEIS
autores brasileiros
que não alcançaram
o terceiro milênio



Caio Porfirio Carneiro
25/10/2007

PERFIS
DE
MEMORÁVEIS
autores brasileiros
que não alcançaram
o terceiro milênio

Caio Porfirio Carneiro



EDITORES

Copyright © 2002 by
Caio Porfírio Carneiro

Capa:
Neide Siqueira

Revisão:
Do próprio Autor

Editoração e fotolitos:
JOIN Bureau de Editoração

Editor:
Reginaldo Dutra

Direitos desta edição reservados à:



EDITORES

Rua Santo Antônio, 555 – 1º A. Conj. 11
CEP 01314-000 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3105-1743 – Fax: (11) 3106-6275
Site: www.rgeditores.com.br
E-mail: rgeditores@yahoo.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carneiro, Caio Porfírio, 1928-

Perfis de memoráveis autores brasileiros que não alcançaram o terceiro milênio / Caio Porfírio Carneiro. – São Paulo : RG Editores, 2002.

1. Escritores brasileiros – Biografia I. Título.

02-1232

CDD-869.98

Índices para catálogo sistemático:

1. Autores brasileiros : Vida e obra : Literatura brasileira 869.98

Perfis, não perfilados, de
algumas figuras das nossas
letras que não tiveram a sorte
(ou a tiveram) de alcançar a
entrada do terceiro milênio.

Em memória e em homenagem
às sessenta figuras aqui
reunidas, que me deram a
honra da sua amizade e me
foram tão úteis na minha
caminhada nas *letras*,
que já vai longa...

O primeiro destes trabalhos escrevi na manhã ensolarada do dia 1º de janeiro de 2.000. Sobre a querida amiga Maria José Dupré. Fui juntando as figuras e vi que dariam para um livro. Pensei até num título: “*Os amigos que não alcançaram os três zeros.*” Muito longo. Como subtítulo, poderia ser.

Mas, por sugestão de amigos, esperei a entrada do terceiro milênio. Deu-me a oportunidade de incluir mais um nome, que se foi no início dos três zeros. E daí a idéia, não para mim, mas para os que se foram e estão aqui mal desenhados, de lhes dar maior perpetuidade. Quem sabe seus nomes e obras varem todo o milênio, se não surgirem, ao correr dele, sérios tropeços, e este mundo, sempre em busca de outros mundos nos espaços cósmicos de outras órbitas, não for também para outro espaço...

Quem viver, verá.

Ou não verá nunca.

São Paulo, 01/01/01 — às 10 hs. da manhã.

São menos que esboços de sessenta figuras das nossas letras, com as quais convivi ou tive momentos de maior aproximação. Traços rápidos que salientam mais como eu os via e quase nada dizem (exceção para pouquíssimos) da obra de cada dessas figuras.

Estão aqui como me saíram no primeiro impulso ao retratá-las, sem nenhum esquema pré-estabelecido para tanto. A espontaneidade imediata foi tudo. Só isto. E isto me bastou.

Ao longo de minha convivência de quase quarenta anos com tantos nomes das nossas letras e da nossa cultura pude vê-los — quantos deles — muito de perto. Por isto, é pequeno o número de “apanhados” e “flagrantes” aqui reunidos. Não me seria difícil dobrá-lo ou triplicá-lo. Sessenta, porém, pareceu-me número razoável para um volume. Fique pois nos sessenta, mesmo porque não tive a menor preocupação com o nível de valor de quaisquer destes nomes, os quais — para me valer de uma expressão novíssima — já não estão entre nós...

Não listei nada. Vieram como me vieram no momento e na lembrança, na hora de rabiscá-los à mão, em cadernos. Alguns poucos, retratados há tempos, foram repintados. E de dois ou três deixei como estavam, porque eu não quis, ou tive medo, de dessacralizar a possível aura que lhes dei.

Se os amigos acharem que valeu a pena dar a público estas lembranças rápidas, muito bem. Poderá até me surgir o alento

para vir ao vivo uma nova série. Não pretendo que ele venha. Mas me chateia ver e saber que muitos amigos queridos ficaram fora desta seleção desordenada. Quem sabe, porém, muitos deles, de onde estiverem ou se não estiverem em lugar nenhum, sintam-se melhor por não terem sido chamados...

Consola-me um pouco.

*Fazenda Pau Caído, Santana do Acaraí, Ceará,
8 de setembro de 2000, 23:45 hs.*

Sumário

Maria José Dupré	13
Judas Isgorogota	17
Solano Trindade	21
Aluízio Medeiros	25
Geraldo Santos	29
Antônio Callado	33
Durval Aires	37
Abguar Bastos	41
Cassiano Ricardo	45
Oliveira Ribeiro Neto	49
Plínio Marcos	53
Raimundo de Menezes	57
Mozart Soriano Aderaldo	61
Ibiapaba Martins	65
Osman Lins	69
Tito Batini	73
Mário Donato	77
Julieta de Godoy Ladeira	81
Ricardo Ramos	85
José Mauro de Vasconcelos	89
Kurt Falkenburger	95
Paulo da Silveira Santos	99
Antônio D'Elia	103
Otacílio Colares	107
Herculano Pires	111
Sérgio Buarque de Holanda	115

Fernando Góes	119
Mário Quintana	123
José J. Veiga	127
Décio de Almeida Prado	131
Luís da Câmara Cascudo	135
Eurícles Formiga	139
Fontes Ibiapina	143
Jáder de Carvalho	147
Fran Martins	151
Caio Prado Júnior	157
Moreira Campos	161
Válter Nogueira da Silva	167
José Geraldo Vieira	171
Nelson Claro	175
Luís Martins	179
Leôncio Basbaum	183
Bernardo Élis	187
Maria de Lourdes Teixeira	191
Antônio Girão Barroso	195
Milton Dias	199
Mário Graciotti	203
Edigar de Alencar	207
Almeida Fischer	211
Sylvio Monteiro	215
Nelson Palma Travassos	219
João Antônio	223
Braga Montenegro	229
Sérgio Milliet	233
Juarez Barroso Ferreira	237
Marcos Rey	241
Heitor Ferreira Lima	245
Menotti Del Picchia	249
Afonso Schmidt	253
Henrique L. Alves	257

Maria José Dupré

Nesta manhã de primeiro de janeiro de 2000 vem-me à lembrança os quantos amigos e conhecidos das letras que não chegaram até aqui, que não alcançaram a passagem dos três noves para os três zeros.

Recordando-me deles, tantos e tantos, toma a dianteira a consagrada romancista e autora de livros juvenis Maria José Dupré, que conheci de perto nas reuniões e festas na União Brasileira de Escritores, aqui em São Paulo, na antiga sede da Rua 24 de Maio, 250 — 13º andar. Antes da morte do marido, Leandro Dupré, famoso engenheiro e hoje nome de rua na capital, assinava-se Sra. Leandro Dupré. Seus romances, em particular o *Éramos Seis*, prefaciado por Monteiro Lobato, alcançavam altos índices de venda.

Era uma senhora distinta, alva, elegante, com aquele porte das pessoas chamadas, então, de bem criadas e de fino trato. Filha de Botucatu, onde nasceu em 1905, bela cidade paulista que deu tantos nomes de valor para as letras nacionais.

Na época em que a UBE andava aposentando escritores, fim da década de sessenta e começo da de setenta, o que não era muito difícil, porque então as portarias e leis do INSS não eram tão rígidas e facilitavam que os escritores, com mais de trinta anos nas letras, conseguissem se aposentar na categoria de *escritor* com cinco salários mínimos, fui procurado pela Maria José Dupré. Queria se aposentar. Tinha tempo de ofício

nas letras e comprovação de obras para isto. O caso dela era fácilimo. Prontifiquei-me, na qualidade de secretário administrativo da entidade, a aposentá-la imediatamente, juntamente com o poeta Menotti Del Picchia, que já estava com a papela-da em andamento.

Andei com a romancista de repartição em repartição do INSS, enfrentando a nossa eterna burocracia. Mas eu já estava um craque no assunto. Conhecia todos os meandros para aposentar um escritor e contava ainda, para isto, com o auxílio do poeta Antônio Carlos Augusto Bonafé, alto funcionário do Instituto. Maria José espantava-se com tudo aquilo, com aquela gente e aquela confusão toda.

Certa tarde de muito calor, lá vou eu com Maria José e Menotti para um dos andares do prédio do INSS, na Av. Nove de Julho, que a maratona corria de uma repartição para outra.

Ali estávamos, o corredor apinhado de gente, vários guichês e muitas filas. Os dois sentaram-se num banco comprido e eu naquele martírio, de guichê em guichê, e avisando aos dois:

— Esperem aí que eu chamo só para assinar os papéis.

E sempre que eu passava em frente ao banco, Maria José me oferecia:

— Quer uma cerveja, Caio?

Um calor dos diabos, um mundo de gente, e ela inocentemente me oferecendo uma cerveja ali na confusão de um dos corredores perdidos do alto de um edifício. Eu voltava a passar, apressado, e ela insistia:

— Quer mesmo uma cerveja, Caio?

Não era piada. Ela oferecia de verdade. Ofereceu tantas vezes, nas minhas idas e vindas, que o Menotti perdeu a paciência:

— Como é que o Caio pode tomar cerveja aqui, Maria José? Não vê onde estamos, no alto deste prédio, no meio desta gente toda?

Ela não se deu por vencida:

— Eu mando buscar. Quer mesmo, Caio?

Menotti balançou a cabeça e eu vi, mais uma vez, que aquela senhora distinta não tinha a menor idéia do que fosse uma repartição pública. Provavelmente, ao longo de sua vida, nunca entrara numa delas.

Não bebi a cerveja e ela se aposentou.

Mas agora, com este calor domingueiro, primeiro dia do ano que se inicia, vem-me a vontade de tomar uma cervejinha, quem sabe ainda oferecida por ela, que se foi em 1984, ouvindo suas palavras calmas e generosas:

— Quer uma cerveja, Caio?

São Paulo, 1/1/2000 — 11 da manhã.

Judas Isgorogota

O poeta Judas Isgorogota trabalhou umas quatro décadas no jornal *A Gazeta*, de São Paulo, fundado por Cásper Líbero, e de lá saiu, não aposentado, mas através de um “acerto” com a direção da empresa, então falida e em mãos de outro grupo, que lhe deu uma importância irrisória pelos anos de trabalho, paga em parcelas mensais. Quando se aposentou como escritor, com a minha ajuda e a ajuda de Antônio Carlos Augusto Bonafé, a Previdência descobriu o “acerto” grosseiro e forçou o jornal a aposentá-lo como devia. Ele nos ficou grato pelo resto da vida e me deu meia dúzia de bom uísque estrangeiro, para que eu me embebedasse à vontade.

Judas não era bem um espírito vingativo, mas quando não gostava de um escritor ou de sua obra, sai da frente... Descia a lenha através da sua página literária d'*A Gazeta*. Arrasava com o sujeito.

Almoçava todos os dias no restaurante da UBE, e nas rodas de amigos não deixava de lembrar coisas da sua terra, Maceió. Veio de lá em 1927, muito moço, e nunca mais voltou para revê-la. Eu não me conformava:

— Por que não vai rever sua terra, Judas? É tão fácil... Vôo de poucas horas

Punha sempre obstáculos, nenhum deles convincente. Gostava também de lembrar os anos de trabalho na editora de Monteiro Lobato. Lobato quem leu os seus primeiros versos

e assombrou-se com o seu talento. Nessa época ainda não adotara o pseudônimo de Judas Isgorogota. Assinava o seu nome verdadeiro: Agnelo Rodrigues de Melo.

Contava-nos que quando passou a adotar o nome de Judas Isgorogota, ainda solteiro, morando numa pensão, foi expulso de lá.

— Por que, dona fulana? Não pago em dia?

— Paga. Mas eu não quero nenhum Judas na minha pensão, nenhum inimigo de Nosso Senhor Jesus Cristo.

E se fez poeta de renome assinando sempre Judas Isgorogota. Agnelo Rodrigues de Melo só em documentos oficiais. Como aconteceu com o escritor Marcos Rey, que nasceu Edmundo Donato.

Eu colaborava semanalmente na sua página literária, resenhando livros. Brigávamos sempre. Quis modificar um texto meu, porque elogiei um livro de José Mauro de Vasconcelos. Ele detestava o Zé Mauro. Eu ameaçava de não escrever mais nenhuma linha para o suplemento dele. Ele recuava e me dava presentes. Tenho ainda comigo uma bela camisa vermelha, importada, caríssima.

Um dia, eu, Volney Milhomem e Clóvis Moura resolvemos fundar uma editora. Chancela bonita: *Editora Pasárgada*. O primeiro livro, belamente impresso e pago totalmente pelo autor, claro, porque não tínhamos nenhum dinheiro e nem distribuidor, foi *Noite Azul*, excelente obra poética de Aluysio Mendonça Sampaio. Até o coquetel de lançamento, muito concorrido, na *Livraria Teixeira*, foi pago pelo Aluysio.

Passamos a ser procurados. Cobrávamos uma faixa de lucro, porque queríamos ficar com algum... Pois o Judas, para nos prestigiar, porque ele tinha editora de graça, a *Saraiva*, que lançava todos os seus livros, publicou pela *Pasárgada* uma seleção dos seus poemas: *XXX Poemas de Judas Isgorogota*, em 1973. Ele escolheu até a gráfica e desembolsou tudo. Foi o último livro dele publicado em vida. Em *Cantos da Visitação*, de 1970, dedicou-me a segunda parte da obra, dividida em cinco.

Não tenho dele nenhuma carta. Tenho o início de uma, não concluída, que começou a escrever a lápis, já muito doente. Quatro ou cinco linhas, que a filha me entregou quase um ano após a sua morte. Dá a entender que me vai fazer um pedido. Não sei se ele não a concluiu por cansaço da doença ou porque achou que não valia mais a pena escrevê-la. Deixou-nos marchando para os oitenta.

Não era um espírito religioso, mas admirava muito a figura de Cristo e muitas passagens da Bíblia, presentes em vários dos seus poemas. No fundo, um artista e um cético.

Sempre bem vestido e de chapéu, pasta debaixo do braço, naquele andar meio bamboleante, estatura mediana e magro, meio encurvado nos seus mais de setenta anos, óculos e olhar voltados para o chão.

São Paulo, 2/1/2000 — 10:30 hs.

Solano Trindade

Quando vi o Solano Trindade pela primeira vez, nos inícios dos anos sessenta, eu não quis acreditar que aquela figura fosse de fato o Solano, o grande e querido Solano, o notável poeta negro, criador do Teatro Popular Brasileiro, autor da excelente obra *Cantares do Meu Povo*. Era também artista plástico. Representava ele uma geração de poetas populares, de estilos personalíssimos, que tinha como figura de destaque Ascenso Ferreira, seu conterrâneo pernambucano, e incorporava outros de tendência mais folclórica, como Cornélio Pires. Mas Solano era diferente, sua poesia mais contundente, assemelhava-se ao grupo apenas no apego ao contato popular, ao interesse de levar suas mensagens diretamente ao povo. O Teatro Popular Brasileiro, por ele criado, é uma variante disto. Solano era negro, socialista convicto, e externava sua arte, quer poética, quer plástica ou teatral, com a exaltação e amostragem viva da cultura negra.

Pois a primeira vez que o vi, na sede da União Brasileira de Escritores, aqui em São Paulo, onde reunia o grupo do Teatro e com ele discutia, pareceu-me um beneditino chegado de uma longa viagem. Muito mal vestido, barbicha branca, cabelos grisalhos, mãos cruzadas ao peito, andava sozinho pelo salão da sede, como se rezasse.

Descobri, em poucos dias, que acabara de conhecer uma grande alma. Solano, para mim, tinha a vivacidade do revolu-

cionário, quando falava, e algo de santo, quando sorria e tomava sua cachacinha. Nas rodas de conversa, manso, parecia estar sempre em grande paz. Era um vulcão com alma dos deuses africanos.

Tornei-me grande amigo dele. Numa das suas concorridas exposições, na sede da entidade, presenteou-me com um dos seus quadros, de linha primitivista: uma negra baiana em destaque e outras em torno dela, numa roda de dança folclórica. Integra a minha pequena pinacoteca.

Quando passou a residir na cidade de Embu, município próximo da capital, fui lá muitas vezes. Ele fez da cidade ponto turístico, porque levou consigo muitos artistas e o seu Teatro Popular Brasileiro.

Numa das vezes em que o visitei encontrei-o doente, sofrendo um reumatismo infeccioso, que progredia rapidamente. E ele não podia melhorar porque não largava mão da sua cachacinha. Não era alcoólatra. Apenas tinha por companhia aquela pinguinha, que tomava com parcimônia.

Estava proibido de beber. Pois nessa visita segredou-me:

— Caio, leve-me até o bar da esquina.

— Você está proibido de beber, Solano.

— Só uma. Disfarça.

O grupo teatral ensaiava em grande área vizinha à sua casa. Saímos de mansinho. Foi grande o meu espanto: ele mal podia andar, as pernas duras. Amparava-se ao meu braço.

Tomou a pinga, voltou e agradeceu com uma piscada de olho.

Poucos anos antes, quando o golpe militar estava para acontecer, assistimos do alto do 13º andar da sede da UBE, um grupo de “senhoras marchadeiras” que se dirigia à Praça da República para mais um comício contra o governo de João Goulart. Ele apontou-me escandalizado:

— Veja, Caio, veja aquele coitado.

Na rabeira das perfumadas senhoras, lá ia um pobre homem, esfarrapado, imundo, com uma bandeirinha brasileira

na mão, fazendo coro com as madamas. Solano não se conformou. Correu à biblioteca, que utilizava como escritório, escreveu a lápis alguma coisa num papel, voltou e me entregou:

— Tome. Este é o retrato daquele pobre tolo. Leia. Fique com ele.

Li. Um pequeno poema antológico, saído de repente da sua revolta de socialista histórico diante do que assistia:

João

Que merda é a vida do João!

Não tem o que comer,

Não tem o que calçar,

Não tem o que vestir,

Não tem onde dormir,

Não tem com quem amar

— E é anti-comunista....

Mostrei o poemeto a todo mundo e passei a cópia dele à sua filha Raquel, bela artista plástica. Guardei o original comigo em algum lugar. Nunca mais o encontrei. Está em alguma pasta do meu arquivo.

Onde, meu Deus?

São Paulo, 3/1/2000 — 20:30 (chove lá fora).

Aluízio Medeiros

Conheci o poeta Aluízio Medeiros quando entrei para o jornal *O Democrata*, em Fortaleza, como auxiliar de revisão, levado pelo meu amigo do bairro Mário Cardoso. Órgão do Partido Comunista e eu, muito moço, aí pelos anos de 1945, 1946, à cata de uns caraminguás. Iria até para o jornal *O Nordeste*, católico, se lá me arranjassem emprego. Aluízio Medeiros era redator, sua mesa em frente à do diretor Aníbal Bonavides. Trabalhava só no período da manhã.

Vivia-se, na época, muita política e literatura. Quanto à política eu praticamente balançava numa corda bamba, porque fora muito católico, verdadeira lavagem cerebral dos padres sacramentinos, holandeses da Igreja de São Benedito. Mas com o alvoroço dos ventos da liberdade, com a queda de Getúlio Vargas e o nome de Luís Carlos Prestes correndo o País, comecei a mudar de cor, já estava róseo e tendia rapidamente para o vermelho. Quanto à literatura, todo mundo lia os escritores brasileiros, particularmente Jorge Amado, a maior figura literária do Partido. E eu nasci um devorador de livros.

Nós, jovens, fazíamos os nossos continhos, nossas poesias, dávamos os primeiros passos nas letras. O amigo Mário Cardoso meteu-se a escrever um romance, na linha do José Lins do Rego, intitulado *Maria Alice*. Encheu cadernos e nunca o terminou. Ele abandonou a idéia lá pelo meio do caminho e

eu guardo os originais comigo. Pediu que eu os rasgasse, o que não fiz.

Pois um dia escrevi uma historinha. Um “conto”. Uma vontade louca de mostrá-lo ao Aluízio Medeiros, poeta consagrado, crítico literário, integrante do famoso grupo Clá, que reunia os maiores da terra. Mas cadê coragem? Aluízio era um homem simples, cordato, mas sério e pouco nos dava atenção, sempre escrevendo em sua mesa de trabalho. Eu já lera, de empréstimo, dois livros de poesias de sua autoria: *Trágico Amanhecer* e *Mundo Evanescente*.

Um dia, consegui um exemplar de *Os Hóspedes*, que ele lançou de parceria com os poetas Otacílio Colares, Antônio Girão Barroso e Artur Eduardo Benevides, todos do grupo Clá. Aproximei-me da sua mesa e pedi seu autógrafo. Ele fez um ar de riso, autografou rapidamente e me perguntou:

— Você gosta de poesia, Caíto?

Era assim que me chamavam no jornal.

— Já escreveu alguma coisa?

O pedido do autógrafo fôra um despiste. Eu já ia preparado. Saquei do bolso algumas folhas datilografadas:

— Escrevi isto. Não sei se presta.

Ele parou de escrever e leu com atenção o meu trabalho. A história se passava numa quermesse. Olhou depois para mim e voltou a ler. E o meu susto não foi deste mundo quando ele falou alto para o diretor do jornal:

— Aníbal, o Caíto é um escritor. Isto é seu mesmo, Caíto?

— É, sim.

— Tem outras coisas?

— Tenho.

— Traga que eu quero ler. Este seu conto tem altos e baixos, mas você já escreve bem, rapaz. Eu não sabia.

Não lhe mostrei os outros trabalhos. Passei a reescrevê-los, para ver se alcançaria resultado melhor. Mas na primeira reunião da direção do jornal, à noite, o que acontecia periodi-

camente, com todos os funcionários da redação e das oficinas presentes, Aluizio Medeiros sugeriu:

— Eu acho que o Caíto deve ir para a redação. Ele sabe escrever.

Passsei para a redação e me meteram logo na reportagem. Aluizio Medeiros continuou me incentivando, indicando-me livros para ler, mas eu queria mesmo era que ele me metesse entre os grandes das letras. Pretensão tola a minha. Ele via em mim uma promessa, mas eu era um molecote, ainda não alcançara os dezoito anos. Ele apenas incentivava-me e às vezes, de igual para igual, conversava longamente comigo num dos bancos da Praça do Ferreira. Quando apareciam outras pessoas e o assunto passava a ser política, ele falava pouco e se retirava. Era um comunista convicto, mas não era de proselitismo.

O tempo passou rápido, o Partido foi para a ilegalidade, Aluizio Medeiros foi para o Rio de Janeiro e eu entrei para a Firma Celso Nunes (Agência da Panair do Brasil). Depois vim para São Paulo. Recebi dele, de surpresa, o segundo volume de *Crítica*, lançado quando ainda no Ceará e onde reunia seus comentários críticos publicados na imprensa local. O primeiro volume eu trouxe comigo na mudança. Fez-me uma dedicatória carinhosa.

Perdemos contato. E o surpreendente veio poucos anos depois. Eu me encontrava no Rio, no Leblom, precisava ir ao centro da cidade e não sabia como. Era noitinha. Vi um homem de pé, sozinho, na praça meio deserta. Aproximei-me:

— O senhor pode me indicar... Aluizio!

Ali estava ele. Um abraço e uma longa conversa. Deu-me o seu endereço e telefone e me disse para procurá-lo. Iria almoçar comigo. Disse até o nome do restaurante, perto das *Edições Cruzeiro*, onde trabalhava.

Metido naquela beleza carioca, passando alguns dias na bandalheira, não procurei o querido poeta e nem lhe telefonei. Até perdi o seu endereço.

Foi a última vez que o vi.

Doença insidiosa levou-o ainda moço, aos cinquenta e três anos, lá pelos inícios dos anos setenta.

São Paulo, 07/01/2000.

Geraldo Santos

Era um rapaz simpático. No vigor da idade. Seus trinta e tantos anos, marchando para os quarenta, se tanto. Trabalhava no mundo publicitário. Muito ligado ao meio intelectual, em particular ao Ricardo Ramos.

Ficamos amigos em 1961, quando ele publicou o livro de contos *Arcanjos em Patrulha*, na coleção "Alvorada", da Editora *Francisco Alves*, a mesma que lançou o meu livro de estréia — *Trapiá* — pouco antes do dele.

Geraldo Santos não era uma promessa literária: era um escritor da melhor qualidade, primeiro time, aplaudidíssimo pela crítica.

Desempenado, cabelo cortado curto, de óculos, saudava a todos com muita alegria. Sempre que ele aparecia no restaurante da União Brasileira de Escritores almoçávamos juntos. Conversava com desembaraço e queria sempre saber dos meus propósitos literários futuros. Opinava, fazia-me sugestões.

Eu soube, um dia, que ele era alérgico a anestesia. Perguntei-lhe, de forma até inconveniente, se era verdade que quase morrera de um choque anafilático. Desconversou:

— Não foi nada. Quem lhe contou?

Alguém me falara e eu não lembrava quem. Voltou, o que fez muitas vezes, a elogiar o meu romance *O Sal da Terra*, lançado pela Editora Civilização Brasileira, do Rio, em 1965.

Não sei se os elogios eram verdadeiros ou vinham da sua cortesia amiga e refinada. Eu é que não me cansava de elogiar os seus romances *Loucos*, *Poetas*, *Amantes* e *O Vento do Mar Aberto*, publicados antes do de contos. Parecia até troca de figurinhas.

— Quem sou eu diante de você, Geraldo? Você é titular e eu sou um reserva que não sai do banco. Você ganhou um monte de prêmios.

— Deixe de ser modesto.

Conversávamos também bastante nos coquetéis de lançamentos de livros, sempre concorridos naquela década, com muita bebida e salgadinhos, nas livrarias centrais de São Paulo, em especial na Livraria Teixeira, naquela década de sessenta.

Parece que o estou vendo: apessoado, enxuto, mais para alto, alvo, bem penteado, óculos que lhe completavam o tipo acabado de um intelectual cordato, gentil e de boas maneiras.

Um dia, voltamos a almoçar juntos, como de hábito, no restaurante da UBE. Outras pessoas, entre elas, lembro-me bem, o poeta Judas Isgorogota, o também poeta e bom declamador Décio Bittencourt, que além de publicar suas poesias em livros gravava-as também, com a própria voz, em *long-plays*, e Euríledes Formiga, poeta mais popular, inteligentíssimo, cérebro de computador: capaz de decorar, ouvindo uma vez apenas, todo um poema com várias estrofes ou um discurso em várias laudas. E outras mais, nas várias pequenas mesas juntas. Os almoços na UBE, nos anos sessenta e setenta, eram uma festa.

Depois, na descida do elevador, falei para o Geraldo Santos que estava organizando um novo livro de contos e perguntei se ele se interessaria em ler alguns. Prontificou-se imediatamente e marcamos um dia, na semana seguinte, para ele receber cópia dos trabalhos.

Mal poderia julgar eu da tragédia que o aguardava. Dois ou três dias depois, vim a saber, precisou ir ao dentista, parece que para uma extração dentária. O certo é que se submeteu a

uma pequena anestesia, a reação foi fulminante e ele não suportou.

Filho de Jundiaí, cidade aqui perto da capital, onde nascera em 1924. Mais velho do que eu quatro anos. Faleceu naquele fatídico 13 de julho de 1967. Contava 43 anos. O mês e dia do seu falecimento eu não me lembrava. Vejo-os aqui nos seus dados bio-bibliográficos. Quanto ao ano, este me ficou gravado na memória.

Não leu os contos inéditos do meu livro *Os Meninos e o Agreste*. Certamente, dado o seu jeito tão cortês, os elogiaria. E quem sabe a sua aura benfazeja ajudou-me a compor bem o livro, porque com ele ganhei o prêmio *Afonso Arinos*, da Academia Brasileira de Letras.

São Paulo, 11/01/2000 — às 9 hs.

Antônio Callado

Encontrei-me com Antônio Callado pela primeira vez no início da década de oitenta, quando ele veio a São Paulo, a convite da União Brasileira de Escritores, para participar de uma recepção de escritores que a entidade organizara no seu estande, na Feira Internacional do Livro, no pavilhão do Ibirapuera. O escritor Henrique L. Alves, dinâmico como nunca vi outro igual, quem tivera a idéia do evento, na primeira gestão de Fábio Lucas na presidência da UBE.

Ficou ele hospedado num hotel de três estrelas, dois quarteirões da sede da UBE, e eu fiquei encarregado de conduzi-lo de táxi até a Feira, à tarde. Quando entrei no saguão do hotel ele estava lá sozinho, esperando-me. Conhecia-me apenas de vista, de um encontro rápido, no Rio. Saudei-o:

— Cheguei, mestre. Vamos.

Olhou o relógio: eram três horas da tarde.

— É cedo ainda, não?

— E o trânsito desta cidade, não conta?

Achou graça. Deveria estar no estande pelas cinco horas. Tínhamos tempo. Então ficamos conversando. Falei muito da minha terra e ele se mostrou interessado pelo movimento cultural do Ceará. Elogiei o seu *Guarup*. Ele elogiou alguns contos meus, que já lera. Mas não foi uma conversa literária. Foi um bate-papo descontraído. Saiu até anedota.

Homem simples, com aquela maneira muito pessoal de falar, destacando as sílabas, sem afetação. Os minutos passaram e ele mesmo quem decidiu, olhando o relógio, segurando-me pelo pulso:

— Acho que já podemos ir. Tem carro esperando?

— Que carro esperando nada, Callado. Vamos de táxi. A UBE ainda não pôde juntar dinheiro para comprar uma bicicleta.

— Então eu pago o táxi.

— Não, não. A entidade paga. A nossa pobreza não chega a tanto.

A conversa agradável continuou por todo o percurso. À noite, na Bienal, perdi-o de vista naquela multidão de gente que lotava o nosso estande e toda a Bienal. Alguém o trouxe de volta. E no dia seguinte voltou ele para o Rio.

Tivemos novos contatos, quase diários, quando ele foi lançado candidato a Intelectual do Ano de 1986 (Troféu *Juca Pato*), Concurso anual da UBE, com o patrocínio da *Folha de S. Paulo*. Foi indicado porque lançara, no ano anterior, a primorosa tradução de *O Amor nos Tempos do Cólera*, de Gabriel García Márquez. A *Folha de S. Paulo* anunciava o andamento do Concurso e eu lhe passava as notícias por telefone.

Veio, com a esposa, a São Paulo para receber o troféu *Juca Pato*. Hospedou-se no Hotel Marabá, a meia quadra da entidade, almoçou no Restaurante La Casserole, no Largo do Arouche, e passou toda a tarde na sala de diretoria da UBE. Deixei-o à vontade, sentado na cadeira do presidente, e lá ficou dando telefonemas.

— Eu pago os telefonemas.

— De jeito nenhum. Mas pode me pagar uma cervejinha à noite, quando o bar da entidade abrir.

Veza por outra eu retornava da secretaria para saber se ele queria alguma coisa.

— Vá para a sua secretaria. Não interrompa o seu trabalho.

Ao entardecer começaram a aparecer diversos diretores e amigos e no começo da noite a sala da diretoria já estava apinhada de gente. A sede, como em todas as festas de entrega do *Juca Pato*, ficou lotada. Ele recebeu o troféu e fez um belo discurso de improviso.

Na saída, me abraçou e me fez prometer visitá-lo quando fosse ao Rio.

Passamos, vez ou outra, a trocar telefonemas. Queria sempre saber se estava em dia com os cofres da entidade. E terminava perguntando:

— Quando aparece? O que está escrevendo?

Um dia, viagem marcada para o Rio, telefonei para ele. Marcamos encontro na Academia Brasileira de Letras. Mas não fui ao Rio e nem lhe telefonei depois.

Quando faleceu, em 1997, eu estava em Fortaleza. Em entrevista ao jornal *O Povo*, da capital, falei bem — claro — do homem íntegro e coerente e do escritor de alto nível que ele foi.

E parece que o estou vendo, com aquele porte espigado, cabelos brancos, tipo forte, elegante, destacando as sílabas na sua maneira muito pessoal de falar.

São Paulo, 21/01/2000 — às 8 hs.

Durval Aires

Parece que estou vendo o Durval Aires batendo rápido numa das máquinas de escrever de *O Democrata*, de Fortaleza. Eu sofria na revisão e ele, pelo que me lembro, fazia trabalhos para a redação mas não aparecia diariamente no jornal. Exercia outras atividades no Partido Comunista. Espírito vivaz, um tanto cerelepe e agitado, os olhos esverdeados sempre buliçosos, retrato acabado de tudo o que fazia, com muita eficiência e rapidez. Inteligente e boa praça.

Discutia-se muita política no jornal, lá para os fundos, junto às oficinas, naqueles idos da segunda metade dos anos 40, depois da queda do Getúlio Vargas e a expansão extraordinária do Partido Comunista. Luis Carlos Prestes uma figura praticamente endeusada.

Nas salas da frente (ali na Senador Pompeu, rua de praticamente todos os jornais da cidade), onde ficava a redação, pouco se falava e muito se escrevia. O Aníbal Bonavides, o Aluizio Medeiros, o Joel e outros mais, sempre de cabeças baixas e escrevendo, concentrados. O Durval pouco tomava parte nas discussões. Dava as suas opiniões rápidas e caía fora. Completamente diverso do Jaime Calado, hoje nome de rua do Bairro de Fátima, auxiliar dos linotipistas Colombo e Gusmão, ex-barbeiro, inteligentíssimo, mas que só via diante de si o camarada Prestes, o camarada Stalin e a União Soviética.

Um dia — o que também era uma constante — discutiu-se muito literatura. E até o Jaime Calado, que pouco entendia disso e nem chegava aos pés dos revisores Roberto Banhos e Mário Cardoso, apareceu para rasgar elogios ao Jorge Amado. Era Jorge e o resto... vinha depois.

O Durval, presente, ouvindo tudo silenciosamente, depois de concordar com Alberto Banhos, admirador ferrenho de Graciliano Ramos, decidiu-se:

— Vou mostrar para vocês como se faz ficção.

Voltou à redação, sentou-se à máquina de escrever da secretaria, e seus dedos voaram. Escreveu umas cinco laudas sem parar, pôs com força o ponto final, quase quebrando a tecla da máquina, e me entregou:

— Mostre a eles este conto. Fiz de uma tacada, você viu. Mostre também ao Aluízio. Ficção é isto, Caíto.

Antes de mostrá-lo à turma, sentei-me perto dele e li tudo. Era uma imitação do *Mar Morto*, do Jorge Amado. Tinha até um pouco de poesia e uma grande descrição do mar aberto, cheio de saveiros. Arrisquei:

— Durval, aqui no Ceará não temos saveiros. Temos jangadas.

— É a mesma coisa.

— Não é não.

— Você não gostou?

— Não é que não gostei. É que parece que a gente está lendo o Jorge. Vou mostrar ao Aluízio.

Tomou-me as folhas da mão:

— Me dê isso aí. Vou dar uma ajeitada. Fiz com muita pressa.

— Não vai mostrar pro pessoal, pro Alberto, pro Colombo, pro Calado, pro Mário Cardoso, pro Domingos?

— Depois. Deixa pra lá.

Não tocou mais no assunto. Sempre que eu voltava a falar no conto, desconversava:

— Estou ajeitando.

E um dia me confessou:

— Você tinha razão. Aquilo que escrevi foi uma bosta. Joguei no lixo. Também, escrito assim às carreiras...

A vida nos levou para caminhos diferentes, mas nos encontramos algumas vezes nas minhas vindas de São Paulo a Fortaleza. Eu o saudava, na sua sala na Reitoria da Universidade Federal do Ceará:

— E os saveiros, Durval?

— Ainda não chegaram aqui. Mas vêm vindo, vêm vindo...

Fez-me belas dedicatórias dos seus livros, que foram poucos ao longo da sua vida.

Quando soube da sua morte, em 1992, fui à minha biblioteca, peguei o seu livro *Barra da Solidão*, folheei-o, mas não li nada, porque, entre as frases, lá estavam os olhos claros, vivos, o riso camarada do Durval, e os seus dedos voando nas teclas da máquina, falando de mar sem fim e de saveiros...

Fortaleza, 31/01/2000.

Abguar Bastos

Impossível falar de Abguar Bastos nestas pinceladas rápidas de figuras das nossas letras que conheci e que não chegaram ao terceiro milênio. Ele quase alcança. Nascido em Belém, em 1902, faleceu em São Paulo aos 92 anos de idade. Fui à sua festa dos 90 anos. Disposto, alegre, trabalhando como um jovem, fez um belo discurso e convidou-nos todos, ali presentes, para a sua festa dos 100 anos.

Abguar esteve sempre ligado à Associação e depois à sua sucessora, União Brasileira de Escritores, exercendo, por mais de uma vez, a vice e a presidência das duas entidades.

Sempre de óculos quase escuros, para esconder algum defeito visual, era de estatura mediana, sério, comedido nos gestos, pouco expansivo. Numa roda de conversa, expressava-se com elegância e desenvoltura, como se medisse as palavras, embora espontâneas, revelando, de pronto, sua inteligência e talento. Para o meu gosto era um contista razoável e um romancista bem melhor. O romance *Safra*, sobre tema amazônico, reeditado e traduzido para o espanhol, era o melhor deles. Sua poesia, de tendência à exaltação, de ótima qualidade. Mas sua vocação era outra.

Embora tenha deixado a terra natal na década de trinta, por motivos políticos, sua alma e suas criações estariam sempre presas ao visgo do seu chão geográfico. Sociólogo, historiador,

etnólogo, deixou uma obra monumental sobre a vida e costumes amazônicos.

Não faltava a um lançamento de livro a que fosse convidado. Era um homem de polidez à antiga, feita de cortesias caladas.

Minha convivência com ele foi de longos anos, e secretariei as suas gestões na presidência da UBE. No Museu da Imagem e do Som do Escritor, fundado na entidade por Aluysio Mendonça Sampaio, Jorge Rizzini, Henrique L. Alves e por mim, gravamos, em entrevista livre, dois cassetes sobre sua vida. A certa altura do depoimento, informou:

— Fui quase noivo, em Manaus, de uma moça muito bonita de nome Jaci, filha do dr. Virgílio de Barros, um figurão da terra. Isso em 1928 e 1929. O velho era um grande obstáculo ao namoro devido às minhas idéias. Nunca mais a vi.

Espantei-me, a gravação correndo:

— Espere, Abguar. Acho que esse dr. Virgílio de que você fala é o pai da minha cunhada Mariazinha, mulher do Manoel, meu irmão mais velho.

Olhou-me curioso:

— Lembro-me dela. Era uma criança.

Resultado: reatou a amizade com a minha cunhada e ficou sabendo tudo sobre a sua amada Jaci, envelhecida, viúva, morando no Rio. Não trocaram nenhuma correspondência, mas ambos ficaram sabendo como se desenrolou a vida de cada um ao longo de tanto tempo. Por conta dessa aproximação, Abguar prefaciou um dos livros do mano Manoel.

Reatei sua amizade com o escritor Braga Montenegro, que viveu parte de sua juventude no Amazonas e se conheceram nas rodas literárias de Manaus. Numa das minhas vindas a Fortaleza, Mestre Braga me agradeceu:

— Você trouxe de volta meu velho amigo Abguar. Eu nada sabia dele há muitas décadas. Apenas que chegou a ser deputado federal.

Passaram a trocar correspondência até a morte do Braga.

Abeguar Bastos Damasceno (esse o seu nome de batismo), além de escritor de mérito, foi de fato deputado federal pelo antigo PTB, militante ativo da Frente Parlamentar Nacionalista, e exerceu o cargo de representante diplomático do Brasil em Varsóvia. Sua bio-bibliografia é riquíssima. Retrato de um homem que deixou um rastro luminoso ao longo da sua vida de quase um século.

Militou sempre na esquerda, com decisão e firmeza, muito embora, sendo amigo do Prestes e tendo escrito um livro excelente sobre o líder comunista, nunca entrou para o Partido.

Quando alguém falava em religião ou vida após a morte, ele cortava com poucas palavras:

— Eu tenho sobre isto umas idéias só minhas.

Conhecia, de perto, os costumes tribais da região norte do País, escreveu livros e publicou artigos sobre o assunto. Era tão apegado a isto que — não sei por quê — sempre me ficou a impressão de que ele acreditava em alguma coisa de pajelança ou o que quer que seja ligado aos mitos indígenas. Sinais sensíveis dos seus ancestrais, neto que era de avô de puro sangue guarani, dos tempos da Guerra do Paraguai, na qual o seu avô se destacara. Quem sabe?

Fortaleza, 31/01/2000 — às 16 hs.

Cassiano Ricardo

Antes de conhecer pessoalmente o grande poeta Cassiano Ricardo tivemos seguidos contatos telefônicos. Ele foi lançado candidato a Intelectual do Ano de 1965 (Troféu *Juca Pato*), que tinha poucos anos de vida e já se transformara na maior láurea do País conferida a um escritor. A União Brasileira de Escritores premiara, antes dele, Santiago Dantas, Afonso Schmidt e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). A *Folha de S. Paulo*, patrocinadora do Concurso, naquela época abria manchetes diárias dando ciência da quantidade de votos apurados. Concorria ele com Guilherme de Almeida e outros nomes de menor expressão.

A obra apresentada por Cassiano Ricardo foi uma coletânea dos seus poemas, intitulada *Poemas Escolhidos*. O seu grande cabo eleitoral foi o escritor Osvaldo Mariano, que logo no início da apuração dos votos, chegados do País inteiro, durante quinze dias, prazo determinado pelo regulamento, trouxe-me um exemplar da obra com uma carinhosa dedicatória do poeta. Foi belamente eleito com 332 votos.

Veza por outra ele conversava comigo por telefone. Com aquela voz anasalada e pausada queria saber como ia a apuração. Na qualidade de secretário da UBE e responsável pela guarda da urna, cheguei quase a acreditar que ele não confiava muito no noticiário da *Folha*. Queria detalhes, tomar ciência

do andamento da votação antes da sua veiculação na imprensa. Surgiu, assim, quase uma amizade por telefone.

Mas só vim a conhecê-lo pessoalmente durante a solenidade de entrega do troféu, no auditório da *Folha*, quando recebeu a láurea das mãos de Alceu Amoroso Lima, vencedor do concurso no ano anterior.

Já adiantado em idade, eu sabia, de retrato e de vê-lo de longe, que era um homem fisicamente feio, o que não era nenhum desdouro nem para ele e nem para ninguém. Queixudo, cabeça enterrada nos ombros, lábios formando bico na boca larga, como se estivesse sempre pronto para assoviar, o poeta não era nenhum artista, daqueles quadradões, de Hollywood. Mas o seu sorriso, o seu abraço longo, o seu olhar nos meus olhos, para além do seu físico, iluminaram-me o grande poeta que eu acabara de conhecer.

— Então você é o Caio Porfírio Carneiro. Muito obrigado por tudo.

— Não fiz nada, poeta. Só a minha obrigação. Você foi eleito por merecimento, pelo seu grande nome e valor.

— Será?

Encontrei-o outras vezes em eventos literários, dos quais não participava muito. Nessas ocasiões sempre me tratava com distinção.

Um dia, telefonou-me e me pediu para que eu fosse ao seu apartamento. Queria se aposentar como escritor. Menotti Del Picchia lhe contara que eu cuidava disso com facilidade.

Recebeu-me na sala do seu apartamento, sozinho, sentado numa cadeira de balanço, cercado com seus quadros, bustos, livros e troféus. Sentei-me perto dele e relatei o que ele deveria fazer para conseguir a aposentadoria. Senti então que, à proporção que eu falava, ia desaparecendo aquela gentileza anterior. Praticamente não me encarava. Olhava mais para as próprias mãos, como se as examinasse, fazia-me perguntas um tanto cerimoniais, e repetia:

— Quer dizer, seu Caio, que eu tenho de coletar tudo isso? Juntar todo esse material para me aposentar?

— Exato. Mas não é difícil. Sua obra é grande e conhecida. Posso lhe ajudar. Já fiz isto para muitos outros.

— Quer dizer que eu tenho de ir a essas repartições?

— Tem. É uma exigência do INSS. Mas eu marco dia e hora.

De *quer dizer* em *quer dizer* vi, claramente, que estava diante de um homem diferente. Pareceu-me que ele queria que eu lhe levasse a aposentadoria pronta, sem se abalar daquela cadeira. Quem sabe um novo prêmio, como o *Juca Pato*.

No correr das minhas explicações, cortou-me:

— Depois volto a lhe chamar.

Aquilo me doeu. Eu não tinha nenhuma obrigação de ir à sua casa para tratar da sua aposentadoria. Levantei-me e mal me despedi:

— Agora, mestre Cassiano, só o senhor indo à UBE. Apenas oriento. O interessado é quem faz tudo.

Não era. Eu quem fazia praticamente tudo, corria as repartições do INSS, sem nenhuma obrigação para isto, só para dar maior prestígio à entidade.

Retirei-me disposto a não mais voltar. E ele não tornou a me telefonar.

Será que naquele momento em que me recebeu no seu apartamento, olhando para as próprias mãos, estaria pensando em escrever mais um belo poema ou esperando que a aposentadoria de escritor lhe caísse às mãos, de repente, pela vontade das musas? Não sei.

Sei que as musas o sacralizaram e perpetuaram seu merecido valor de destaque na história da Poesia brasileira. Mas não conseguiram, infelizmente, aposentá-lo na categoria de escritor. Fazer o quê?

Morreria em 1974, aos 79 anos de idade.

Oliveira Ribeiro Neto

Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto assumiu a presidência da União Brasileira de Escritores num momento difícil da entidade. O então presidente Afonso Schmidt falecera com poucas semanas de mandato, o 1º vice-presidente, Luiz Toledo Machado, viajava pelo Egito, a convite do governo daquele país, e vários diretores, nos idos de 1964, perseguidos pela ditadura recém-instalada no Brasil, foram forçados a “desaparecer”. A UBE ficou praticamente acéfala. Fez-se uma reunião de emergência com os diretores remanescentes, o escritor Ibiapaba Martins à frente, (também com o DOPS no seu encalço), e, por sugestão do diretor Hélio Silveira, convidou-se o Dr. Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto, Pedrinho para os amigos, para assumir a direção da entidade. Convocou-se uma assembléia geral extraordinária a toque de caixa, remanejaram os cargos dos diretores existentes, outros sócios foram convidados para preencherem as vagas, e o Dr. Pedro assumiu a presidência no dia 20 de maio de 1964.

Lembro-me de quando ele entrou na sede pela primeira vez. Cordato, bem posto, bem vestido, calvo e elegante, cumprimentou-nos a todos, um por um.

Assinava-se, literariamente, Oliveira Ribeiro Neto. Exercia alto cargo na Secretaria Estadual de Cultura e fazia parte da diretoria, e depois foi presidente, da Academia Paulista de Letras.

Paulista de velha estirpe, família tradicional, viajado, solteiro. Um cavalheiro no sentido total da palavra. Poeta de valor, tradutor de obras de Shakespeare, ensaísta excelente, romancista, conferencista muito solicitado, na capital e no interior, para palestras sobre os mais diversos assuntos culturais e literários.

Nunca vi, nos três anos em que estive à frente da entidade, mudar em nada a sua conduta e a sua lhanza de trato com qualquer um, diretor ou não. Foi um anteparo valioso às ameaças que pairavam sobre a UBE, considerada antro de comunistas e subversivos. Visitou presídios políticos, procurando libertar associados presos. Esteve, mais de uma vez, no presídio do Hipódromo, o mais famoso da capital paulista, porque muito escritor “esquerdista” e inimigo da “revolução redentora” fora levado para lá. Discutiu com o diretor e, com a sua autoridade mansa e o seu nome muito respeitado, conseguiu abreviar os dias de prisão do escritor Osório Alves de Castro, autor do romance *Porto Calendário*. Mas não visitou quartéis e nem procurou mandões fardados. Guardava, por formação, aquela postura civilista e era ferrenho defensor das liberdades democráticas, da mesma escola da família Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, que nunca cedeu um milímetro em favor da ditadura.

Um dia eu lhe avisei, aflito:

— Dr. Pedro, o Exército vem vasculhar a UBE.

Não alterou sua calma:

— Deixe que venha. Me avise.

Nos seus três anos de mandato, a não ser curtas e ligeiras visitas do DOPS, à procura de endereços de alguns escritores, que nunca demos, nada aconteceu à entidade. A vigilância do Dr. Pedro se fazia apenas com o seu nome e o seu prestígio pessoal.

Simple, comunicativo, gostava de uma boa piada. Comentou, na imprensa, livros meus e eu comentei trabalhos dele. Eu tinha por ele grande afeição e creio que a reciprocidade era verdadeira. Mais velho do que eu vinte anos, pois nascera

em 1908, só começou a decair e perder aquele ar de elegância perto dos oitenta, avizinhandose de sua morte, mas conservou a distinção, a fineza de trato que a todos nós encantava e seduzia.

Já visivelmente doente, encontrei-o um dia numa solenidade na Academia Paulista de Letras e conversamos longamente. Tinha particular predileção pelo meu romance *O Sal da Terra*, que aborda o “mundo cão” dos tarefeiros de salinas do Nordeste.

— É puro cinema, Caio. Precisa filmá-lo.

— De que jeito, Dr. Pedro?

Que eu saiba, só deixou amigos, admiração e respeito entre os que o conheceram (ganhou o troféu *Juca Pato* de 1970), e o que mais me fascinava era ouvir suas conferências. Não improvisava. Lia a conferência do começo ao fim, mas de forma tão brilhante que arrebatava e prendia a atenção de qualquer ouvinte.

Durante uma palestra do Dr. Pedro não se ouvia, no auditório, um zumbido de mosca. Uma beleza.

Saiu da vida com mais de oitenta anos, em 1989.

Fortaleza, 8/2/2000 — às 15 hs.

Plínio Marcos

Plínio Marcos, falecido no final de 1999, era um tipo curioso. Gordo, relaxado no vestir, de sandálias, *short* e gorro na cabeça. Dava a impressão de que andava — impressão apenas — permanentemente sujo. Teve altos e baixos na vida. No início de sua carreira de teatrólogo, estourou com o sucesso retumbante de *Navalha na Carne*, *Abajur Lilás*, *Dois Perdidos Numa Noite Suja...* Depois, com a repressão e a moralidade hipócrita da ditadura, veio a “baixa temporada”. Vendia os seus livros nos bares do bairro do Bexiga, de vida noturna sempre iluminada, em São Paulo, quer no frio, quer no calor; vendia-os diretamente ao consumidor, nas escadarias do Teatro Municipal e nos eventos culturais. Mas quase não os oferecia. Ficava num canto, em pé, calado, e estendia o livro quando alguém passava perto dele. Parecia um pedinte, um mendigo. Claro que não era uma coisa e nem outra. Já que não podia levar os seus textos ao palco, fazia o seu teatro pessoal, naquela postura doída. No fundo, um protesto tremendo e silencioso aos fardados do poder. Calado e firme, parado, esperando...

Sócio da União Brasileira de Escritores, nunca pagou suas anuidades à entidade. Nas poucas vezes em que lá aparecia informava-me, valendo-se do mesmo refrão:

— Qualquer dia passo aqui e pago.

Nas bienais do livro, promovidas pela Câmara Brasileira do Livro, lá estava ele, encostado ao estande da UBE, mostrando os seus livros em edições precárias.

Na gestão do escritor Ricardo Ramos, resolveu-se que no estande da UBE não se venderia mais livros. Seria um ambiente para acolher escritores de fora, divulgar e promover a entidade.

Pois um dia cheguei ao estande e lá estava o Plínio Marcos sentado, pernas estiradas, o corpão todo relaxado, e vários livros seus numa mesinha.

— Plínio, você não está sabendo que ninguém pode mais vender livros aqui?

— Se é porque devo à UBE, Caio, depois eu pago.

— Não é por isto, Plínio. É resolução da diretoria.

Não me deu ouvidos. Lá ficou ele, e gente aparecendo e comprando os seus livros, porque Plínio Marcos era conhecidíssimo e admiradíssimo.

Chegou o Ricardo Ramos, presidente da entidade, e também não gostou:

— Por favor, Plínio. Nem eu posso vender os meus livros aqui. Não estamos expulsando você, você sabe disso. É resolução unânime e definitiva da diretoria. Nem Jorge Amado, nem Rachel, ninguém vende aqui.

— Tudo bem, Ricardo. Vou ficar só mais um pouco. Aqui está ótimo, com este ventinho, e estou muito gordo. E veja que não estou vendendo nada. Os que passam é que pedem. O que é que eu vou fazer? Dar de graça?

Não adiantou insistência, nada. Como um Buda, meio na pasmaceira, lá ficou a bienal inteira. E ia vendendo seus livros, no silêncio, na maciota, indiferente ao burburinho geral. E ninguém ficou com raiva dele. Até eu mudei o meu comportamento:

— Vendendo bem, Plínio?

— Vai indo, vai indo...

Teatrólogo de grande talento, viu a chama da sua arte plena de denúncias trepidantes e ferinas retornar à sua luminosidade anterior nos últimos anos de sua vida. Deu várias entrevistas às televisões, suas peças retornaram aos palcos e as adaptadas ao cinema às telas cinematográficas.

A última vez que o vi foi durante a Feira do Livro de 1999. Organizada pela Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, para competir com a Bienal Internacional do Livro, do Rio de Janeiro, mas não obteve o sucesso esperado.

Lá estava o Plínio Marcos, sozinho num estande vazio, não me lembro de qual editora, só ele e mais ninguém. Sentado, gordo como sempre, uma pilha de livros sobre a mesa ao lado. Saudamo-nos e me aproximei. Não comprei o seu livro. Eu sabia que eram reedições de suas peças, e eu as tenho todas. Conversamos um pouco. Eu praticamente falava sozinho, porque ele era mais de ouvir. Quando me despedi, avisou-me:

— Qualquer dia vou à sede da UBE pagar a minha anuidade. Eu sabia bem que aquilo era um refrão.

Fortaleza, 09/02/2000 — às 8:30 hs

Raimundo de Menezes

Ele emigrou para São Paulo, deixando a sua Fortaleza, no início da década de trinta. Levou a vida inteira como delegado de polícia, no início em cidades do interior paulista, depois na capital, onde se aposentou.

Mas o cearense Raimundo Álvaro de Menezes nunca foi, no fundo, um policial. Guardo a impressão de que sempre empurrou a carreira com a barriga, porque pouco nos contava da sua longa vida de delegado e o seu tipo bonachão era o oposto ao de um profissional dessa carreira. O seu mundo era outro: a literatura. Deixou uma bagagem enorme, onde se incluem antologias, reportagens sobre escritores célebres, biografias e, como arremate, o monumental *Dicionário Literário Brasileiro*, lançado, em primeira edição, em cinco volumes, posteriormente em um apenas, com quase mil páginas e mais de cinco mil verbetes, de Anchieta a escritores de hoje. Muito o ajudei na fase final, para lançamento da obra. Atualizei mais de uma centena de verbetes, remeti cartas-circulares para não sei quantos escritores do país inteiro solicitando seus dados bio-bibliográficos. Foi um trabalho de louco, com a ajuda de Antônio Cândido, Artur Neves, Aureliano Leite, Cecília Edelweiss Saraiva, Clóvis Garcia, Fernando Góes, Henriqueta da Fonseca Saraiva, Rodrigues Crêspo, Leonardo Arroyo, Manuel Albano Amora, Oliveira Ribeiro Neto, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Rolando Morel Pinto, Walter Spalding, Antônio

Luís V. de Ribas Leitão e Inês de Almeida Madeira, para que o dicionário, que Raimundo de Menezes vinha organizando pacientemente há mais de dez anos, sáisse com um mínimo de falhas possíveis. Pensou em desistir mais de uma vez:

— Não adianta. Os verbetes sobre os falecidos não têm problemas, mas os dos vivos envelhecem rapidamente. É um nunca acabar de atualização.

Pura verdade. Só levou a empreitada à frente quando a Editora Saraiva dispôs-se a publicar a obra. Tão cara era que a editora precisou do patrocínio da União de Bancos Brasileiros, S/A. Foi quando formou esse time e o dicionário saiu em grande estilo, em 1969. Sucesso imediato. Alguns nada cobraram para colaborar. Eu recebia alguns caraminguás, creio que verba da editora, que nos pagava por seu intermédio. Nunca perguntei. O dinheiro era pouco, mas o entusiasmo era enorme. Fernando Góes, encarregado de revisar os verbetes das escolas literárias, me dizia:

— A merda deste dicionário tem que sair. A partir dele virão outros, melhores. Este é o alicerce. Ninguém fez nada igual no Brasil.

O Raimundo, que os mais íntimos chamavam de Raimundão, era um tipo robusto, corado, cara redonda, mediano de altura. Parecia um burocrata por trás dos óculos e dos gestos calmos. Organizado, metódico, gostava de tomar uma ou duas doses de uísque nas rodas de amigos. Pouco falava, concordava sobre tudo e sorria. Não parecia nada brilhante. Tinha qualquer coisa de simplório, porque até quando se discutia sobre um livro de sua autoria — a *Vida e Obra de José de Alencar*, por exemplo — abria o sorriso de condescendência ou indiferença e pouco ou nenhum palpite dava.

Pesquisava muito, todas as manhãs, no vasto salão da sua biblioteca, no andar superior da casa muito boa onde morava, no bairro de Vila Olímpia, com a segunda esposa e a única filha desse matrimônio. Os filhos do primeiro casamento, já adultos, eram todos casados.

Mas, via-se bem, ele não se aprofundava em análises naquilo que pesquisava. Sem procurar diminuir o valor da sua obra, muito importante, há nela — fora o dicionário — algo, talvez no estilo um tanto incolor, do eterno burocrata que ele foi.

Mesmo comportamento demonstrou quando ocupou, por vários anos, dois terços do regime militar, a presidência da União Brasileira de Escritores. Exercia o cargo não digo sem autoridade, mas sem entusiasmo, com aquela maneira incolor referida. Todas as quartas-feiras me telefonava para saber se havia alguma coisa a ser discutida em reunião de diretoria:

— Caio, temos alguma novidade hoje?

Ia levando, ia levando. Mas o seu nome e prestígio foram utilíssimos numa época em que a mão forte da ditadura fiscalizava tudo, particularmente os que pensavam. Sucedeu ao dr. Oliveira Ribeiro Neto e na presidência da entidade foi ficando. Colocar quem, naqueles dias negros, no lugar dele?

Éramos muito bons amigos. Não apenas porque fôssemos conterrâneos, mas porque eu era uma espécie de seu auxiliar pessoal. Quando ia fazer uma palestra no interior, pedia-me para acompanhá-lo. Nunca, durante os muitos anos em que presidiu a UBE, eu na secretaria administrativa, tivemos a menor divergência. Quando surgia qualquer falha no andamento dos trabalhos, por culpa minha, e vinha reclamação de algum sócio ou diretor, defendia-me imediatamente. Nunca me deu uma ordem de cima para baixo, o que me injetava mais ânimo de atendê-lo prontamente.

Era assim a sua maneira de ser, de aceitar as pessoas.

Morta a segunda esposa, a boa dona Lourdes, sofreu uma outra viuvez, pior que a anterior, porque já bem mais velho, porque a filha única desse segundo matrimônio, muito jovem, não foi uma boa companhia. Vítima de uma pequena operação, aparentemente boba, lá se foi o Raimundão nos seus mais de oitenta anos, já nos inícios da abertura política, nascido

que foi, em Fortaleza, em 1903. Pertencia à Academia Paulista de Letras.

Os descendentes por pouco não deram fim à sua biblioteca e à rica pinacoteca. Grande parte se salvou por intervenção direta do escritor Ibiapaba Martins, que levou todo o acervo que sobrou para uma escola, que recebeu o seu nome.

Foi, para além do pesquisador, do biógrafo, do dicionarista, um homem bom, um homem de bem.

Fortaleza, 10/02/2000

Mozart Soriano Aderaldo

A minha amizade com Mozart Soriano Aderaldo começou durante o Congresso de Escritores Cearenses, realizado em Fortaleza, em 1975. Bate-papos informais entre as sessões do Congresso, ou no salão principal do Hotel Savaná, na Praça do Ferreira, onde ficou hospedada a delegação de escritores que veio de outros Estados. De onde estávamos sentados, no saguão do hotel, ele apontava prédios na Praça em frente e contava a história de cada um deles.

Ele freqüentava as reuniões que o meu irmão médico João Batista promovia na sua residência, nas quais apareciam vários intelectuais. Numa delas ele não compareceu. Ficamos sabendo que andava muito mal de saúde e era praticamente unânime a opinião geral de que ele não escaparia.

Pois escapou. Na minha vinda seguinte a Fortaleza, encontrei-o na sede da Academia Cearense de Letras, nos altos do Edifício Progresso. Sentamo-nos num canto de mesa e conversamos muito. Parecia outra pessoa, de tão magro e doentio na aparência. Mas foi recuperando forças e a cada vinda minha o Mozart mostrava-se outro, para melhor. Creio, porém, que nunca se recuperou de todo.

Era um homem simples, cordato, atencioso, perfeito cavalheiro. Ensaista, historiador, crítico literário. Estudioso e pesquisador apaixonado da história de Fortaleza.

Num dos nossos encontros, que as minhas vindas ao Ceará sempre foram constantes, novamente nos sentamos à mesma mesa no salão da Academia Cearense de Letras e ele me trouxe, em detalhes, o livro que andava escrevendo sobre a Praça do Ferreira, marco zero da cidade. E não perdoava a arquitetura “revolucionária” que fizeram lá:

— Mataram a Praça do Ferreira. Descaracterizaram-na. Ela tem que voltar a ser o que era.

O livro *A Praça* saiu em 1989. Temos nele toda a história dela. Vez ou outra volto a reler trechos do livro.

Deu-me de presente dez volumes para que eu os distribuisse, em São Paulo, a amigos da imprensa e historiadores, o que fiz com o maior interesse, escolhendo as pessoas, como se eu próprio fosse o autor do livro. Afinal, a Praça do Ferreira está no coração de todos os que nasceram ou moraram em Fortaleza.

Escrevi e publiquei um artigo rasgando elogios, mandei-lhe uma cópia e ele a divulgou largamente na imprensa de Fortaleza e publicou-a na revista do Instituto do Ceará.

Em novo encontro, mostrou-se agradecido à minha ajuda.

— Que ajuda, Mozart? A Praça também é minha. Discuti, nos bancos dela, com amigos, muita política e muita besteira. Você fez um grande favor não apenas à história da cidade, mas a todos nós que a freqüentamos e a vivemos intensamente.

A última vez que o vi, numa das sessões solenes da Academia Cearense de Letras, já no antigo Palácio da Luz, avisou-me:

— Sabe aquele seu artigo sobre o meu livro? Vou publicá-lo também por aí...

Citou-me nomes de jornais e revistas de outros Estados. Não sei se chegou a fazê-lo. Aquele homem simples, sorriso camarada, voltou a adoecer gravemente, mas, como já acontecera uma vez, pensei que também sairia dessa complicação pós-operatória devido à diabetes.

Um dia, em 1995, um amigo me telefonou para São Paulo, à tarde, hora de expediente. A secretaria da União Brasileira de Escritores fervilhando de gente:

— Caio, sabe quem morreu? O Mozart Soriano Aderaldo. Desliguei o aparelho e guardei silêncio.

Você não resistiu, hem, Mozart? Mas a sua obra está aí. E a Praça do Ferreira, remoçada, renovada, voltou a revelar os traços antigos da sua feição, e, o que é o mais importante, imortalizada na pequena grande obra-prima que você nos deixou.

Fique certo, Mozart: a Praça do Ferreira lhe será eternamente grata por isso.

Fortaleza, 14/02/2000, às 16 hs.

Ibiapaba Martins

O escritor Ibiapaba Martins — nome completo: Ibiapaba de Oliveira Martins — era de Botucatu, interior paulista, mesma cidade da Maria José Dupré, Hernâni Donato, Francisco Martins e tantos outros valores das letras de São Paulo. Foi um dos fundadores da União Brasileira de Escritores, pertenceu a várias diretorias exercendo sempre o cargo de secretário, também na antiga Associação Brasileira de Escritores, da qual a UBE é sucessora.

Forte, estatura mediana, cabelos brancos desde moço, chegou a campeão de Judô, conquistando a faixa preta. Jornalista muitos anos. Depois, advogado, com escritório próprio. Nos últimos anos da sua vida, entrou para a Academia Paulista de Letras.

Difícil traçar o perfil de um homem como Ibiapaba Martins. Tinha uma capacidade enorme de fazer e desfazer amizades. Gostava, por temperamento, das intrigas políticas e pessoais no meio literário. Criou, em consequência, muitos dissabores dentro da UBE. Embora não guardasse ódio de ninguém, nunca foi um espírito conciliador. Quando alcançava a conciliação, mais adiante, por motivo irrelevante desmanchava tudo. Embora mantivesse até à morte suas idéias socialistas, sofresse cadeia por isto nos anos da ditadura, e embora defendesse sempre a entidade contra a arrogância dos militares do poder, no varejo, na vida interna da entidade, criou vários atritos

desnecessários. Queria bem à UBE e a queria ver prestigiada, colaborou muito para isto, mas adorava grupinhos e intriguinhas que só magoavam. Não gostava nunca de ser contrariado e via traves em grãos de areia. Era do seu temperamento.

Mantive, durante longos anos, até a sua morte, muito bom relacionamento com ele. Freqüentei muito a sua casa, onde ele gostava, em fins de semana, de reunir os amigos e oferecer suculentos churrascos, regados a cerveja e bom uísque.

Deu sempre mão forte ao presidente Raimundo de Menezes, durante as várias gestões em que ele esteve à frente da UBE. Possuía dois filhos e uma esposa simpaticíssima — D. Odete — e criava cachorro de raça de meter medo. Dono de uma excelente biblioteca e de uma rica pinacoteca, colecionada desde o tempo em que fez, na imprensa, críticas de artes plásticas.

Publicou vários romances e tinha por meta escrever uma epopéia da história paulista desde o desbravamento das matas e ciclo do café e das fazendas de gado, à maneira como fizera Érico Veríssimo com a história gaúcha, através da trilogia *O Tempo e o Vento*.

Embora estes pálidos retratos de amigos escritores não devam incluir crítica maior, elogiosa ou não, à obra dos retratados, forçoso é dizer que o que prejudicou um pouco suas criações foi justamente perseguir esse projeto. São Paulo não teve formação histórica como a gaúcha, cheia de entreveros de fronteira, nem Ibiapava possuía grande fôlego ficcional, o que não quer dizer que sua produção fosse medíocre. Antes pelo contrário. Seus romances, todos bons, alguns ótimos, como *Bocainas do Vento Sul*, ficaram sempre naquele nível da intriga entre as personagens, nunca caminhando para o vôo mais alto, a caminho da epopéia.

Mas isto é outra história. O que importa é que o Ibiapaba era um tipo curioso. Nas rodas de amigos, tomando o seu copo de uísque, sem alterar a voz, criticava muita gente e se achava com o direito de não ser criticado. Se soubesse que

alguém não gostara de um dos seus livros, emburrava e criava logo uma intriga com o “detrator”. Era, no fundo, um espírito contraditório. Tinha o coração bom, ajudava a quem dele precisasse, mas pagava por uma “briguinha”, que irritava grandemente. Elogiou-me e falou mal de mim, falou mal de mim e elogiou-me. Apesar de tudo, fomos amigos a vida inteira.

Tomei um susto quando o vi desfigurado, vitimado pela cirrose. Não fora a bebida a causa disso. Embora bom de copo, nunca foi alcoólatra. Vítima de um acidente automobilístico, quebrou o osso da bacia e passou por mais de uma operação. As contínuas anestésias gerais minaram-lhe o organismo extremamente forte. Passou a usar bengala e as mãos tremiam.

Tive pena dele quando o vi, poucas semanas antes da sua morte, numa das sessões da Academia Paulista de Letras. Ali estava sentado, encarando o orador, não mais o Ibiapaba Martins que sempre conheci. Era um desenho desfigurado dele. Um homem envelhecido e acabado. Trocamos poucas palavras.

Nascido em 1917, vivera pouco mais de sessenta anos. Não fosse o desastre sofrido, que o deixou quase inválido, iria longe, que tinha saúde de touro.

Não é o melhor retrato do amigo, traçado, como os outros deste livro, sem ordenação estudada. São feitos conforme me saem da cabeça na ocasião.

O dele me saiu assim.

Fortaleza, 16/02/2000, às 16:25 hs.

Osman Lins

Morreu tão moço, aos cinqüenta e três anos, vítima de câncer retal. Um cavalheiro, um *gentleman*. Tratava a todos com grande cordialidade. Nunca alterava a voz e a postura, o sorriso amigo iluminando-se sempre nos olhos azuis. Pernambucano de Vitória de Santo Antão, onde nasceu em 1924, *Osman da Costa Lins*, era de tipo físico que lembrava ascendência holandesa, que talvez nem possuísse. Separou-se da primeira esposa e filhos, veio para São Paulo, transferido do Banco do Brasil, onde exercia alta função, e aqui se casou com a escritora Julieta de Godoy Ladeira.

Encontramo-nos pela primeira vez no início dos anos sessenta, na Livraria Francisco Alves, justamente no lançamento do livro de contos do escritor Jorge Medauar — *A Procissão e os Porcos*. Eu do Ceará e ele de Pernambuco, travamos logo uma boa amizade.

Escritor refinado, digno desse nome, preocupado com o valor das palavras e com o andamento formal de uma história, trabalhava seus textos exaustivamente e com grande cuidado. Mas aceitava, discutia e ouvia com atenção escritores de outras tendências literárias, como eu, que quando lancei o meu livro de estréia — *Trapiá* —, de contos regionais, até certo ponto superados no tempo, ele o saudou com elogios discretos e anteviu em mim — palavras dele — um grande contista ao longo da minha carreira. Só não gostava de folclore, embora

nascido e criado num Estado riquíssimo no gênero. Repetia claramente:

— Folclore não me entra.

Lembro-me que um dia, numa viagem ao Rio de Janeiro, visitei, em companhia do escritor Henrique L. Alves, a Editora José Olímpio. Encontramos lá, por acaso, alguns escritores discutindo vivamente, entre eles Otto Lara Rezende e Ciro dos Anjos. É que havia um impasse: a comissão julgadora não chegava a uma decisão para o Prêmio José Olímpio de Literatura, se iria para *Nove Novena*, de Osman Lins, se para *Veranico de Janeiro*, de Bernardo Élis. Obras completamente diferentes e opostas em concepção, estrutura, linguagem, tudo. *Nove Novena* era uma inovação sofisticada. Não era livro para qualquer leitor. *Veranico de Janeiro* resistia e persistia em um regionalismo cáustico e meio satânico, marca do seu autor.

Chegando a São Paulo, telefonei ao Osman:

— Rapaz, o teu livro está lá na José Olímpio numa luta feroz com um de contos do Bernardo Élis. Não sei o que vai sair dessa briga de foice no escuro.

Ouvi o seu riso:

— Está bem. Vamos esperar.

Ganhou o livro do Bernardo Élis. O Osman não demonstrou nenhum abatimento por isto. Sabia absorver com paciência filosófica qualquer golpe recebido. Tanto que numa visita de Bernardo Élis a São Paulo, no meio da conversa lhe perguntei:

— Quer conhecer o Osman Lins?

— Claro. Como é que eu faço?

Liguei para o Osman, no Banco do Brasil:

— Osman, sabe quem está comigo? O Bernardo Élis. Quer marcar encontro com você.

— Traga-o aqui agora, Caio. Espero vocês no corredor do quarto andar.

— Vamos lá, Bernardo. O Osman está te esperando.

Lá estava ele sozinho no grande corredor de gabinetes fechados. Abraçaram-se e sentamo-nos num conjunto de poltronas. Foi uma conversa longa e amigável entre os dois, que terminou com o convite do Osman:

— Vá amanhã no meu apartamento, à noite. Vou receber uns amigos. O Caio sabe onde é.

Era hábito do Osman realizar essas reuniões noturnas, com bebidas e salgadinhos. Eram freqüentadores constantes o José Paulo Paes, o José Geraldo Vieira e a Maria de Lourdes Teixeira. Osman mantinha com os dois últimos uma amizade afetiva. Reunia amigos das mais diversas tendências literárias, completamente diferentes da sua, só para um bate-papo descontraído. Neste ponto, era um escritor eclético, nada exclusivista.

Mas o Bernardo Élis não pôde comparecer e ele lamentou muito.

Guardo de Osman, escritor famoso, respeitabilíssimo, além da amizade, a gratidão de citar o meu nome em todos os ensaios e artigos que publicou sobre o conto brasileiro.

Morreu com a mesma postura de escritor digno como viveu. Chegou a abandonar o seu emprego no Banco do Brasil e de professor na Universidade da cidade de Marília, interior do Estado, para se dedicar às letras em tempo integral. E, muito doente, perguntou ao médico de quantos dias de vida dispunha ainda porque precisava revisar uns originais.

Vi-o, pela última vez, em Natal, em 1978, onde estive para a festa de entrega do Troféu Juca Pato ao folclorista Luís da Câmara Cascado. Estava ele lá fazendo umas conferências e ficamos todos no mesmo hotel. Sabia já que o seu caso era irreversível. Pediu à Julieta para, na volta, passar em Vitória de Santo Antão. Queria rever sua cidade mais uma vez. E em Natal só conversou conosco sobre assuntos culturais, como se fosse viver mais trinta anos.

Eu nunca conhecera uma criatura assim.

Tito Batini

Tito Vezio Batini, esse filho de Salto de Itu, São Paulo, nasceu em 1904, mas foi criado em Avandava, além de excelente romancista foi também, pelo que fez vida a fora, uma personagem rica de surpresas constantes. O pai, italiano, (como também a mãe), ferreiro da estrada de ferro que rompia os sertões paulistas e afugentava os índios, passou ao filho a arte de excelente artesão e artista.

Autodidata, Tito Batini foi praticamente tudo na vida: tipógrafo, aprendiz de torneiro, lustrador de móveis, montador de máquina de costura, ferroviário, jornalista, editor, artista de cinema, roteirista cinematográfico, escritor... e muitas coisas mais. Onde punha a mão ali estava o artista. O problema foram as suas idéias revolucionárias, das quais nunca se afastou, sofrendo em consequência prisões, e sua inata desorganização e inconstância. Eis porque sua vida foi uma sucessão de altos e baixos.

Quando se meteu com literatura, chegou logo com dois romances que fizeram enorme sucesso: *E Agora, Que Fazer?* (1941) e *Entre o Chão e as Estrelas* (1943), este tendo por tema assunto pouco explorado: o futebol.

Tito Batini odiava Oswald de Andrade, porque suas ironias atingiam todo o mundo, sem dor e nem piedade. Oswald só respeitava Mário de Andrade, seu colega da *Semana de 22*, mas não se davam bem.

Pois num artigo ferino, comentando o segundo livro de Batini, fez referências ao primeiro e saiu com esta: *“E agora o que fazer, senhor Tito Batini? Entre o céu e as estrelas, não fazer mais nada...”*. Por isto, quando o nome de Oswald surgia numa roda, ele invariavelmente dizia:

— Um grandíssimo filho da puta.

Tive uma convivência muito estreita e quase diária com o Tito Batini. Diretor da União Brasileira de Escritores em várias gestões, fez da sede da entidade praticamente o seu escritório. Apossou-se de uma grande mesa e nela espalhou cartolinas, madeiras entalhadas, envernizadas e pirografadas em casa com belos poemas seus e belos desenhos, lápis de várias cores, cola, tesoura, canivete... o diabo. Saía todos os dias carregando debaixo do braço aqueles trabalhos manuais, de belos feitios, para vender a amigos. Casado pela segunda vez, com esposa e filhos pequenos para sustentar, era uma luta quase desesperante a vida do Tito, já marchando para os oitenta.

Passou a vida assim. Era do seu espírito boêmio, sempre cheio de ilusões. Abandonou o excelente emprego na Companhia de Gás, nos anos vinte, para lutar pela causa operária. Depois rompeu com Prestes e abandonou o Partido Comunista, não suas idéias. Fez o melhor documentário cinematográfico sobre São Paulo, nas festas do IV Centenário da cidade, em 1954, e agora estava ali, pirografando desenhos e frases poéticas em madeira ou poemas em cartolina. Chegou a fazer um belo álbum, com belíssimas vinhetas, onde, num poema longo, cantava o futebol e exaltava Pelé. Tirou uns cem exemplares ricamente encadernados. Vendeu-os todos, mas andou com problemas financeiros com a gráfica. Ê, seu Tito. Era, no fundo, um visionário. Poderia viver duzentos anos que não mudaria de rota.

Bom conversador, bom papo, alegrava qualquer ambiente, particularmente na UBE, sua segunda casa. Mas afligia-me a sua eterna aflição financeira.

Com muito sacrifício, porque foi difícil reunir a sua própria obra, consegui aposentá-lo na categoria de escritor, com a condição (era a norma) de quitar os débitos não recolhidos ao INSS, em cem parcelas pequenas, o que se fazia com facilidade com o dinheiro da própria aposentadoria.

— Não deixe de pagar em dia, Tito, senão o Instituto pode suspender a sua aposentadoria.

Apesar da vida que levava, escreveu um novo romance: *O Modelador de Máscaras*. Publicara uma meia dúzia de romances e mais um infantil. *O Modelador de Máscaras* era uma bem elaborada obra de ficção poética, lírica, meio fantástica e surrealista, mas a crítica não tomou conhecimento dela. Trabalho gráfico razoável e sem distribuição.

Tito Batini não apresentava a idade que tinha: alto, despenhado, moreno, tipo acabado de um filho do sul da Itália. Falava italiano corretamente, aprendido no lar.

Passado dos oitenta, fumante inveterado, não parava de tossir, aquela tosse catarrosa dos tabagistas.

— Tito, faça um *check-up*. Vá ao médico.

Não acreditava no que chamava de alopátia. Valeu-se, a vida inteira, da homeopatia. Mas um insulto cardíaco fez com que a família o levasse ao Hospital do Coração. Ao receber alta, não seguiu as recomendações médicas. Continuou na mesma vida, agora preocupado com problemas ecológicos, chegando a escrever um álbum, primoroso trabalho plástico a bico de pena, intitulado *Anistia Cósmica*. E escreveu ainda, sem avisar aos amigos, suas memórias — *Memórias de um Socialista Impedernido* —, de publicação póstuma.

Morreu em 1990 como viveu, longe da cama, em plena atividade, bolando idéias novas na dispersão de suas idéias. Os filhos já crescidos, bonitos, caminhando para os primeiros empregos.

No meio de uma palestra (era bom conferencista), foi caindo... foi caindo... Contava oitenta e seis anos de idade.

Sua obra de ficção, tão aplaudida sobretudo na década de quarenta, anda por aí nas estantes dos amigos, no silêncio das bibliotecas, provavelmente em alguns sebos...

São Paulo, 05/03/2000, às 9 hs.

Mário Donato

Irmão mais velho do escritor Marcos Rey (Edmundo Donato), vi o romancista Mário Donato, pela primeira vez, quando, residindo fazia pouco tempo em São Paulo, a antiga Associação Brasileira de Escritores organizou, com um sucesso extraordinário, um curso de literatura brasileira. Mais de mil e quinhentos inscritos. Fui um deles, nos idos de 1956. Assisti as palestras nas primeiras filas de cadeiras do antigo Teatro Record, porque eu chegava muito cedo. Nunca vira um evento literário tão grandioso.

Mário Donato, iniciando a casa dos quarenta, pois nascera em 1915, já se mostrava um pouco calvo, bigodinho, fez uma conferência longa e lida sobre a figura e a obra do poeta Augusto dos Anjos. Começou recitando as primeiras estrofes do poema *Monólogo de uma Sombra*, que abre o livro *Eu*, o único publicado pelo grande filho da Paraíba.

Enquanto eu o ouvia, com a voz pausada e um tanto nazalada, lembrava-me do seu belo romance *Presença de Anita*, que lera quando ainda residia em Fortaleza, e discutira com os amigos sobre o capítulo altamente erótico inserido na obra. Assistira também o filme de grande sucesso baseado nela.

Pois ali estava ele, em carne e osso, poucos metros à minha frente, no palco, entre várias figuras de nomeada que compunham a Mesa, lendo calmamente para o grande público silencioso o seu trabalho sobre o autor do *Eu*. Se a literatura

me fascinava, ali no palco estava um grupo seleta dos que melhor a faziam: Alceu Amoroso Lima, Orígenes Lessa, Lygia Fagundes Telles (moça linda entrada na casa dos trinta), Valter Nogueira da Silva (grande poeta que acabara de lançar, com grande sucesso, o livro *Há Sempre Estrelas no Céu*, o que me levava a crer erradamente que ele andara lendo o romance do João Clímaco Bezerra *Não Há Estrelas no Céu*) e vários outros palestrantes.

Fui encontrá-lo depois, de perto e muitas e muitas vezes, na União Brasileira de Escritores, quando assumi, a convite do escritor Luiz Toledo Machado, a secretaria executiva da entidade, em agosto de 1963. Mario era o presidente. Apesar dos nossos contatos constantes, ele pouco exercia o cargo, nomeado que fora, pelo presidente João Goulart, superintendente da SUPRA, em São Paulo, que tratava da reforma agrária no País. Contactávamo-nos muito por telefone. Quando ele queria que eu tomasse providência sobre alguma coisa, mandava-me bilhetinhos, à maneira de Jânio Quadros. Luiz Toledo Machado, na vice-presidência, quem praticamente dirigia a entidade.

Numa das reuniões que presidiu, deu-nos uma notícia alvissareira:

— Estive com o Jango. Esta metade de andar deste prédio da Rua 24 Maio, onde estamos instalados, vai ser nossa. Ele vai mandar um decreto ao Congresso e acertar tudo com o INSS, proprietário do imóvel.

Entusiasmo geral, que durou pouco e morreu de repente, poucas semanas depois, com o golpe militar de 1964. O presidente João Goulart caiu e Mário Donato sumiu do mapa, perseguido que foi pelos guardiões de “Deus, da Família e da Liberdade”. A UBE procurou defendê-lo, e o fez na medida do possível, mas, naqueles dias negros de “perseguição às bruxas”, pouco se podia fazer.

Passada a onda pior, durante a qual — viemos a saber — até o Carlos Lacerda, um dos líderes do “movimento revolucionário”, procurou defendê-lo — Mário voltou a freqüentar a

entidade. Não exerceu mais cargo na diretoria. Ficava mais no bar, em companhia de Sérgio Milliet, Artur Neves e outros, tomando um uísque, fazendo hora para irem ao Clube dos Artistas, onde faziam noitadas madrugadas adentro. Foi quando me aproximei dele. Não era mais o presidente, era um escritor como os outros. Tal como o seu irmão Marcos Rey, também membro da “patota”, não era de falar muito, mais ouvia, e tinha um excelente senso de humor.

Gostava dos meus contos e nunca deixou de comparecer a um lançamento de livro meu. Tomamos parte juntos, mais de uma vez, de comissões julgadoras de concursos literários. Recordo um, organizado pela prefeitura de Santo André, cuja comissão julgadora fomos eu, ele e Ricardo Ramos. Várias pastas de originais. Conto para não acabar nunca.

Quando nos reunimos, uma tarde, na sede da UBE, cada um com os seus finalistas, Mário começou a contar uma anedota, sem quê nem para quê, sobre a cantora Emilinha Borba. Não a recordo mais. Deve ter sido muito boa, porque rimos a valer. Lá para as tantas, Ricardo perguntou:

— Vamos ficar nisso, nessa conversa mole, ou vamos resolver logo este troço?

Uma coincidência enorme: acertamos os três na escolha dos vencedores. Pois uma das histórias falava justamente de Emilinha Borba. Bom trabalho, cheio de humor. Ganhou um dos primeiros lugares. Mário então arrematou:

— Vocês pensam que a anedota que contei eu ouvi de alguém? Como vocês são burros. Fiz uma montagem, cheia de despistes, quando li este conto.

Foi um dos responsáveis pela fusão das entidades Associação Brasileira de Escritores e Sociedade Paulista de escritores, que se transformaram, em 1958, em União Brasileira de Escritores. Fundou editora, fez publicidade, rádio e foi produtor de programa de televisão. O seu livreto *O Tira Cera*, defesa vibrante e bem humorada das causas nacionais em oposição às imposições econômicas estrangeiras, lideradas pelos Estados

Unidos, fez um sucesso tremendo, muito mais literário e informativo do que o *Zé Brasil*, de Monteiro Lobato, com o antigo vezo sectário dos anos quarenta.

Levou uma vida amorosa meio complicada. O poeta Rolando Roque da Silva repetia sempre:

— Este é o mal do Mário: passou a vida mudando de mulher e vai acabar sozinho.

Apesar dos excelentes romances e obras infantis que deixou, Mário Donato, membro da Academia Paulista de Letras, passou os últimos anos de sua vida meio apagado do mundo das letras. Sem filhos, morava com uma irmã.

Tinha ele, desde os tempos de sua militância na UBE, um pequeno quisto sebácio à altura do queixo e do pescoço. Nunca deu bola para isso. Era um caroço inofensivo e nada mais. Mas com os anos, envelhecido, tudo se complicou e aquilo, que não parecia nada, levá-lo-ia ao túmulo, em 1992.

Vi-o a última vez no velório, no saguão da Academia Paulista. O mesmo nariz pronunciado, calvície total, ali deitado pareceu-me mais baixo e pequeno do que em vida. Marcos Rey, seu irmão, pouco dava atenção aos que chegavam, tratando de tudo, que nem depois de morto alguém se enterra com facilidade.

E eu, ali calado, só me lembrava da Emilinha Borba.

São Paulo. 05/03/2000.

Julieta de Godoy Ladeira

Conheci Julieta de Godoy Ladeira quando ela, eu e João Antônio vencemos um concurso de contos de Natal, no final dos anos cinqüenta, promovido pelo escritor Ricardo Ramos, que dirigia, na época, o suplemento literário do jornal *Última Hora*, de São Paulo. Os contos foram publicados no suplemento, houve coquetel e eu, ela e João Antônio fizemos boa amizade. De então até sua morte, em 1997, tivemos encontros constantes, às vezes esparsos, porque a vida em São Paulo afasta os amigos por meses seguidos. Mas sempre acompanhamos de perto o nosso “andamento” literário.

Enquanto estive casada com o escritor Osman Lins, eu participei das recepções periódicas no apartamento em que moravam. Compareci a muitas delas. Foram noites muito agradáveis, de conversas descontraídas, pouca literatura, boas anedotas, boa bebida e excelentes salgadinhos.

Julieta, paulistana de nascimento, além de escritora, andou sempre metida com publicidade, aulas na faculdade de propaganda, cursos e conferências, chegou a fundar uma editora — *LR Editores* —, onde publicou bons livros, inclusive um romance-memória — *Ponto Final: Katimandu* — de um amigo meu, Lúcio Martins Rodrigues, muito viajado, culto e metido com obras de arte, e que esteve tantas vezes no Nepal que o considerava o seu segundo lar. Fiz as orelhas do livro. Participei de antologia organizada por ela e vice-versa.

Foi sempre uma amizade camarada. Via-nos mais nos lançamentos literários, aos quais ela não ia muito, ou nos cursos literários que dávamos na Casa Mário de Andrade, no tempo eu que a escritora Anna Maria Martins fora diretora. Tirávamos alguns minutos para um dedo de prosa, e ela trazia sempre à baila o nome do Osman Lins, que nunca esqueceu e por cuja divulgação da sua obra sempre batalhou.

Julietta era uma escritora notável, desde sua estréia, em 1962, com o livro de contos *Passe as Férias em Nassau*, com o qual ganhou o prêmio Jabuti do ano. Tenho todos os seus livros autografados e guardo preferência pelo romance *Entre Lobo e Cão*, de 1971.

Com o tempo passando, a idade avançando, talvez a solidão com a morte do Osman Lins, notei que a Julieta ia se tornando uma criatura amargurada. Na sua conversa mansa, quase carinhosa, deixava escapar certa rispidez e renitências que não eram dela quando mais jovem. Teve uma discussão comigo, mostrou-se áspera, quase agressiva, por um motivo bobo, uma nonada, quando dávamos aulas na Casa Mário de Andrade, que me espantou:

— O que é isto, Julieta? Do que é que você está falando?

Passei a ter mais cautela quando a ela me dirigia. Ela, porém, continuou a me tratar como se nada tivesse acontecido. Fiquei com o pé atrás, porque me diziam que ela feria as pessoas por nada.

Pouco anos antes do seu falecimento, tivemos juntos momentos muito agradáveis, porque fomos escolhidos, quatro anos seguidos, só nós dois, para membros do Concurso de Contos promovido pela Secretaria Estadual de Cultura. Um concurso em que concorriam contistas do Estado inteiro. Pastas e mais pastas de textos curtos das mais diversas regiões, que faziam uma pré-seleção nas delegacias das doze regionais da Secretaria.

Trabalho árduo. Tão estafante que às vezes eu parava, dava um tempo, porque já nem sabia se estava selecionando bem ou não.

Desde o primeiro julgamento, combinamos: eu lia tudo sozinho, ela também, e não trocaríamos palavra nem por telefone. Escolheríamos um número determinado de finalistas. Só então nos reuníamos para a confrontação. Da primeira vez, dentre centenas de concorrentes, batemos, acertamos na mosca em aproximadamente oitenta por cento dos escolhidos. Rimos a valer. Foi fácil a classificação dos melhores. No ano seguinte, repetiu-se a dose. No outro, a mesma coisa. Na última vez, um ano antes da sua morte, foi um estouro: os contos que ela selecionou foram exatamente os que selecionei, sem uma discrepância. Brinquei:

— Julieta, como nós julga bem....

— Incrível, Caio.

Verdade. Nossas opiniões sobre o valor de um trabalho de ficção curta eram incrivelmente coincidentes, muito embora nossas linhas literárias fossem tão divergentes.

— Como julgamos bem, hem, Caio?

— Ou pessimamente iguais.

Foi a última vez que nos encontramos e que a vi. Cometi um pecado mortal: soube que ela se submetera a uma operação séria, em conseqüência da qual veio a falecer. Caminhava para a casa dos sessenta. Não lhe dei um único telefonema. Pode, seu Caio, fazer isso com uma amiga das letras, que começou juntamente com você e João Antônio, através de um concurso literário, quatro décadas atrás? Sabe, seu Caio, vá para... vá para...

Não digo nada, porque mereço ir mesmo.

Ricardo Ramos

Conheci Ricardo Ramos quando vencemos, eu, João Antônio e Julieta Godoy Ladeira, um concurso de contos natalinos promovido por ele no suplemento literário do jornal *Última Hora*, de São Paulo, que ele dirigia, no final dos anos cinqüenta. Concorri com o conto *O Pato do Lilico*, que integrava meu livro *Trapiá*, inédito, e que eu esperava fosse o meu lançamento no mundo das letras, como de fato foi. Contos regionais, que eu, cearense com poucos anos de São Paulo, ainda andava muito encharcado do mundo da infância na fazenda do meu avô paterno. Ricardo se dispôs a ler os originais, gostou muito, abriu espaço para mim no seu suplemento da *Última Hora*, publicou nele vários contos meus e quando acertei contrato com a Editora Francisco Alves, com o apoio dos escritores Jorge Medauar e Paulo Dantas, para o lançamento do livro, Ricardo foi quem escreveu as orelhas. E a amizade se firmou. Eu não conhecia praticamente ninguém das letras e ele me apresentou um mundo de gente. Prestigiou os meus lançamentos posteriores. E muitas vezes eu o procurava na empresa de publicidade onde trabalhava, a McCan Ericson, onde exercia alto cargo, para conversa fiada e tomar o seu tempo. Mas ele gostava, porque falávamos muito do nosso Nordeste, ele das suas Alagoas, eu do meu Ceará e da minha Fortaleza, onde residia o contista Moreira Campos, a quem ele admirava bastante, sabia que fora amigo do seu pai Graciliano, mas não o conhecia pessoalmente.

Um dia, Moreira Campos veio a São Paulo, inícios dos anos sessenta, para acertar a publicação do seu livro *As Vozes do Morto*, também pela Editora Francisco Alves. Telefonei para o Ricardo e marcamos encontro, com a presença do Jorge Medauar, num bar da Rua Vieira de Carvalho. Tornaram-se amigos daí por diante.

Tomei parte em várias comissões julgadoras de concursos de contos a convite dele. Dirigia e organizava os concursos literários da Nestlé, anualmente, de repercussão nacional. Avisou-me:

— Ano que vem lhe chamo para a comissão de contos. Se prepare.

O que não aconteceu, porque ele veio a falecer.

Quando assumiu a presidência da União Brasileira de Escritores — março de 1986 a março de 1988 — chamou-me na Diretoria:

— Quanto você ganha tomando conta da secretaria?

Eu ganhava uma micharia, porque a UBE não podia pagar melhor o meu cargo de secretário administrativo da entidade. Ele não se conformou:

— Não, não. Vou aumentar, de qualquer jeito, embora a diretoria se cotize.

— Assim não quero.

Levou o assunto à diretoria e ela concordou com o aumento, substancial para as possibilidades financeiras da UBE, que suportou bem, sem problemas.

Sempre mantivemos uma camaradagem muito boa e afetiva, embora ele fosse do tipo não muito expansivo. Era comedido, um tanto cauteloso, mas estava sempre bem humorado e gostava de boas piadas, ele próprio um excelente piadista. Quando se sentava numa roda para tomar o seu uísque, do qual não se afastava, ia longe. Bom de copo, mas não de ultrapassar aquela medida que chamamos de *saber beber socialmente*. Um belo caráter, um *gentleman*, na acepção exata do termo. Nunca vi Ricardo levantar a voz para alguém ou des-

qualificar amigos das letras. E tinha personalidade suficiente para se impor.

Admirava o pai, Graciliano Ramos, como homem e escritor, mas nunca o trazia à baila. Quando, num meio de conversa, falava-se no velho Graça, ele apenas ouvia. Embora fosse autor de uma obra notável, no conto, no romance, na literatura juvenil, de linha completamente diferente de Graciliano, reconhecida e admirada pela crítica do País inteiro, sentíamos — eu particularmente sentia bem isto — que não lhe era fácil suportar a sombra do pai. Mas era tão íntegro que, antes de morrer, publicou uma obra valiosíssima sobre o seu velho.

Durante o lançamento do livro *Os Anônimos*, de Aluysio Mendonça Sampaio, no salão da UBE, obra premiada pela Academia Brasileira de Letras, conversava ele comigo no meio daquela gente quando se aproximou alguém e apresentou-lhe um amigo:

— Este, fulano, é o filho do Graciliano Ramos.

Ele respondeu polidamente, puxou-me para o auditório, isolado e vazio, e me perguntou:

— Quem são aqueles filhos da puta?

Mas logo se recompôs, soltou uma piada, voltou para a multidão do salão.

Criatura afável, incapaz de magoar alguém. Tivemos, desde que nos conhecemos até a sua morte, uma convivência muito amiga. Quando se dirigia a qualquer colega, pessoalmente ou por telefone, perguntava sempre:

— Como vai, ó intelectual?

Sempre que me pedia algum favor, o que era difícil, porque não gostava de pedir favor a ninguém, eu quebrava galhos para atendê-lo.

Poucos meses antes da sua morte, voltando de viagem a Fortaleza, informei-lhe que o escritor Moreira Campos estava com um novo livro de contos, procurando editora.

— Deixe comigo. Vou falar com ele.

Comunicaram-se por telefone, recebeu os originais e encaminhou-os à Editora Siciliano, que estava para lançar a sua biografia sobre o pai. Moreira Campos telefonou-me vibrando de agradecimento pela ajuda do Ricardo. Mas vieram algumas semanas de silêncio. Moreira Campos, envergonhado de procurá-lo, telefonou-me de Fortaleza para saber do silêncio do Ricardo. Liguei para ele e ele me respondeu:

— Puxa, Caio. Estou em dívida com o Moreira. É que ando fazendo uns exames. Parece que estou com gastrite. Vou telefonar para ele.

Não telefonou. Silêncio de mais uns quinze dias. Então a Lygia Fagundes Telles, sua querida e grande amiga, informou-me por telefone:

— Caio, o Ricardo não vai longe. O estado dele é gravíssimo.

Falou-me da doença e o telefone quase me cai da mão. Não tive coragem de ligar para ele. Falei com d. Marisa, sua esposa, e fiquei sabendo da desgraça do câncer que lhe corroía o fígado. Comuniquei constrangido ao Moreira Campos. E ficamos, todos nós, seus amigos, em tempo de espera.

Resultado: morre o amigo, da mesma doença e com a mesma idade do pai, sessenta e três anos, (nascera em Palmeira dos Índios, Alagoas, em 1929) e a Editora, talvez se sentindo livre do “problema”, não publicou o livro do Moreira Campos, que pediu os originais de volta, e veio a falecer também não muito tempo depois, aos oitenta anos, dizendo-me sempre, através dos meus constantes telefonemas, que não queria mais ver o seu livro publicado.

São Paulo, 18/03/2000.

José Mauro de Vasconcelos

Tornei-me amigo do escritor José Mauro de Vasconcelos desde não sei quando. Antes mesmo da publicação do meu romance *O Sal da Terra*, em 1965. Um livro em que abordo o mundo cão das salinas, as antigas salinas do Cocó, em Fortaleza, engolidas pela febre imobiliária e enorme expansão da cidade. Sei que ele não gostou muito do livro e ficara um tanto ressabiado porque sempre julgou o seu *Barro Blanca*, que trata do mesmo assunto, único e inigualável. Andou falando por ai do meu “livrinho”, numa ironia ferina para diminuí-lo e ridicularizá-lo.

José Mauro era um tipo doentiamente narcisista. Ele era o melhor e acabou. Quando a Editora Melhoramentos, de São Paulo, fez com ele um contrato para lançar todos os seus livros, na década de sessenta, passou a vender horrores. O livro *Meu Pé de Laranja Lima* vendia como água. E os outros, desde o de estréia, *Banana Brava*, foram-lhe ao encalço. Havia propaganda da sua obra, já em mais de dez títulos, até nos ônibus.

Pouco antes desse contrato milionário, publicou ele, pela Editora Hucitec, o romance *Confissões do Frei Abóbora*, do qual não gostei muito. Eu já me dava bem com ele. Mas, como não gostei do livro, redigi uma resenha curta para a página literária do Judas Isgorogota, n’A *Gazeta*, fazendo-lhe ligeiríssimas

restrições. A obra pecava, a meu ver, porque ele tentou mergulhar numa literatura intimista, que nunca foi o seu forte. Toda a sua criação sempre foi leve, direta e fotográfica.

Pois bem. O Judas, que não apreciava nada o Zé Mauro, juntou à minha resenha uma foto do autor e pôs um título escandaloso, que nada tinha a ver com o texto. Fiquei louco da vida. Falei ao Judas que não escreveria mais nada para o seu suplemento e procurei o Zé Mauro para me justificar. Nos lançamentos de livros, na Livraria Teixeira, onde pontificava diariamente, em qualquer lugar onde eu o encontrava, a minha ladainha era a mesma:

— Zé, aquilo foi montagem do Judas. O texto lhe elogia. Fiz, e posso até estar errado, pequenas restrições. Você leu e viu que o título, que não é meu, fez um escândalo por nada. Falei para o Judas que não escreveria mais para a página dele.

José Mauro não respondia nada, fazia-me de ausente e dava-me as costas. De tanto pedir desculpas e ele permanecer naquela pose, indiferente, fui sentindo que eu estava me humilhando demais. Que ele fosse às favas. Voltei a colaborar na página do Judas Isgorogota.

Um dia, um sábado pela manhã, ele entrou na secretaria da União Brasileira de Escritores e me pediu, falando como se não me conhecesse, cópia do regulamento do Concurso Intelectual do Ano. Estava interessado em ser lançado candidato ao maior concurso literário do País e receber o troféu *Juca Pato*. Como só estávamos nós dois na sala, vi que era a oportunidade para uma conversa franca:

— Zé Mauro, podemos agora esclarecer aquilo...

Ele nem me deixou terminar:

— Você não gostou do livro porque é burro.

Aquilo me fundiu a cuca e eu soltei os cachorros:

— Quem você pensa que é, seu escritorzinho de merda? O seu romance é uma merda mesmo. Sua literatura toda é uma bosta só, devia ir para o lixo.

Falei o diabo. Ele se retirou calado e eu caí na cadeira, arrependido do estouro. Mas fazer o quê? O salseiro estava feito.

Poucas semanas depois, estou eu tomando um cafezinho num bar, à noite, a dois quarteirões do Cine Ipiranga, todo iluminado, um mundo de gente. Pré-estréia do filme, parece-me que *Rua Descalça*, baseado no livro do Zé Mauro, do mesmo nome. Lembro-me bem que garoava um pouco. E senti que alguém me tocava o ombro. Viro-me. Ali estava o Zé, me convidando:

— Vamos assistir ao filme.

Fizemos as pazes. Mas, vez ou outra, tínhamos um pega-rabo, porque ele, embora o coração enorme, feria as pessoas, naquela voz calma, quase tímida. Chegou a dizer, na frente de todo o mundo e de mim:

— Caio, o seu romance *O Sal da Terra* é fraquinho, fraquinho...

— Vá tomar no rabo, Zé Mauro.

Eu não deixava por menos. Ele comigo não se zangava mais. Soltou um dia as estribeiras em cima do acadêmico Josué Montello, só porque o Montello escreveu algumas linhas sobre ele de que nem se lembrava mais. Montello nos confessou, na sede da UBE:

— O que é que há com ele? Praticamente agrediu-me por alguma coisinha que nem mais me lembro o que foi.

Conheceu o Érico Veríssimo na minha frente, no auditório da entidade, quando Érico lá compareceu para falar de *O Senhor Embaixador*, seu romance recém-lançado. Como José Mauro ia a Porto Alegre para mais uma das suas inúmeras noites de autógrafos, o Érico pediu-lhe para visitá-lo.

Pois na volta ele me contou:

— Veja você. Telefonei para ele e ele marcou hora, porque tinha de fazer repouso devido ao infarte que sofrera. Quem ele pensa que é? Marcar hora para mim?

Creio que José Mauro de Vasconcelos, no fundo, nunca se livrou de todo da criança que existia dentro dele. Espírito meio aventureiro, foi tudo na vida: garçom, escafandrista, boxer, artista plástico, artista de cinema, modelo da Escola Belas Artes, no Rio, compositor, viveu metido longos anos nas selvas do Brasil Central, tema que aproveitou em alguns de seus livros...

Todas as quintas-feiras, às 17 horas, procurava-me na UBE para tomarmos chá com torradas no Bar e Restaurante Restauradores, em frente. Às vezes, conforme os presentes, fazia-se uma roda grande. Era quando ele, descontraído, demonstrava a todos sua memória privilegiada. Discutiu, certa vez, com o escritor Tassilo de Orpheu Spalding, homem cultíssimo, sobre o livro deste, verdadeiro dicionário da mitologia grega e latina. Zé Mauro deu um *show* e apontou falhas do livro. O Spalding arregalou os olhos:

— Como você decorou todos esses nomes, José Mauro? Pesquisei um tempão.

— Sei lá. Aprendi.

Não parecia, mas era forrado de uma boa bagagem literária e de cultura geral. Acompanhava de perto o que se fazia nas letras e aparecia na praça. Conhecia música erudita e popular e era excelente artista plástico, com várias exposições individuais.

Extremamente simples, nunca o vi de paletó. Quando necessário apresentar-se mais socialmente, usava um blusão. Não dava muita bola ao dinheiro que ganhava. Sustentava, do próprio bolso, os onze filhos do seu motorista. Emotivo. As lágrimas vinham-lhe logo aos olhos por qualquer quadro de miséria que visse. Da mesma forma, estava sempre pronto com o seu estilete para ferir. O diabo todo era o seu narcisismo exacerbado. Alto, tipo elegante, enxuto, olhava sempre para a gente com um certo ar de resguardo ou ironia.

Prometeu-me, sem que eu pedisse, toda a sua rica coleção de selos, só porque eu lhe dissera que andava juntando alguns. Procurou-me, alguns dias depois, desconcertado:

— Caio, eu lhe prometi dar a minha coleção de selos. O filho mais velho do meu motorista pediu. O que vou fazer?

— Deixa pra lá, Zé. Dá para o menino. Eu nem me lembrava mais disso.

— Não, não. Vou lhe dar outra coisa.

Deu-me o original do seu primeiro trabalho de ficção, um conto, inédito, e um belo quadro a óleo (paisagem de beira de rio) de sua autoria, exibido numa de suas exposições.

Presenteou-me com alguns álbuns duplos de Orlando Silva e Bing Crosby, porque sabia que eu os admirava. E me deu ainda os originais do seu romance *Rua Descalça*, a primeira versão datilografada.

Operado de safenas, sua saúde debilitou-se, muito embora há anos não mais bebesse ou fumasse. Mostrou-me, um dia, no peito, uma ponta de linha:

— Qualquer dia puxo isto. Foi da operação de safena. Alguma burrada do médico.

— Procure o médico, Zé. Ele quem pode ver isso.

— Que nada. Qualquer dia puxo isso de uma vez.

Dias após me mostrou o pedaço de linha cirúrgica.

— Doe pra burro. Mas tirei. Vou guardar como lembrança. Mostrei ao cirurgião e esculhambei. Ele disse que isso não tinha importância. Não tinha um caralho, porque não estava no peito dele.

Queixava-se da oscilação constante da sua pressão arterial. Numa dessas, conversando na sua casa, onde morava sozinho, sentiu-se mal. Demorou-se muito para socorrê-lo. Vítima de um derrame cerebral, quase morre. Mas, praticamente morreu em vida, ou seja, transformou-se em vivo morto.

Fui vê-lo, juntamente com a sua queridíssima amiga, escritora Mariazinha Congílio. Ele queria um grande bem à

Mariazinha. Fui com ele mais de uma vez ao apartamento dela ouvir música.

Mariazinha ficou ao seu lado desde o acidente vascular. E quando fomos visitá-lo, ela lhe levou rosas amarelas.

— Ele gosta muito de rosas amarelas, Caio.

Lá estava ele na cama, praticamente embrulhado em lençóis, o tubo no nariz que lhe auxiliava a respiração. Mariazinha procurou se comunicar com ele:

— José Mauro, se estiver me reconhecendo feche duas vezes os olhos.

Ele obedeceu. Não falava. Emitia um sopro de voz, que o auxiliar de cabeceira compreendia praticamente encostando o ouvido aos seus lábios. Não mexia um dedo.

Retirei-me e esperei lá fora. Aquele quadro me traumatizou pelo resto da vida. Tenho certeza de que José Mauro de Vasconcelos, se tivesse condições físicas de acabar com aquilo, teria feito num minuto. O que sofreu aquela criatura, meu Deus, vendo tudo, ouvindo tudo, compreendendo tudo, e sem condições de fazer um único gesto... Logo ele, que, além de escritor, levou uma vida meio aventureira, de temperamento complicado, tão complicado que nem uma mulher o segurava para viverem uma parceria amorosa, e ninguém duvidava da sua masculinidade... O que deve ter sofrido esse homem nos vários meses que passou naquele estado, sem nenhuma melhora? Nascido no Rio em 1920, passou a infância em Natal e depois multiplicou-se em vários personagens. Nem à família, que morava no Rio, dava bola.

Eu não quis mais vê-lo. Soube da sua morte na Fazenda Pau Caído, dos meus ancestrais, no interior do Ceará, em férias. Contava sessenta e quatro anos e ninguém lhe daria cinqüenta.

Olho as primeiras páginas do seu último romance — *Kuriala, Capitão e Carajá*. E aqui está o meu nome impresso, que ele incluiu entre outros, num generoso oferecimento.

Kurt Falkenburger

Austríaco de nascimento, de família com raízes na antiga nobreza real do país, Kurt Falkenburger veio para o Brasil poucos anos após o fim da segunda guerra mundial, mais precisamente em 1950. Abonado, quando o conheci era dono de uma fábrica de buzinas, não sei para que espécie de transporte, e costumava dizer, no seu português correto, mas de sotaque carregado:

— Posso fazer a minha literatura porque tenho atrás de mim mil e trezentos operários.

Escrevia os seus romances em alemão e mandava traduzi-los para o português, publicava-os no Brasil e na Áustria. Romances muito bons. Um deles sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré — *As Botas do Diabo* —, outro sobre o temporal que isolou cidades do litoral paulista — *Abismo* —, outro sobre a extração da cassiterita, e outros mais, de contos e novelas. Fez várias viagens para colher material para escrevê-los. Histórias palpantes, fortes, baseadas na realidade, bem estruturadas. Mas se irritava sempre:

— A tradução do meu novo livro está péssima. Não consigo bons tradutores.

O escritor Sylvio Monteiro, poliglota, que dominava bem o inglês, francês e alemão, tratou com ele a tradução de um dos seus livros. Não chegou ao final.

— Deixa, Sylvio. O seu alemão é pobre. Vou arranjar outro.

Tentei convencê-lo, certa vez:

— Tente em português, Kurt. Você já conhece bem o português. Depois você manda corrigi-lo. É mais fácil.

— Não é a minha língua. E também publico em alemão. Como fica?

Uma sua tradutora falou-me:

— O alemão do Kurt é maravilhoso.

Casado e pai de filhos, viajava sozinho periodicamente à Áustria, onde residia parte da sua família. E a turma maliciava:

— Essas viagens do Kurt é para ir buscar dinheiro. A família dele deve ser podre de rica.

Morava numa belíssima mansão, no bairro Chácara Flora, onde residia a alta burguesia paulistana. Passamos lá um dia inteiro, eu e o escritor Sylvio Monteiro, e enchemos a cara do melhor uísque. Vimos a esposa e filhos de longe. Não nos apresentou.

Associou-se à União Brasileira de Escritores e acabou ocupando cargo na diretoria, na gestão de Raimundo de Menezes, período — março de 1978 a março de 1980.

Era um cavalheiro refinado, sempre alegre, com parentesco que vinha da nobreza austríaca. Bebia uísque no bar da UBE e saía sempre comigo e com o escritor Sylvio Monteiro para percorrermos as boates da cidade. Topava tudo e pagava tudo, porque tinha atrás de si 1.300 operários.

Mas, pelo visto, não ia à fábrica. Embora não fosse um boêmio completo, gostava da boa vida e de literatura. Seus prepostos deviam tomar conta de tudo, ou a sua família, não sei.

Depois juntaram-se ao “time” o escritor Nelson Claro, outro abonado, e o poeta Antônio Carlos Augusto Bonafé, que me auxiliou muito nas aposentadorias de escritores.

Kurt não tinha nada de pose de industrial. Era um camaradão. Boate de classe ou inferninho para ele, como para nós, pobretões, eram a mesma coisa. Ele falava muito do tempo da

guerra, onde serviu, na linha de frente do exército alemão. Entrava em detalhes:

— Éramos quatro irmãos. Fomos todos convocados. Cada um serviu em setor diferente, nas diversas frentes. Eu marchei na linha de frente no primeiro dia da invasão da União Soviética, em 21 de junho de 1941. Servi três anos naquele inferno. No começo foi quase um passeio, depois, meus amigos, veio o desastre.

Perguntei certa vez:

— Você matou algum russo?

— No inferno das metralhadoras, não sei. Mas matei um, sim. Ele pulou dentro da minha trincheira e eu o aparei na ponta da bioneta. Atravessei o coitado.

— Você teve remorso, Kurt?

— Numa guerra a gente nunca pensa nisso. Quer sobreviver. Fui ferido quatro vezes.

— Quando você desconfiou que iam perder a guerra?

— Nunca, porque a propaganda era uma verdadeira lavagem cerebral, apesar das retiradas. Senti que estávamos perdidos, sabe quando? Recebi um telegrama comunicando a morte de um dos meus irmãos. Depois a morte de outro. Depois me mandaram para a retaguarda. Então desconfiei que tinha morrido o terceiro, o que foi logo confirmado. Era costume preservar a vida do último filho homem. Mandaram-me logo depois para a frente ocidental, na França. Pois um dia me convocaram de novo para a linha de frente, no exército de Rommel, que enfrentava os americanos. Eu disse a um amigo: perdemos a guerra. Você sabe que sou o último filho homem da minha família. Vou para a linha de frente. A quebra da tradição, você conhece e fique calado, é porque estamos no fim.

— Você matou algum americano?

— O americano, para mim, é um péssimo soldado. Mas o poder de fogo dos americanos era uma barbaridade. Matei um, num dia calmo, quando eu inspecionava uma casa, que me parecia abandonada. Encontramo-nos, frente a frente, na curva

do alpendre. Ele me encarou, espantado, e eu o encarei também. Estávamos ambos com metralhadoras. Ele ficou indeciso, eu também, mas decidi primeiro: crivei-o de balas. Que merda, seu Caio. A primeira vez que vi esse cara na vida, novo como eu, lá do outro lado do Atlântico, um tipo até bonito, e eu o costurei de balas. Podíamos ter sido amigos. Pois a guerra é assim. É você ou ele. Guardei bem na memória o olhar dele, me fitando. Remorso? Não sei. É mais pena. Vamos tomar outro uísque. Acompanha?

A fábrica foi desfeita ou vendida e ele foi com a família para Florianópolis. Nunca mais nos vimos. Soube que dirigia supermercado por lá. Faleceu ainda moço, em 1989, de problemas cardíacos, na faixa dos sessenta

Guardo dele uma lembrança carinhosa e amiga. Nem parecia, pelo comportamento e temperamento, de origem germânica. Em tudo, era muito mais brasileiro. Simples e risinho, possuía excelente cultura geral.

São Paulo, 02/04/2000 — 11 hs.

Paulo da Silveira Santos

Foi uma das criaturas mais humanas que conheci. Membro da diretoria da UBE em várias gestões. Bastante calvo, um tanto baixo e corado, mais para gordo, óculos presos no nariz, sem as aspas que os prendem nas orelhas, sempre bem composto, engravatado e de chapéu. O tipo do burocrata de boa função pública de décadas atrás. Tudo nele era correto. Não perdia uma sessão da diretoria da entidade. Sentava-se numa das cadeiras em torno da longa mesa e lá ficava calado, sem abrir a boca, até o fim. Então punha o chapéu e se retirava. Nunca vi o Paulinho — como o chamávamos — pedir a palavra ou dar um palpite durante as sessões.

Solteirão, marchando para os sessenta anos, morava numa pensão familiar (creio que uma das últimas de São Paulo) na Avenida Duque de Caxias. Comparecia a todos os lançamentos de livros, mas nunca os comprava. Até em lançamento meu pedia-me:

— Me empreste o seu livro. Eu leio, comento, depois devolvo.

Era um “unha de vaca” como nunca vi outro igual. Nas reuniões descontraídas no bar da UBE, se bebia uma cerveja, ficava só nessa para não pagar outra. Se alguém oferecia, tudo bem. E estava sempre nos avisando:

— Hoje tem lançamento do livro de fulano. Coquetel de primeira. Vocês não vão?

Quando o escritor Raimundo de Menezes, na presidência UBE, lançou, no salão da entidade, a 2ª edição do seu *Dicionário de Literatura Brasileira*, ele se viu obrigado, porque fazia parte da diretoria, a adquirir um exemplar. Mas, para isto, se deslocou até a Livraria Teixeira, na Rua Marconi, e voltou suado:

— Fui comprar na Teixeira. Lá eles me dão abatimento de dez por cento. Aqui é muito caro.

Sócio de uma farmácia em São Roque, município próximo da capital, para lá ia todos os fins-de-semana, diziam que para examinar de perto tudo, estoque e vendas, frasco por frasco.

Não perdia uma excursão de escritores ao interior. Numa dessas, dividi com ele o mesmo quarto. Para mim, meio desorganizado, foi uma tortura aqueles dois dias em Pindamonhangaba. Ele abriu a sua malota e foi colocando numa mesinha, em ordem milimetricamente correta, pasta, escova, tesourinha, talco, sabonete, e sei eu mais o quê, num trabalho paciente e demorado. Abriu o guarda-roupa e guardou as peças com tanto cuidado que parecia que estava chegando de uma longa viagem com três malas de roupas. Abria e fechava gaveta.

— Paulinho, joga tudo isso da mesinha no armário do banheiro. E para que toda essa trabalhadeira no guarda-roupa? Você trouxe três ou quatro mudas.

Nada respondeu. Demorou mais de hora para desfazer tudo e encostar a malota num canto do quarto. Nunca vi coisa igual. E na volta, para colocar tudo na malota, como trouxera, foi outro tempão. Dormiu com um pijama listrado, vistoso, as mãos sempre correndo ao longo dele, para desfazer as dobras.

Todos gostavam dele, porque não se metia na vida de ninguém, um sorriso cortês para todos. Ia levando a sua, silenciosamente, naquela organização pessoal que lhe tomava grande tempo.

Mas por trás daquela aparência meio escondida escondia-se, de fato, um homem de notável talento, pesquisador cuida-

doso da história de São Paulo. E escrevia magistralmente bem. Dentre os melhores e argutos comentários que possuo sobre os meus livros, estão os trabalhos do Paulo da Silveira Santos. Sem falsos e fáceis elogios, ele descia fundo e ia fundo na análise de qualquer livro, fosse literatura ou não. Verdadeiros e primorosos ensaios. Publicava-os n'*O Estado de S. Paulo* e em jornais de Sorocaba, Piracicaba e outras cidades do interior. Colaborava também para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao qual pertencia.

Não deixou obra extensa. Além dos artigos, algumas plaquetes e opúsculos. Um deles, que mereceu o prêmio do Pen Clube de São Paulo, é um ensaio histórico da melhor qualidade sobre o Conselheiro Carrão, que dá nome hoje a um dos bairros da capital e foi professor da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, onde estudaram Alencar, Rui, Castro Alves e outras celebridades. Para escrevê-lo passou semanas, meses, pesquisando em arquivos e velhos jornais.

A obra não pôde ser vendida, porque o prêmio foi a publicação. Deu-me um exemplar com uma carinhosa dedicatória. Mas, se fosse por sua vontade, não daria um exemplar, venderia todos, porque, em se falando em dinheiro, o Paulinho... pelo amor de Deus.

Criatura humaníssima. Amealhou apenas os seus tostões, porque a sua filosofia econômica não enriquecia ninguém. Foi avaro até na produção intelectual.

Mas o que deixou escrito, muito mais do que amealhou ou tentou amealhar, vale ouro do melhor quilate.

Essa a fortuna que deixou para a posteridade.

São Paulo, 4/4/2000 — às 9:30 hs.

Antônio D'Elia

Conheci Antônio D'Elia quando me apresentei na sede da União Brasileira de Escritores, levado por Mário da Silva Brito, para tornar-me associado, nos idos de 1961. Tipo forte, corado, feições largas, óculos, voz firme e mais para rouca, nariz avermelhado. Tinha os seus cinqüenta anos. Pareceu-me muito sério. Preenchi a ficha, entreguei o meu livro de estréia — *Trapiá* — e ele me respondeu um tanto secamente:

— Você já é autor. Sua proposta deverá ser aprovada. Depois da reunião de diretoria lhe comunico.

Chamou-me uma semana depois, informou-me que a minha proposta de inscrição fora aprovada e que ia preparar a minha carteirinha de associado. Agradei e quando me preparei para sair ele me chamou e levou-me ao bar da entidade. Estava aberto àquela hora da tarde, o sol lá fora. E havia uma roda de escritores conversando e alguns bebendo. Recordo que estavam presentes Artur Neves e Rolando Roque da Silva. Este trabalhava na secretaria com Antônio D'Elia.

D'Elia ofereceu-me uma bebida. Pensei em pedir uma cerveja, mas antecipou-se e pediu ao garçom um conhaque. Eu bebi o conhaque e fiquei ali sentado, sem falar nada. Esperei um pouco de tempo, despedi-me e ele me falou:

— Li o seu livro. O Mário tinha razão. É muito bom.

Continuei achando-o meio fechadão, até um pouco antipático. E mal sabia eu que, não demoraria muito, ele e Rolando

Roque deixariam a secretaria da UBE, depois de um desentendimento na diretoria entre Mário Donato e Paulo Duarte. Paulo presidente e Mário 1º Vice. Um grupo não grande de escritores acompanhou Paulo Duarte e demitiu-se da entidade, o que não provocou uma nova cisão, a primeira acontecida pouco mais de uma década antes, por motivos políticos.

Pouco passei a me encontrar com o D'Elia. Ele foi tomar conta do escritório da revista *Anhambi*, de Paulo Duarte, numa das salas da Galeria Barão, meia quadra da UBE. Via-o em lançamentos de livros e saudávamo-nos à distância. E me senti meio constrangido porque, pouco tempo depois, eu passaria a ocupar o cargo dele na entidade.

Mas quando publiquei o romance *O Sal da Terra*, não demorou nem um mês do seu lançamento nas livrarias e vejo publicado, no *Diário de S Paulo*, dos Diários Associados, um belíssimo artigo elogiando o meu livro assinado por ele. Artigo quase de página inteira. Fui procurá-lo no escritório da revista *Anhambi* e conversamos muito. Daí para a frente sempre que me sobrava um tempinho eu ia lá bater um papo.

Ele admirava muito o crítico cearense Braga Montenegro, correspondiam-se, mas não se conheciam pessoalmente. Quando Braga veio a São Paulo levei-o no dia seguinte da sua chegada para conhecer o D'Elia e conversaram uma tarde inteira. E lá voltamos muitas vezes.

Antônio D'Elia quem me contou que o escritor João de Minas (Ariosto Palombo), que alcançara grande sucesso com os seus livros na década de trinta e andava agora feito “papa” de uma seita religiosa, não conseguira entrar para a UBE porque o então presidente Paulo Duarte vetou. Não queria que aquele escritor extraordinário, mas meio mitômano, fosse “macular” os quadros da entidade.

Nunca mais D'Elia pôs os pés na UBE. Muitos outros escritores voltaram a freqüentá-la, inclusive o poeta Rolando Roque da Silva. Mas ele e Paulo Duarte, embora os esforços e insistências do presidente Raimundo de Menezes, não voltaram

atrás. Só abria exceção para mim, quando lá eu fazia lançamento dos meus livros, e para outros poucos amigos chegados. Adquiria o livro, abraçava o autor, e ia embora.

Meus contatos com ele não foram permanentes, mas nos tornamos verdadeiros amigos. Belíssimo escritor, autor de excelentes livros de contos como *A Mão e a Aldrava* e *Os Pistoleiros de Pistóia*, personalíssimo na sua maneira de escrever, com muito humor e graça, frases cheias de achados literários. Aos poucos foi se afastando dos meios literários. Mas sempre que eu o encontrava, gritava de longe:

— Grande D'Elia!

Quando entrou para a Academia Paulista de Letras fui à sua posse e lhe dei um grande e merecido abraço. Ele, que não era muito expansivo, parcimonioso e calmo até nas conversas demoradas, agradeceu-me com apenas duas palavras:

— Obrigado, Caio.

A não ser alguma conversa rápida por telefone, nunca mais o vi, embora a distância da sede da UBE à Academia fosse de poucas quadras.

Sua morte, na faixa dos setenta, não provocou maior repercussão. E creio que ele, por temperamento, não desejaria que provocasse. Mas esse paulistano retraído deixou uma obra valiosíssima, que pede reedição. Mas quanta gente boa, que se foi, não está aí com sua obra esquecida, que este país vive mesmo de esquecer...

Ficou-me a lembrança de um homem de letras de valor, íntegro, cordato, com aquele meio sorriso bem composto das criaturas de fino trato, que nos deixou em 1993.

São Paulo, 9/4/200

Otacílio Colares

Eu sabia que Otacílio Colares integrava o Grupo Clã, de Fortaleza, e já lera, quando lá residia, vários de seus sonetos, particularmente suas publicações na revista do Grupo, dirigida pelo escritor Fran Martins. Eu o conhecia de vista, às vezes conversando com o poeta Aluízio Medeiros em passagens rápidas pelo jornal *O Democrata*, onde eu trabalhava.

Numa das minhas voltas ao Ceará, para lançar o meu livro de contos *O Casarão*, que ganhara o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, mandei-lhe um convite, ele compareceu e não quis o exemplar de graça que eu ia lhe oferecer. Comprou.

Qual não foi a minha surpresa quando li, pouco tempo depois, na revista da Academia Cearense de Letras, um longo trabalho seu sobre o conto que abre o livro — *A Herança*. Procurei-o na Universidade Federal do Ceará, onde era professor, e mantivemos uma longa conversa. Ele tinha sido amigo, na década de trinta e começo da de quarenta, do meu irmão mais velho, Manoel, e freqüentava as reuniões promovidas pelo meu outro irmão, João Batista, médico urologista, residente em Fortaleza.

Então os encontros se amiudaram, alguns deles na casa de praia do mano médico, onde comparecia sempre o Cláudio Martins, também com casa de praia bem próxima à do mano. Cláudio, do clã dos Martins intelectuais, presidia a Academia Cearense de Letras e, com sua verve, dominava qualquer roda.

Otacílio Colares era muito inteligente, espirituoso, embora um tanto formal. Amulatado, mantinha aquele porte, não de pose, mas de — como direi? — intelectual. Mas gostava também de um papo descontraído, não chegando à expansão de um Cláudio Martins ou de um Milton Dias, este um dos melhores cronistas do Ceará e do País. Um tanto tradicionalista, não ia muito com as renovações e inovações mais modernas no campo das letras, particularmente na poesia, seu terreno preferido. Sonetista por excelência, dedicava-se também ao ensaio. Além da obra poética, deixou, em quatro volumes, estudos excelentes sobre nomes e obras das letras cearenses, de um valor inestimável, a que deu o título geral de *Lembrados e Esquecidos*. Tornou-se jornalista muito moço, época em que fez amizade com o meu irmão Manoel, que trabalhava no jornal *O Estado*, da capital.

Nos saraus na casa do mano João Batista, ele permanecia um tanto arredio, para, de repente, soltar, sem rir, uma boa piada ou recitar uma estrofe fescenina do poeta popular José Limeira, o consagrado “poeta do absurdo”, ou de outro cantor nordestino. Era mesmo, para mim, o tipo do *intelectual*, na conduta e nas conversas.

Quando do Congresso Cearense de Escritores, realizado em Fortaleza, em 1975, fomos escolhidos, eu, ele e o Antônio Girão Barroso, para redigirmos o resumo final do encontro. Foi uma tortura. O Girão, sempre inquieto, caiu logo fora. Ficamos eu e ele. Eu tinha muita experiência com esse tipo de redação, porque participara de dezenas de encontros no Sul e sempre fui convidado para ajudar a redigir tais pareceres. Fiz rapidamente um esboço geral que foi prontamente aceito pelos presentes. Precisava apenas uma demão final. Foi quando o Otacílio passou a ler frase por frase. A sua intenção não era encontrar erros. Era a visão do sonetista de encontrar o que ele chamava de “vocábulo certo”. Ia riscando e dizendo:

— Não acha melhor assim, Caio?

O Girão, ausente, indo e voltando, não se conformava:

— Deixe eu ver. É a mesma coisa, Otacílio. Corrigir o quê?

— Não estou corrigindo. Estou dando sugestões.

O Girão, que ia e voltava, achou melhor desaparecer de vez. E eu fiquei ali ao lado do Otacílio, que lia, relia em voz alta, como se estivesse recitando um soneto.

— Você não acha que assim fica melhor, Caio?

— Só que isso é um parecer, um resumo, não é literatura. Mas se você quiser modificar, pode modificar. Eu não mando nada.

O que ele escrevia eu achava um tanto precioso. Bem escrito, mas uma linguagem não adequada para esse tipo de redação, que é, mais ou menos, como linguagem de ofício.

De repente, ele procurou:

— Cadê o Mozart Soriano Aderaldo? Ele conhece bem a história de Fortaleza.

Ele queria meter alguma coisa da história da cidade e do Estado. Não agüentei mais:

— Isto deve ser um resumo curto e grosso, Otacílio. É o resumo do pensamento geral do Congresso. Desculpe, mas eu conheço isso mais ou menos de perto. São os pontos essenciais. O resto, em poucas linhas, é formalidade. Para que meter a história do Ceará?

Pensou, pensou, concordou:

— Você tem razão.

Foi a única vez que me deu razão, sempre polido, camarada, mas modificando. Resultado: o parecer, embora bom, ficou, a meu ver, um tanto desfigurado. Claro que não me magoei. O Otacílio era assim.

Bons amigos nos tornamos. Um dia vim a saber que ele sofrera um princípio de isquemia ou coisa parecida. Problema circulatório. Passou a ficar mais em casa, pouco saindo. E eu, de estúpido, não telefonei para ele e nem fui visitá-lo, numa das minhas idas a Fortaleza. Alertaram-me de que ele não gostava de ser importunado. Não aceitava a doença, não se

conformava com ela. Mas o que custaria, seu Caio, um telefonema?

Quando faleceu, em 1988, aos setenta anos, eu estava em São Paulo.

Sempre me julguei, ou procurei ser, uma pessoa polida e correta. Mas, na verdade, meus defeitos afloram vez ou outra, sem que eu nem perceba. Pois eu soube da morte do poeta e amigo Otacílio Colares e não passei nem ao menos um telegrama... Pode?

São Paulo, 14/2/2000.

Herculano Pires

Parece que estou vendo o Herculano Pires sentado no bar, em frente ao prédio dos “Diários Associados”, na Rua 7 de Abril, aqui em São Paulo, onde trabalhava, naquela tarde ensolarada, cercado de amigos, bebendo qualquer coisa, creio que nada alcoólico, e respondendo nossas perguntas curiosas sobre espiritismo. Era ele um estudioso e devoto dessa doutrina, kardecista famoso, convidado anualmente pela direção do Bradesco para a festa na Cidade de Deus, criação do presidente do Banco, Amador de Aguiar, para os funcionários. Era e sempre foi uma festa belíssima no dia de Ação de Graças. Compareciam representantes de destaque das mais diversas religiões cristãs. O único que representava uma corrente espiritual não religiosa era o Herculano Pires. Quando chegava sua vez de falar e abria o verbo, encantava a todos.

Pois naquela tarde, no bar, e em muitas outras oportunidades, espírito curioso que sou, acerquei-me do Herculano para as minhas perpétuas interrogações. Ele me respondia e repetia sempre, com tranqüila calma:

— Não faço proselitismo. Você acredita se quiser.

Presenteou-me e autografou-me vários dos seus livros da sua excelente obra literária. Num encontro com ele na Livraria Teixeira deu-me um belo exemplar encadernado da *História do Espiritismo*, de Artur Conan Doyle, criador do Sherlock Holmes, prefaciado por ele.

Herculano Pires exerceu vários cargos de diretoria da União Brasileira de Escritores. Quando o escritor Luiz Toledo Machado criou em São Paulo o Sindicato dos Escritores ele foi eleito vice-presidente.

Tipo mais ou menos gordo, estatura mediana, óculos, andar meio bamboleante, rosto cheio, corado, irradiava uma simpatia pessoal muito grande. Mantinha uma coluna de crítica literária no *Diário de S. Paulo*, muito apreciada e lida.

Freqüentava com assiduidade a UBE. E não sei, depois de tantos anos passados, mais de trinta, se ele não se aborrecia intimamente com as minhas perguntas impertinentes sobre espiritismo. Houve até um momento, não muito feliz, mas que ele, pelo menos aparentemente, não demonstrou a mínima contrariedade. Não perdeu a calma e o sorriso. Eu e o escritor e poeta Aluysio Mendonça Sampaio, no salão da entidade, já com algumas boas doses de cerveja na barriga, a cuca um pouco voado, “atracamos” o Herculano Pires, que chegara de repente para um simples bate-papo descontraído, naquela noite com a sede deserta de freqüentadores. Ano? Sei lá. Por volta dos inícios de setenta. Questionamos a doutrina espírita sem nenhum motivo, talvez para espicaçá-lo. Ele simplesmente tomou meio copo de coca-cola, mascou amendoim e foi nos respondendo com uma calma de santo. No dia seguinte senti-me um cretino. Mas o bom, culto e calmo Herculano não perdeu a linha e continuou nos abraçando quando nos encontrava.

Publicou elogios rasgados aos meus contos e aos meus livros. Lembro-me bem de um elogio que ele me fez, talvez por polidez, e que me espantou e comoveu quando o publicou num dos seus comentários literários, discorrendo sobre o gênero *conto*: “Caio Porfírio Carneiro navega no conto como quer, como um peixe num rio.” Quando o encontrei procurei agradecer suas palavras. Sorriu e apontou para mim: “Sempre não falei que você é bom? Pois escrevi.”

Não externava sua cultura, sua vasta leitura em praticamente todos os campos do conhecimento. Criatura modesta,

cavalheiro de primeira linha, simples por natureza. Apenas quando soltava o verbo, como nas festas na Cidade de Deus, o vulcão vinha ao vivo, mostrava-se fulgurante, brilhante, dono de uma inteligência privilegiada.

Um dia lhe pedi:

— Herculano, estou escrevendo um novo livro de contos. Você faria a apresentação, diria algumas palavras?

— Tem gente melhor do que eu para fazer isso, Caio. Mas se você quiser, o prazer é todo meu.

Não fez a apresentação, porque faleceu, mas me deixou de presente belos artigos sobre alguns dos meus livros, que guardo com carinho e orgulho.

José Herculano Pires, seu nome de registro, era filho de Avaré, onde nasceu em 1914. Quando dirigiu jornal em Marília tornou-se grande amigo do escritor Osório Alves de Castro, alfaiate de profissão, que estreou brilhantemente nas letras com o romance *Porto Calendário*, publicado no mesmo ano e pela mesma editora, a Francisco Alves, que lançou o meu livro de estréia — *Trapiá*. Osório marxista e Herculano espírita, nada porém os separava. Estavam sempre conversando na sede da UBE.

Pois quando tomei conhecimento da morte do Herculano, em 1979, levado que foi por um fulminante infarte, corri para a entidade e comuniquei à família que o presidente, em nome dos associados, ia mandar uma coroa de flores. Veio do outro lado da linha uma voz feminina e calma:

— Não queremos nada de flores. O Herculano apenas desencarnou...

Desliguei o telefone, mudo. Achei aquela atitude linda: a morte liberta de formalismos e adereços. Ouvi passos. Pensei que poderia ser o Herculano que chegava, para mais um bate-papo, quem sabe um abraço de despedida. Não era.

Mas a sua aura benfazeja acompanha-me até hoje.

Sérgio Buarque de Holanda

Minha convivência com o grande historiador e ensaísta Sérgio Buarque de Holanda restringiu-se aos longos bate-papos que mantivemos na secretaria da União Brasileira de Escritores. Nenhum encontro em outro lugar. Mas as conversas longas e descontraídas, ao cair das tardes, antes que o bar da entidade se abrisse, criaram uma empatia muito grande entre este contista, que ainda hoje duvida do mérito dos seus trabalhos, e o consagrado autor de *Raízes da História do Brasil*. Quando o bar abria, e começava a chegar gente, ele ia embora. Não o frequentava.

Tudo começou quando ele foi indicado a Intelectual do Ano de 1979. Publicara, no ano anterior, a obra *Tentativas de Mitologia*, uma reunião de ensaios da melhor qualidade. Toda a obra de Sérgio, e o País inteiro sabia disso, era de primeira qualidade, a começar pela linguagem clara e fluente, que prendia imediatamente a atenção do leitor, embora os temas às vezes fossem ásperos. Ele me autografou um exemplar do *Tentativas de Mitologia* e deu-me de presente outros livros seus nas suas visitas constantes à secretaria da UBE.

Acompanhou de perto o andamento da votação do concurso e quando lhe comuniquei, por telefone, que ele fora eleito com 230 votos, respondeu-me apenas:

— Que bom, hem, Caio....

A *Folha de S. Paulo*, patrocinadora do concurso, deu uma cobertura à vitória do Sérgio maior do que se esperava. Toda a primeira página do caderno da *Ilustrada*, com sua foto de quase metade de página. Nessa época o seu filho, Chico Buarque, andava no auge, aparecia todos os dias na imprensa. Pois a *Folha*, na bela homenagem ao pai, não citou uma única vez o filho, o que era o correto. Ia receber o troféu *Juca Pato* um dos valores maiores da cultura brasileira. Pois houve eleitor que pensava até que o filho ia dar entrevista.

O Sérgio, porém, nas conversas comigo, repetia sempre:

— Quando o Chico começou a aparecer, diziam que o filho do Sérgio andava fazendo sucesso. Agora inverteu. Quando me apresentam a alguém, é infalível: “Este é o pai do Chico.”

Com aquele corpanzil, fumando sem parar e mordendo a dentadura, sentava-se frente à minha mesa e ia logo perguntando:

— Estou atrapalhando?

— Claro que não, Sérgio.

Eu suspendia tudo para recebê-lo. Se chegava alguém ou tocava o telefone, eu atendia rapidamente, enquanto ele permanecia ali fumando, e voltávamos a reatar a conversa. Banalidades. Falava do seu tempo em que fora presidente da antiga Associação Brasileira de Escritores, casos velhos da entidade.

Ele alternava as visitas com o Caio Prado Júnior, o Leônicio Basbaum e o João Accioly. E quando coincidia de se encontrar com algum deles então a conversa ia longe. Às vezes apareciam os quatro e passavam a conversar entre si. Aí, sim, naquela sala apertada, os quatro conversando, atrapalhavam-me grandemente, porque impediam até a entrada de algum associado para pagar a sua anuidade. Era um sufoco. Mas eu não tinha coragem de pedir que fossem conversar no grande salão da sede, arejado, carpetado, poltronas estofadas. Preferiam aquele apertado da secretaria, em cadeiras comuns e desconfortáveis.

Sérgio perguntava-me muito sobre escritores e coisas do Ceará. E ele mesmo ia falando passagens históricas da minha terra, que eu nem sabia. Aquele homem conhecia, como poucos, a história do Brasil. Era muito amigo do professor Antônio Martins Filho, irmão do escritor Fran Martins, fundador e reitor da Universidade Federal do Ceará durante muitos anos, tornando-se depois reitor honorário. Pedia-me sempre para falar dos tarefeiros de salinas do Nordeste, tema do meu romance *O Sal da Terra*, que ele me disse ter lido com muita curiosidade. E repetia:

— Como há coisas incríveis neste país, hem, Caio.

Perguntei-lhe certa vez:

— Você escreve todos os dias, Sérgio?

— Ah, não. Estou cansado. Leio muito mais. Mas já escrevi, sem parar, dias seguidos, semanas, meses. E outra coisa: tomaram conta da minha casa.

— Por quê?

— Eu não sou o pai do Chico? Pois a casa vive cheia. Mas eu gosto disso. É divertido.

Contei-lhe que eu era bacharel em Geografia e História, mas não me dedicara ao magistério nem ao estudo sistemático da nossa História, muito menos da Geografia. Eu queria fazer Direito. Mas, em Fortaleza da minha época, a faculdade de Direito só funcionava pela manhã e eu tinha um bom emprego, não podia abandoná-lo. Precisava de um diploma. E como a faculdade de Filosofia era à noite, fiz Geografia e História.

Ele me aconselhou:

— Dedique-se só ao que gosta. Não gosta de ficção? Pois. Ela é uma parte importantíssima da nossa História. A gente só deve fazer, e com muito amor, o que gosta.

— Mas não dá dinheiro.

— Sei disso.

Gostava mesmo, porém, de conversar banalidades, fazer hora, fumando com aquele tique de morder a dentadura.

— Estou atrapalhando?

— Que nada.

Nesses bate-papos leves demorava-se às vezes a tarde inteira. E quando saía, avisava:

— Qualquer dia volto.

Cumpria a palavra: voltava sempre.

Comecei, porém, a sentir a sua ausência prolongada. E essa ausência eternizou-se com o seu falecimento, em abril de 1982. Mas sempre que eu olhava para aquela cadeira, à minha esquerda, lembrava-me do seu corpanzil e da fumaça do cigarro a sair da boca, enquanto falava:

— Estou atrapalhando?

São Paulo, 22/04/2000.

Fernando Góes

Magro, espigado, meio pescoçudo, amulatado, sempre bem vestido, gravatinha borboleta, óculos de lentes grossas, chapéu-coco e unhas polidas. Fazia questão de andar e de se comportar com elegância. Na marcha para os sessenta, deixou crescer a barba, que não lhe era muito espessa, mas que dava uma certa semelhança com Machado de Assis. Ele sabia disso e gostava disso.

Assim era Fernando Góes (de nascimento Fernando Ferreira de Góes), baiano que muito cedo foi para Petrópolis e depois veio para São Paulo, aqui se firmando nas letras e no jornalismo. Gostava de uma boa roda de prosa e, em particular, de falar sobre Mário de Andrade, que conhecera de perto. Quando lhe perguntavam se Mário não era dado a mulheres, negava firmemente, zangava-se até, e não gostava que tocassem nesse assunto.

Fizemos boa camaradagem. Escreveu as orelhas do meu livro de contos *Os Meninos e o Agreste*, que ganhou o prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, em 1971. Ele quebrou lanças para que eu também ganhasse, com esse livro, o Prêmio Governador do Estado. Deram-me o segundo lugar e ele se aborreceu por isso.

— Se eu fosse da comissão julgadora você ganharia.

— Deixa pra lá, Fernando.

Publicava diariamente no *Diário da Noite*, dos Diários Associados, a crônica *Em Tom de Conversa* e colaborava regularmente com o *Jornal do Comércio*, do Rio, e *A Tribuna*, de Santos. Citou mais de uma vez o meu nome nas suas crônicas, porque tratavam de assuntos do dia-a-dia, das conversas de rodas entre amigos. Ofereceu os seus três livros de crônicas ao seu grande amigo Hércio Carvalho de Castro, jornalista e professor da Faculdade de Jornalismo Casper Líbero, inteligentíssimo, um dos últimos ilustres boêmios da cidade.

Fernando Góes, apesar do bom papo e da boa camaradagem, possuía certo espírito de contradição. Pagava para discordar. No auge da ditadura, se alguém quisesse que ele assinasse um manifesto protestando contra alguma coisa que atingisse os escritores, era só não solicitar o seu apoio de pronto, porque ele logo arranjava argumento para não apor sua assinatura. Mas se dissessem: “Fernando, estão fazendo um manifesto aí contra o governo, mas só que acho muito forte, muito duro contra os militares.” Então prontamente ele respondia: “Me dê que eu assino.”

Refinado, costumava convidar amigos, dois ou três, para almoçar no seu apartamento, no último andar de um prédio da Rua Santo Antônio, esquina com a Major Quedinho. Almocei lá algumas vezes. Não chegava a ser uma tortura. Mas ele se comportava tão austeramente, como um lorde inglês, que não dava para uma conversa descontraída. Usava até um sino para chamar a empregada. Adorava o bom-tom rococó.

O que o atrapalhava era a sua vida amorosa um tanto confusa e do conhecimento de todos. Além do lar, no endereço referido, onde recebia os amigos e tinha a sua vasta e bem organizada biblioteca, mantinha outro, com filhos, no bairro do Cambuci. E dizem que mantinha outro em bairro mais distante. Ninguém sabia como ele conseguia dividir o tempo com tantos lares e companheiras. E era separado da primeira, “legítima”, como se chamava então. Fui até testemunha, juntamente com o escritor Pascoal Melantônio, no

processo de separação, porque há muito não se viam. O escritor Ibiapaba Martins foi seu advogado.

Pois tudo começou num sábado. Encontrou-se comigo e tomamos uns uísques. Depois se foi para uma feijoada com amigos. Antes me contou que sofria de pressão alta e certa noite, ao se preparar para uma festa, sentiu o braço paralisado. Coisa de segundos. Não deu importância.

O fato é que, no dia seguinte ao nosso encontro, soube que sofrera um derrame cerebral, que lhe paralisou o lado esquerdo do corpo. Fui visitá-lo na sua casa do Cambuci. Disseram-me que recebeu as outras companheiras como visitantes amigas. Era demais.

Restabeleceu-se aos poucos, deu a volta por cima com determinação e vontade de viver. Recuperou quase totalmente os movimentos, com ligeira fragilidade apenas na mão. Voltou a escrever as crônicas, candidatou-se e foi eleito para a Academia Paulista de Letras. Retornou também às conferências, que fazia com muita frequência na capital e no interior, excelente conferencista que era.

Dono de um conhecimento literário invejável, em qualquer conversa dava impressão de que conhecia até literatura nepalaza. Tirei prova disto quando conversei com ele sobre obras de escritores cearenses. E uma maior quando, numa roda grande, num dos restaurantes do centro, discorreu sobre autores latino-americanos. Ele citou escritores e livros em quantidade da América do Sul e Central. Sua cultura era basicamente literária.

Deixou uma obra pequena. Além dos livros de crônicas, organizou para uma editora uma antologia sobre o Simbolismo e outra sobre o Pré-Modernismo. Publicou o discurso de posse na Academia. Falava muito de um ensaio que escrevia sobre José Bonifácio: o lado do *escritor* do Patriarca da Independência. Mas não veio a público em livro.

Uma tossezinha passou a acompanhá-lo depois do problema circulatório. Não bebia e levava uma vida moderada. Ele

conhecia bem a sua situação física. Cuidava-se. Assim mesmo, foi definhando, definhando. Obrigado a submeter-se a uma operação cardíaca, não suportou. Nascido em 1915, lá se foi na casa dos sessenta.

Ficou-me a sua lembrança, viva e presente, particularmente quando abro um dos seus livros de crônicas e leio uma das belas páginas, com aquela sutileza e puridade de linguagem, na linha machadiana. Pois se até fisicamente ele lembrava um pouco o Mestre...

São Paulo, 23/4/2000.

Mário Quintana

O meu primeiro contato com o poeta Mário Quintana foi por volta do início dos anos setenta, quando ele gravou, para o Museu da Imagem e do Som da União Brasileira de Escritores, um belo e minucioso depoimento sobre sua vida e sua obra de poeta e tradutor. Gravação, como quase todas as anteriores e posteriores, feitas com escritores e poetas de destaque das nossas letras, na biblioteca da entidade. Lembro-me de que quem o levou para esse depoimento pessoal foi o ensaísta e crítico Antônio Hohlfeldt, seu conterrâneo. Participaram com perguntas Aluysio Mendonça Sampaio, Jorge Rizzini, Raimundo de Menezes e eu. Destaco só uma pergunta que lhe fiz:

— Você gosta de esportes, de futebol?

— Gosto de atletismo, de suas belas exibições, mas nunca pratiquei esporte.

Eu me detinha mais em olhá-lo, ali meio encolhido na cadeira, já envelhecido, respondendo as perguntas sem muito interesse, sem vivacidade. Pareceu-me até um tanto aéreo, em perfeita solidão à frente do gravador e cercado de admiradores. Enfatizou:

— Não gosto de São Paulo. Nas vezes que vim aqui, passei de passagem para Piracicaba.

Ficava na casa de uma amiga.

— E em Piracicaba eu pouco ia à rua, ficava vendo-a da janela, lendo na sala.

No comportamento, nos gestos, na maneira meio encolhida de se sentar, nas respostas lentas, em tudo, no físico e no espírito, eu via mais a Poesia do que o homem. Um poeta da cabeça aos pés.

Depois, na conversa descontraída no salão da sede, a minha impressão permaneceria a mesma: ali estava, meio refestelado na poltrona, a Poesia com o cognome de Mário Quintana. Ou melhor: não apenas o poeta, mas o intelectual na sua integridade. Um homem que acumulou cultura, tornou-se poeta e tradutor de primeira linha, vivia do espírito para o espírito, da arte e para a arte, o lado sensível que toda criatura humana possui e que nele alcançou uma dimensão quase divinatória. Daí em parte a sua enorme simplicidade; daí a sua grande solidão, que foi o seu pálio e a sua sombra protetora.

Encontrei-o outras vezes em bienais de livros. Numa delas, aqui em São Paulo, lá estava ele, num estande vazio, não recorde de que editora. Sozinho num canto, vendo a multidão passar e a examinar livros. Acerquei-me dele, sentei-me ao seu lado:

— Sozinho, mestre Quintana?

— Tire o mestre. Gosto de ficar assim, apenas assistindo... E com este calor... Os amigos estão por aí.

Puxei conversa com o poeta. Lembrei-lhe o depoimento que fizera para o Museu da União Brasileira de Escritores.

— Quer uma cópia?

— Se quiser me mandar, agradeço.

Não demonstrou grande interesse em recebê-la. Falei, falei, falei, e ele, embora me ouvisse com atenção, pareceu-me não se interessar muito pela conversa. Pensei numa desculpa para sair. Foi quando ele começou a me perguntar sobre poetas e escritores da minha terra, o Ceará. Conhecia, de perto, a obra de vários deles, particularmente os mais antigos. A conversa tornou-se agradável. O bate-papo foi excelente. Prometi visitá-lo em Porto Alegre, capital que eu não conhecia, apesar

dos muitos convites e oportunidades de ir lá. Ele lembrou-se, para meu espanto:

— E vocês se espantaram quando falei que passava direto por São Paulo e ficava em Piracicaba.

Começou a chegar amigos e admiradores e o estande de repente se encheu. Passou a dar atenção às outras pessoas.

Sempre que eu o olhava, quieto, enrugadinho, vinha-me uma dor no coração: aquela sumidade, aquela Poesia viva, por poucos votos de diferença perdeu o concurso Intelectual do Ano e não foi agraciado com o troféu *Juca Pato*; tentou e tentou a Academia Brasileira de Letras mas para lá não entrou. Bem como dizia Noel Rosa, com muita propriedade: “*São nossas coisas, são coisas nossas...*”

A última vez que o vi foi de longe, na mesma bienal. Estava o poeta cercado de gente, abanando-se com o lenço. Saudou-me:

— Como vai a sua Fortaleza?

— E a sua Piracicaba?

Voltou para Porto Alegre e de lá continuou mandando sinais para o País inteiro de como fazer poesia limpidamente lírica, limpidamente humana, limpidamente filosófica. Espiritualizou-se nela e com ela se imortalizou.

São Paulo, 28/4/2000.

José J. Veiga

O meu primeiro encontro com José J. Veiga, consagrado autor da ficção fantástica e alegórica, que estreou sob os aplausos da crítica e do público, em 1959, com o livro de contos *Os Cavaleiros de Platiplanto*, deu-se nos inícios dos anos setenta, quando fui a Goiânia, a convite de Luiz Fernando Valladares, para compor a comissão julgadora do concurso de obras inéditas que levava o nome do grande escritor goiano Hugo de Carvalho Ramos. Esse concurso, promovido em Goiás para escritores goianos, era um dos mais importantes do País. Recebi, aqui em São Paulo, uma montanha de originais que me fizeram duvidar se eu teria tempo, até o fim da minha vida, de ler tanta coisa. Igual montanha foi remetida para o José J. Veiga, no Rio, e para o Deonísio Silva, que, na época, mudava-se, como professor universitário, de Ijuí, no Rio Grande do Sul, para São Carlos, em São Paulo.

Foi um trabalho dos diabos. E no dia marcado lá estávamos nós três em Goiânia. E o formidável é que, quando nos reunimos, para a escolha dos vencedores, nos gêneros *romance* e *conto*, praticamente “batemos” iguais.

A minha amizade com os dois começou daí. José J. Veiga, o mais velho do trio, era um tipo sério e de pouca conversa, embora cortês. E o Deonísio, muito jovem, já fulgurava o seu talento.

Os três ou quatro dias que passamos em Goiânia foram agradabilíssimos. O escritor W. Bariani Ortêncio ofereceu, na sua casa, aos vencedores, jogadores e intelectuais da terra uma bela noitada com coquetel à farta. Entramos no bom uísque. A certa altura, já altas horas, o José J. Veiga retirou-se para um canto, sozinho, e ficou ali admirando a noite e tomando o seu uísque. Quando passava alguém, que a área livre da casa estava cheia, ele perguntava:

— E então, como é que é?

Se o passante se aproximava para puxar conversa ele desconversava, olhando as estrelas. Passava outro e ele indagava:

— O que há de novo?

Mesmo silêncio e comportamento se a criatura se aproximava, homem ou mulher. Deduzi comigo: ou já bebeu muito — e eu nem sabia se ele era de muito beber — ou fazia aquilo de propósito, só de farra. Nunca lhe perguntei.

Tive a oportunidade, nessa pequena temporada de pouco trabalho e muita distração, de conversar bastante com ele. Elogiei a sua obra, atmosfera nova, linguagem nova, e ele pouco falava e mal agradecia com a cabeça. Simples, modesto, mas sempre me pareceu muito observador nas conversas, com aquele olhar vivo e buliçoso no rosto pálido, como se examinasse o interlocutor.

Mas fui descobrindo a criatura sensível e humana nos muitos outros encontros que tivemos, particularmente nas bienais de livros, das quais praticamente ele não perdia uma, nem no Rio e nem em São Paulo. Numa delas, juntamente com o escritor João Antônio, que não parava de falar bem das moças bonitas que passavam e mal, muito mal, das feias, naquela crítica risonha que era bem própria dele, ficamos os três, eu, João e Veiga, numa mesa de um dos bares, por bem uma hora. Eu e o João Antônio tomávamos cerveja e o Veiga refrigerante. Não se empolgou com as graças do João Antônio. Retirou-se e comentou apenas:

— É verdade. Você tem razão. Existem as bonitas e as feias.

Nunca comentou ou falou sobre um livro meu, embora os tenha recebido todos. Se eu lhe telefonava, respondia:

— Recebi, Caio, recebi. Vou ler. Aguarde um pouco.

Quando a União Brasileira de Escritores fez a relação de convidados para irem a Lisboa para o I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, o Cláudio Willer, então presidente da entidade, garantiu-me:

— Ele vai.

Não acreditei:

— Não vai. O José J. Veiga é meio enrustido. Se ele não for eu vou no lugar dele.

— Tudo bem.

Telefonei para ele, no Rio, pondo até um pouco de obstáculo, que a viagem estava em cima, poucos dias para o início do Congresso, sei lá mais o quê. Ele me respondeu em cima:

— Vou, sim. Onde apanho a passagem?

Desliguei meio decepcionado, certo de que ele não iria, falando baixinho comigo (ele que me perdoe...) — “Filho da puta...”

Mas os nossos encontros, em eventos culturais, eram muito agradáveis. Ele estava sempre correndo, pouco parava para um abraço amigo, um dedo de prosa.

Telefonei-lhe, pela última vez, perto da sua morte:

— Veiga, lhe mandei um exemplar de um livro de reminiscências que escrevi — *Contagem Progressiva*. Você recebeu?

— Recebi, Caio, recebi. Vou ler por estes dias.

Conversamos mais um pouco e ele quis saber se eu tinha algum projeto novo. Respondi que eu andava sempre metido com o *conto*. Ele me disse que por enquanto não estava organizando nada para lançar.

Mas tenho a certeza de que se ele não tivesse falecido, na casa dos oitenta e se aproximando da virada do século (nasceu

em 1915), e voltasse a receber um novo livro meu, a resposta seria a mesma:

— Obrigado, Caio. Recebi, recebi. Vou ler qualquer dia desses...

Não tem importância, caro Veiga. Daí de onde você estiver, deixando, como deixou, um legado literário maravilhoso aqui na terra, me responda:

— E então, como é que é?

São Paulo — 30/4/2000 — às 9:30 h.

Décio de Almeida Prado

No início dos anos sessenta, logo após a publicação do meu livro de estréia nas letras — *Trapiá* (contos), 1961—, em conversa com o escritor Mário da Silva Brito, na Câmara Brasileira do Livro, ele me perguntou:

— Você quer colaborar no suplemento literário d' *O Estado de S. Paulo*?

Para mim, iniciante nas letras e ainda meio matuto do Ceará, com poucos anos de São Paulo, foi uma surpresa enorme. Só colaborava no suplemento a nata da literatura paulista e brasileira. Era um caderno de várias páginas recheadas de resenhas, ensaios, poesias, contos, comentários os mais variados sobre autores e livros nacionais e estrangeiros, predominantemente nacionais, assinados por gente do primeiro time. Trazia sempre um rodapé enorme do crítico Wilson Martins. Claro que eu queria me meter no meio daquela gente.

O Mário da Silva Brito pegou um papel:

— Vou lhe apresentar ao Décio de Almeida Prado, responsável pelo suplemento.

Entregou-me uma carta curta e elogiosa endereçada ao Décio. E eu o procurei no antigo prédio do jornal, na Rua Major Quedinho. Eu já o conhecia de vista e de nome, um dos doutores da história e crítica do teatro brasileiro. Fiquei quase uma hora esperando por ele na ante-sala da redação. De repente, ele passou direto e cumprimentou rapidamente com

gesto de cabeça as várias pessoas ali sentadas, eu inclusive, uns para falar com ele, outros com outras pessoas da redação. Eu já havia dado o meu nome a uma secretária. Como o *Estadão* diferia dos jornais modestos da minha terra... Parecia uma indústria silenciosa, tudo espelhando.

Não demorou muito, mandou que eu entrasse. Apontou-me uma cadeira enquanto falava ao telefone. Eu olhava em torno aquela quantidade de jornalistas escrevendo, indo e vindo, atendendo telefones que não paravam de tocar.

Silenciosamente leu a carta que lhe entreguei e me perguntou:

— Trouxe alguma coisa sua?

— Não. Eu não sabia que era para trazer...

Sério, bem vestido, gravata vistosa, olhos azuis, porte elegante, perfeito exemplar do paulista refinado.

— O que você escreve?

— De preferência contos.

— Você tem um livro na praça, estou sabendo. Me traga uns dois contos, inéditos.

E praticamente me despediu. A mesa dele cheia de papéis. O telefone voltou a tocar e ele não me deu mais atenção.

Voltei poucos dias depois e lhe entreguei dois trabalhos. A mesma atitude polida e seca:

— Deixe aí. Vou examiná-los.

Fui-me embora, no fundo sem muita esperança de ver um dos meus trabalhos publicados. Não sabia se lhe telefonava ou se devia procurá-lo de novo. Deixei passar duas semanas. E, de repente, ao abrir o belo suplemento do *Estadão*, no final de semana, lá estou eu tomando uma página inteira, a ilustração quase do tamanho do conto.

Procurei-o então para agradecer e, pela primeira vez, conversou longamente comigo. Dava-se muito bem com os meus conterrâneos Braga Montenegro e Moreira Campos, e conhecia outros nomes do Ceará. No fim da conversa, avisou:

— Na próxima semana venha receber o seu dinheiro.

Eu não sabia que os colaboradores eram pagos, e bem pagos.

Passei a colaborar, com regularidade, para o suplemento, e a conhecer, mais de perto, aquele homem polido e refinado. Décio era uma dessas figuras que traziam aquela postura do berço, como se dizia então. Refinadíssimo, educado, uma polidez meio nobre, que nada tinha de artificial.

Convidou-me um dia para escrever resenhas sobre livros. A minha colaboração redobrou e meus contatos com ele também. Quando Braga Montenegro ou Moreira Campos vinham a São Paulo eu os levava para uma prosa com o Décio de Almeida Prado e o bate-papo entre eles se estendia e ia longe.

Um dia, muitos anos depois, ele me avisou:

— Vou deixar o suplemento. Vou passá-lo para o Nilo Scalzo. Mas você continuará colaborando.

Apresentou-me ao Nilo e continuei fiel ao suplemento até a sua total modificação e saída do Nilo. Então perdi o Décio de vista, metido como ele vivia mais em assuntos de teatro.

Vim reencontrá-lo quando a União Brasileira de Escritores lhe prestou uma belíssima homenagem, em 1994, no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, juntamente com representantes de entidades teatrais. O grande auditório lotado. Não foi indicado para Intelectual do Ano — troféu *Juca Pato* — porque a entidade andava com problemas enormes devido ao despejo que sofrera, perdendo a sede da Rua 24 de Maio. E ele tinha tudo para merecer o prêmio, não só pela publicação, no ano anterior, do livro *Peças, Pessoas, Personagens*, como por toda a sua vasta obra, essencialmente voltada ao teatro brasileiro e sua história.

Naquela ocasião, depois do abraço, me perguntou:

— O que anda escrevendo? Tenho visto coisas suas na imprensa.

Era o mesmo Décio, fino, elegante, cortês, apenas mais envelhecido. Guardo uma foto com ele dessa ocasião.

Comunicamo-nos por telefone pouco antes da sua morte, que se deu em fevereiro de 2000, já não me lembro para tratar de que assunto. Eu nem sabia que ele estava bem doente, e ele não me acrescentou isto na conversa que tivemos.

No final, fez-me a mesma pergunta:

— O que anda escrevendo, Caio?

São Paulo, 9/8/2000 — às 9 hs.

Luís da Câmara Cascudo

Conversei com o grande historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, pela primeira vez, por volta de 1950, quando eu ainda residia em Fortaleza e trabalhava na firma Celso Nunes, agente da Cia. de aviação Panair do Brasil. Ele procurava retornar com urgência para Natal, onde sempre morou, e não encontrava vaga nos aviões, que naquela época eram poucos e, às vezes, sofriam grande atraso. As Companhias Aéreas, Panair, Aerovias Brasil, Itáú e Cruzeiro do Sul não tinham aviões diários. Tentava ele, na Panair, ver se fazia uma conexão, via Recife, para chegar a Natal. Enquanto a gerência procurava resolver o problema, ele, tipo troncudo, forte, olhos agateados, charuto enorme nos dedos, passou a conversar conosco, com aquela voz alta e anasalada, gesticulando, alegre. Soltou piadas, a roda se ampliou, todos esquecidos do trabalho para ouvi-lo e soltar gargalhadas. Quando veio a notícia de que tudo estava resolvido e ele viajaria horas depois, despediu-se de todos nós numa cortesia tão formal que quase toca a sua cabeça enorme aos pés, deixando um rastro de alegria. Na agência, falou-se do bom humor daquele homem por vários dias.

Passei, já aqui em São Paulo, a lhe mandar meus livros, que ele agradecia carinhosamente em cartões. Junto com um dos meus livros contei o episódio da Panair. Ele respondeu

que se lembrava muito bem e eu julguei que se tratasse apenas de cortesia.

Em 1977 foi ele eleito Intelectual do Ano, com a valiosa obra *O Príncipe Maximiliano no Brasil*. Uma caravana de escritores, diretores da UBE, foi a Natal entregar-lhe a láurea — o troféu *Juca Pato* — a convite da Universidade local. Fui incluído na caravana.

Antes da festa de homenagem, na Academia Riograndense de Letras, fizemos inúmeras visitas à sua residência, o seu “sobradinho”, como ele a chamava e era de todos conhecida por esse nome, na Rua Venâncio Ayres. Foi quando me espantei com três episódios: aquele homem, ainda forte nos seus quase oitenta anos, pois nascera em 1898, era senhor de uma memória privilegiada. Eu nunca vira coisa igual.

Quando lhe falei, através de bilhete, porque a sua surdez era total, do episódio na Panair do Brasil, em Fortaleza, acontecimento banal na vida de qualquer pessoa, deu-me detalhes dele de maneira tão clara que só acreditei porque ouvi.

Quando percorremos sua vasta biblioteca foi outro espanto. Uma bagunça total, livros em quantidade em estantes, em mesas, empilhados no chão. Queixou-se:

— Está dando cupim nos meus livros. Vai ser um trabalho dos diabos.

Só podia. Naquela montanha de livros, parecendo jogados ao léu, não me surpreenderia se encontrassem por ali bananas e goiabas.

Entregávamos a ele bilhetes seguidos, porque, como ficou dito, era surdo como uma porta. Escrevi-lhe um dizendo que lhe tinha mandado o meu último livro. Dei o título. Não me lembro mais qual deles.

— Recebi, Caio. Deixe eu ver onde está.

Subiu e desceu a vista por aquela confusão total, marchou em direção a uma pilha meio torta, pronta para cair, meteu a mão no meio dela e sacou o meu livro. Sabia onde estavam todos. Fez isto comigo e com todos os outros que lhe tinham

oferecido livros. Sua esposa nos informou que ele não permitia que mexessem em nada. Aquela aparente desorganização era uma organização pessoal, só dele. Para mim o Cascudo não tinha um cérebro: tinha um computador.

De Natal fui a Fortaleza, antes do retorno a São Paulo. À noite, na recepção final, em sua casa, despedi-me dele através de um bilhete: “Mestre Cascudo: estou indo agora à noite para Fortaleza. Qualquer dia volto aqui para abraçá-lo. Parabéns mais uma vez pelo merecido prêmio.”

Leu o bilhete e me olhou:

— Agora está fácil viajar de avião. Naquela época era bem mais complicado. Se encontrar aquela moçada da Panair, um abraço a todos, principalmente àquela moça bonita da seção de passagens. Deve estar viva, como você. Eu é que estou quase indo...

Claro que não sei qual das moças ele se referia, pois todas eram bonitas. Mas uma delas ficou na lembrança dele.

Não o vi mais nem mais me comuniquei com ele.

Viveria ainda alguns anos, marchando para os noventa.

São Paulo, 15/5/2000.



Eurícles Formiga

Se falei da memória extraordinária de Luís da Câmara Cascudo vale dizer que ele, se ganhou longe em cultura geral de Eurícles Formiga, deste perdia, longe também, na capacidade de memorizar, sem falhas, o que lia e ouvia, instantaneamente, fosse um soneto ou um poema, fosse um discurso escrito ou oral, fosse o que fosse. Formiga era de captação imediata, visual e auditiva, e isto o levou freqüentemente a dar *shows* públicos. Mas nada guardava, num “computador” cerebral, como Cascudo. Com os dias, tudo ia com o vento. Bom poeta, na linha parnasiana, como no seu livro *Canto do Semeador*, para só citar este, trazia ainda nas suas composições aquelas belas imagens dos bons românticos. Não se inovou muito no gênero, porque não era de estudar muito. Era uma inteligência viva, lúcida, mas um tanto dispersiva.

Esse paraibano extraordinário de São João do Rio do Peixe, onde nasceu em 1924, foi registrado com o nome de José Eurícles Ferreira, mas mudou-o para Eurícles *Formiga*, sobrenome de sua mãe. Conheci-o como diretor do cartório da Justiça Federal, em São Paulo, e com ele fiz grande amizade. Com suas piadas, repentes e rimas rápidas, encantava não apenas os seus amigos em rodas de bar, mas os freqüentadores do bar inteiro. Os malabarismos de memória eram incríveis e quase inacreditáveis. Ele sozinho era um espetáculo. Luís da Câmara Cascudo disse-me que o pai do Formiga era bem mais

dotado do que o filho. Se era, não vejo como. O diabo do Formiga, excelente jornalista, foi não ter se dedicado (apesar dos altos cargos que exerceu, inclusive na Universidade de Brasília) a um estudo mais profundo e sistematizado.

Além das noitadas que fizemos juntos, atrás das mariposas no Parque do Ibirapuera, aqui em São Paulo, o que eu teria de contar do Formiga daria um livro.

Forte, estatura mediana, corado, alvo, alourado, olhos esverdeados, voz firme e um tanto rouca, era um tipo irrequieto, vivaz, incapaz de manter uma conversa por dez minutos sem soltar meia dúzia de “repentes”, nascidos da sua inteligência privilegiada, e que levava todos à perplexidade, por mais convivência que tivessem com ele. Nunca vi coisa tão extraordinária. Mandava, em qualquer momento que se lhe pedisse, que alguém cobrisse um soneto com a mão e que não fosse do seu conhecimento. Pedia, então, cronometradamente, um minuto para lê-lo. Concentrava-se na leitura, em total silêncio. Depois dizia:

— Pronto. Já sei.

Declamava o soneto compassadamente, sem cometer uma única falha; a seguir dizia os versos de baixo para cima, para, finalmente, arrematar, dizendo a primeira e a última palavra do soneto, continuar na seqüência de cima para baixo e de baixo para cima, até o encontro das duas palavras no meio dos catorze versos. E se havia uma sobrando, devido à contagem métrica, ele esnobava:

— Ficou uma palavra sobrando. Levem para vocês.— E a citava.

Enfrentou os melhores cantadores de cordel. Aos desafiantes que assisti, derrotou-os todos, porque o seu vocabulário — claro — era bem mais rico. Rimava qualquer palavra, imediatamente, por mais extravagante que fosse. Mas não apenas a pura rima: fazia um malabarismo de rimas e ainda gozava em cima da própria palavra a ser rimada. Incrível.

Transmitia — nunca vi coisa tão risível na vida — toda uma missa, feito locutor esportivo. Tinha-se a impressão perfeita, apesar das situações completamente diversas e do próprio andamento lento de uma missa, que se estava assistindo a uma partida de futetol. Casava perfeitamente o cenário de uma disputa ferrenha dentro da área para se meter um gol com o ato sagrado da comunhão do padre celebrante. E na hora em que a bola entraria no gol, fazia a exata substituição: — Comungou!

Eurícles Formiga era uma parada federal. Ele tinha a transmissão da “missa” gravada em fita. Prometeu-me uma cópia inúmeras vezes, mas nunca me deu.

No auditório do jornal *A Gazeta*, durante uma homenagem ao então governador Jânio Quadros, promoveu um verdadeiro escândalo, felizmente logo desfeito. O governador foi saudado pelo poeta Almeida Júnior, que redigira o discurso horas antes da homenagem e não o mostrara a ninguém.

Formiga estava presente. Enquanto Almeida Júnior lia o seu discurso, Formiga ouvia-o com toda a atenção. Após os aplausos, levantou-se e pediu a palavra:

— Senhor governador, desculpe o que tenho a dizer. É até constrangedor. Mas esse discurso do grande poeta Almeida Júnior é de minha autoria. Não sei como ele conseguiu cópia, pois nem cópia tirei.

E, para espanto geral, repetiu, palavra por palavra, todo o discurso, diante de um silêncio tumular. Quase mata o velho Almeida Júnior do coração. Então acrescentou, calmamente:

— Desculpe, poeta. Apenas decorei todo o seu discurso enquanto você lia.

A perplexidade transformou-se em aplausos gerais, inclusive do governador, que, depois, conversando com o Formiga, informou que já sabia da sua fama, mas não pensou que sua capacidade de retenção chegasse a tanto.

Esse poeta querido, espírita convicto, repentista, declamador, gênio de ginásticas de memória, deixou-nos, e deixou-me

em particular, grande vazio quando se foi, ainda moço, na casa dos cinqüenta, vítima de doença insidiosa. As reuniões alegres, os almoços e noites de cervejadas no bar na União Brasileira de Escritores, ficaram mais tristes.

De tudo, restou-me a lembrança saudosa dos nossos passeios, no seu fusca, à noite, à caça das mariposas risonhas no Parque do Ibirapuera, que tornavam o próprio Parque mais iluminado.

São Paulo, 13/5/2000.

Fontes Ibiapina

Tomei conhecimento de um escritor chamado Fontes Ibiapina quando o seu nome apareceu em concursos literários que ganhámos juntos por este país afora, na década de cinqüenta. Passamos a nos corresponder. Eu aqui em São Paulo, com pouco tempo de vida paulistana, e ele na Parnaíba, Piauí. Estreou em livro primeiro do que eu, em 1958, com a coleção de contos a que deu o belo título de *Chão de Meu Deus*. Eu só o seguiria três anos após, com *Trapiá*, ano em que ele retornaria com *Brocotós*, novo livro do mesmo gênero.

Nunca nos perdemos de vista. Um acompanhava o andamento literário do outro. Uma correspondência amiga e troca de livros com dedicatórias afetuosas.

Só vim a conhecê-lo pessoalmente anos depois, quando fui a Teresina, convidado pelo poeta Cineas Santos para um encontro com intelectuais da terra. O Fontes Ibiapina deslocou-se de Parnaíba para Teresina para o nosso primeiro abraço.

A amizade se estreitou mais ainda. Estatura mediana, alvo, alourado, corado como uma maçã, olhos vivos e risonhos, forte, parecia mais um tipo nórdico naquela paisagem agreste.

Veio algumas vezes a São Paulo e almoçamos e jantamos juntos seguidamente. Fui a Parnaíba e ele me ofereceu quase um banquete numa das churrascarias da cidade.

Fontes Ibiapina tornou-se logo nome de respeito e destaque no Piauí e no País. Não parava de escrever. Os livros

sucediam-se: contos, romances, pesquisas folclóricas da região... Perguntei-lhe como conseguia conciliar o seu trabalho de Juiz de Direito de Parnaíba com sua dedicação tão intensa às letras.

— Disciplina, Caio, disciplina. Arranjo tempo para tudo.

Quando ganhou, com o romance *Vida Gemida em Sambambaia*, o Prêmio Nacional Clube do Livro, um dos maiores do País, promovido anualmente pela Editora Clube do Livro, de São Paulo, fiz, a seu pedido, as “orelhas” de apresentação da obra.

Creio que Fontes Ibiapina foi um dos poucos, no Brasil, que não se deixaram influenciar por nada: permaneceu na mesma linha regionalista desde a estréia, valendo-se dos modismos e costumes da sua gente e região. Mas, como tinha muito talento, não se repetia. A sua prosa saborosa, fluente, personalíssima, era suporte notável para impedir isto. Dizia-me ele que estudava de perto a maneira de ser da sua gente, da baixa classe média, do que restava de tradição de costumes nas velhas fazendas. O seu interesse pela tradição popular não permitia que tentasse os chamados caminhos novos da ficção. Sua maneira de ficcionar era só dele. Não se aproximava, nem de longe, de Guimarães Rosa, de José Cândido de Carvalho, de Bernardo Élis. Ficava mais com a geração de trinta, mas não a copiava. Aquela prosa derramada, aparentemente fácil, só ele sabia fazer. Conversando era outra pessoa, valia-se de um vocabulário rico, pouco acima do familiar, próprio de um homem togado, apesar da sua grande simplicidade. Parecia, e era, um tipo sério.

Numa das vezes, porém, em que veio a São Paulo, eu e mais alguns amigos escritores tiramos o Fontes Ibiapina dessa seriedade. Era uma noite agradável, coisa difícil nesta terra. Fomos todos a uma boate de garotas. Nada programado para uma farra. Apenas ouvir umas músicas, tomar umas doses de uísque e uns copos de cerveja e conversar descontraidamente, comendo salgadinhos. Mas como o Fontes estava metido num

terno preto ou de cor parecida, bem talhado, gravata escura, o rosto vermelho como um pimentão, alguém lembrou (creio que foi o escritor Nelson Claro, sempre inventando as suas...) de apresentá-lo às garotas como um padre moderno, interessado em conhecer de perto aquele ambiente. Topou. Juntamos as mesas, passamos a chamar o Fontes Ibiapina de padre Ibiapina, e a roda se ampliou logo de meninas bonitas. Ibiapina, bem posto, calado e sério, no seu canto, bebendo pouco. O Nelson Claro (disto lembro-me bem) apresentou logo:

— Minhas queridinhas, este é o padre Ibiapina, lá do Xingu. Está apenas visitando a Casa.

As meninas, curiosas, cobriram-no de perguntas, destacando-se uma:

— Mas o senhor freqüenta boate, padre?

Então vimos uma coisa impagável. O “padre” respondia a todas elas tracejando no ar, com dois dedos da mão direita, o sinal da cruz.

— Um pastor de Deus deve andar por todas as partes, minhas filhas. A nossa missão é servi-Lo em qualquer lugar.

Veio o garçom e pôs a garrafa de uísque na mesa. Ibiapina serviu-se de uma dose.

— O senhor bebe, padre?

— Não é pecado, minha filha. Deus não transformou água em vinho? Pois. Bebamos todos, não é pecado.

Um tim-tim geral. A notícia se espalhou na boate e não demorou muito as mesas juntas ficaram cercadas de moças e curiosos. Ibiapina, que creio não era de beber muito, já queria fazer um sermão. Achamos, então, que a coisa estava indo longe. Foi um custo nos despedirmos daquela gente. Os mais ricos pagaram a conta e subimos as escadas de saída, com o Ibiapina dando um último adeus:

— Eu volto. Fiquem na paz de Deus.

Na rua nos confessou:

— Estou assombrado. Não sou dessas coisas. Vocês me meteram numa boa. Quero voltar para o hotel.

No dia seguinte, mostrou-se grandemente arrependido:

— Que besteira eu fiz, Caio. Você também foi culpado disso.

— Deixa pra lá, Ibiapina. Foi divertido. Só isso.

Não demorou muito, creio que poucos meses depois, João Nonon de Moura *Fontes Ibiapina*, um dos maiores nomes das letras piauienses e nacionais, nascido em Ficos, no sul do Estado, em 1921, falecia em Parnaíba, caminhando para os setenta anos, com aquela aparência física jovem. Ninguém seria capaz de lhe dar pouco mais de cinquenta.

Lá se foi mais um amigo.

Tomei um susto dos diabos. E ainda hoje, não sei por que às vezes penso que ele não morreu e me chegará uma carta dele lá de Parnaíba.

São Paulo, 21/5/2000 — às 10 hs. (domingo).

Jáder de Carvalho

Fui aluno de História, no Curso Clássico, na década de quarenta, no Liceu do Ceará, do escritor, jornalista e professor catedrático daquele estabelecimento de ensino, Jáder Moreira de Carvalho. Fora antes professor de Sociologia, quando do antigo sistema educacional, e andou afastado do Liceu por vários anos, devido às perseguições políticas que sofreu, inclusive com prisão. Dava poucas aulas, faltava muito. Inteligente, culto e desassombrado, dirigia o seu jornal — *Diário do Povo* —, atendia a sua banca de advogado, numa sala do Edifício Diogo, escrevia os seus livros e estava presente, como figura de destaque, em todos os burburinhos das discussões políticas que fervilhavam na capital. Brigou com um monte de gente e fez as pazes com outros tantos. Marxista convicto, não seguia a linha do Partido Comunista. Alguns o tinham como trotskista. Nem tanto. Era, de fato, um espírito destemido e impetuoso. Militava no fórum, fazia comícios, estava presente em toda a parte. E que ninguém lhe pisasse os calos. Talentoso, desancava o pau no desafeto, através do seu jornal, sem dó nem piedade. Poeta excelente, romancista, sociólogo, historiador. Jáder de Carvalho era tudo isto e muito mais. Tinha tempo para tudo. O seu nome é uma legenda ao longo da história de Fortaleza e do Ceará do século que passou.

Para falar, em poucas linhas, dessa criatura multifacetada, tem de se misturar tudo, como fiz até aqui. Metia-se em grandes

brigas e tinha um coração de ouro. Admirava e se espelhava — não procurando imitá-lo, claro — no grande jornalista e polêmista João Brígido. Gostava de se acercar de jovens. E foi com jovens jornalistas que fundou o *Diário do Povo*.

Durante algum tempo, antes de montar a sua oficina gráfica e dar sede ao jornal, rodava-o nas oficinas de *O Democrata*, do Partido Comunista, onde eu trabalhava. Passei a conviver de perto com ele. Eu tão jovem e ele, no vigor dos seus quarenta e tantos anos, um nome feito e respeitado na cidade, no Estado e no País. Eu me admirava como podia ele, de aparência séria, bem posto, engravatado e de óculos escuros, nos dar tanta atenção e nos atender com tanto carinho, ao mesmo tempo em que, através do seu jornal, metia-se em brigas feias com seus adversários. E era irônico. De uma finíssima ironia. Só tratava o arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, tipo alto e magérrimo, de “Envelope Aéreo.” Luís Sucupira, religiosíssimo, um dos dirigentes do jornal *O Nordeste*, católico, recebeu de Jáder o epíteto de “Cu-suspira”. Seus, “combates”, através da imprensa, comícios ou até fisicamente, vinham de longe, acompanharam toda a sua vida. Ficaram tão célebres que se tornaram um tanto folclóricos. Assisti de perto duas brigas sérias do Jáder. Uma, com o filho do fundador da *Gazeta de Notícias*, Antônio Drummond Filho; outra, com o professor Edmilson Souza Lima. Afirmou, em letras garrafais, que o Drummond, moço boa-pinta, era um “boêmio vulgar” e não podia, por isto, assumir a secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, para a qual fora nomeado. Fez pé firme contra o professor Edmilson porque não o queria como diretor do Liceu do Ceará. Chamava-o de namorador inveterado das alunas da Escola Normal. Acabaram se atracando em plena Rua Guilherme Rocha, próximo à Praça do Ferreira, partindo uma das vitrinas da Casa Parente, grande loja classe “A” da capital.

Nenhum desses entreveros terminou em morte, mas deu trabalho a muita gente para apagar o fogo.

O Jáder de Carvalho era assim. Passada a tempestade, ele, que despertava em nós jovens tanta admiração, voltava à sua vida corrida, batalhadora, afanosa. Deu-me a oportunidade de publicar um soneto e uma “crítica” sobre o romance *A Santa do Cabaré*, de Delmondenes Neto, no *Diário do Povo*. E eu não era ninguém. Emprestava-nos livros que não podíamos comprar. Dava-nos livros dele. Dava-nos uma atenção como se fôssemos adultos famosos, e cultos. E mal dávamos os primeiros passos na vida. Fazíamos roda em torno dele no jornal ou na Praça do Ferreira e ele conversava conosco horas seguidas, de igual para igual. Era uma grande alma.

Li toda a sua obra, de primeira qualidade. Encantei-me com o livro de poemas *Terra de Ninguém*. Tenho comigo os seus livros. Creio que os romances, tão bem escritos, teriam bem mais consistência se ele os tivesse escrito com mais calma, livre da sua trabalhadeira em muitas frentes. O jornalista, o polemista, o historiador, o sociólogo, o professor, prejudicaram um pouco o ficcionista. Mas não prejudicou em nada o poeta, que grande poeta ele foi por toda a vida.

Passei a residir em São Paulo, mas não o perdi de vista. Sempre que eu retornava a Fortaleza dava-lhe ao menos um telefonema. Ou conversávamos longamente na roda de visitantes da Livraria Renascença. Visitantes diários, à tardinha, entre os quais Braga Montenegro, Otacílio Colares, Milton Dias, Moreira Campos, José Alcides Pinto, João Jacques, Waldery Uchoa, quantos outros mais.

Num desses encontros perguntei pelo seu romance *Estrela da Mesma Noite*, que ele anunciou mais de uma vez que estava para ser lançado, inclusive através das orelhas do seu romance *Eu Quero o Sol*. Informou-me que desistira de publicá-lo porque o livro retratava muito fielmente um tipo homoxessual da capital e de família distinta. E ele, Jáder, marchando para os setenta, não estava mais disposto para nova “briga”. Sugeri-lhe:

— Por que você não o descaracteriza? É fácil.

— Como assim?

— Se o personagem for gordo, você o torna magro. Se não fuma, passa a fumar. Se tem cabeleira, faça-o careca. Torne-o manco de uma perna. Se toca violão, passa a tocar cavaquinho. Você salva o romance, não perde mais do que poucas semanas para fazer isto, porque você não mexe na trama da obra.

Ele abriu os olhos para mim:

— Caio, você me apontou a luz. Vou fazer isto. Ótimo.

Mas não fez. E sempre que eu voltava ao assunto ele repetia que ia fazer.

Esse filho brilhante, meio endiabrado e meio santo, lá da Serra do Estêvão, das bandas do Cariri, nascido ao apagar das luzes de 1901 e falecido aos oitenta e quatro anos de idade, ainda me garantia, por telefone, pouco antes de se despedir de todos, em particular da minha geração, que o admirava tanto: “Vou modificar, Caio.”

Pergutei ao Cid Carvalho, seu filho, pelo livro. Garantiu-me que vasculhara toda a sua biblioteca e não o encontrara.

Será que o Jáder de Carvalho jogou-o fora, para não modificá-lo?

Ou tinha-o apenas pronto na cabeça e ainda não o escreveu? Quem sabe?

O Jáder era... o Jáder.

São Paulo, 27/5/2000 — às 9:30 — sábado.

Fran Martins

O meu primeiro contato com Fran Martins se deu por volta de 1942 quando encontrei na estante do meu irmão Manoel, jornalista de *O Estado*, em Fortaleza, um exemplar do romance *Ponta de Rua*. Nos meus catorze anos, ainda encharcado das lições de catecismo dos padres sacramentinos da Igreja de São Benedito, tomei um susto dos diabos quando, ao abrir o livro, li, num diálogo, o palavrão, que então se chamava *nome feio* (e como era feio...) — *filho da puta*. Eu nunca vira uma coisa daquelas impressa em livro. À noite, reuni os amigos junto ao poste de luz do meu quarteirão, na Rua Dona Teresa, e mostrei o grande achado. Foi um alvoroço. Pediam:

— Procure outro. Procure outro.

Eu já havia procurado e encontrado *filho de uma égua*, *escroto*, por aí. Quase ganhei dinheiro para mostrar os meus achados e quase me rasgam o livro para relerem os palavrões. Todos nós éramos alunos dos padres sacramentinos, que nos mandavam rezar dia e noite.

Corri a estante do mano e encontrei mais dois livros do Fran — *Mundo Perdido* e *Poço dos Paus* — todos com dedicatórias. Sem palavrões. Decepcionei-me. Nada. E vim a saber, sondando o irmão, que aquele nome não era estrangeiro. O Fran era apenas a primeira sílaba de Francisco.

Foi o primeiro escritor cearense vivo que li, porque, além de Alencar, Macedo, e alguns contos do Machado, eu não

conhecia nada mais de literatura. Todos já falecidos. E de Mestre Machado eu ainda não alcançara a sua força criadora. Achava-o chato para valer.

Então eu quis conhecer pessoalmente o Fran Martins. O mano, que seria o meu apresentador, viajou para o Rio Grande do Norte, depois para o Maranhão e deixou de vez Fortaleza. Mas eu só via o Fran de longe, em grupo de amigos. Não tive contato com ele nem quando entrei para *O Democrata* e recebi apoio carinhoso do poeta Aluizio Medeiros para continuar escrevendo. Aluizio era amigo dele e integrante do Grupo Clão, do qual Fran era considerado a estrela maior. Pouco antes da minha mudança para São Paulo, em 1955, quase falo com ele, quando eu trabalhava na Firma Celso Nunes (Panair do Brasil). Ele foi tratar de uma passagem e eu me aproximei dele para me autografar o seu último livro — *O Cruzeiro Tem Cinco Estrelas*. Mas ele pouco se demorou na seção de passagens e se foi.

Na minha primeira volta a Fortaleza, cheguei à conclusão de que não era justo não conhecê-lo, tão fácil que era. Bastaria aproximar-me dele e dizer que gostara dos seus livros. Não era timidez. É que, naquela época, havia uma exagerada educação de que ninguém se dirigia a alguém sem conhecê-lo pessoalmente. Pois fui direto ao seu escritório, na Rua Guilherme Rocha. Subi a escada e ele estava lá sozinho, escrevendo. Apresentei-me, contei-lhe tudo isto e arre matei, divertido:

— Pois precisou que eu fosse a São Paulo e voltasse para lhe conhecer pessoalmente.

Ele riu, perguntou pelo meu irmão, convidou-me para um cafezinho ali em frente. Foi um bom bate-papo. Notei que não era muito expansivo, mas muito cortês, um riso que tinha até certo ar de humildade.

Encontramo-nos outras vezes, mostrei-lhe uns contos que andava escrevendo. Ele me pediu um para publicar na revista Clã. Fiquei de mandar de São Paulo. Nunca mandei, e até hoje

me pergunto por quê. Eu, que sou incapaz de deixar um simples bilhete sem resposta, sofro de um desses *brancos*, muitos dos quais têm me prejudicado. Deixei de entrar numa antologia de contos, altamente qualificada, publicada no Japão, porque... sei lá. Deram-me três meses para entregar o trabalho. E o meu hábito é mandar imediatamente tudo o que me pedem.

Os anos se passaram, publiquei livros, e a minha amizade com o Fran se estreitou. Ele não era de responder cartas. As que me mandou foram pouco mais que bilhetes, mas muito camaradas. Mandou-me autografados todos os seus livros, inclusive alguns de Direito, porque passou a dedicar-se mais à literatura jurídica do que à ficção.

O meu irmão João Batista, médico em Fortaleza, em cuja casa eu me hospedava, muito bem relacionado no meio literário, costumava fazer reuniões na sua casa, e convidava a patota toda: Milton Dias, Cláudio Martins, Fran Martins, Moreira Campos, Mozart Soriano Aderaldo, Braga Montenegro, outros mais. Conversávamos muito nessas ocasiões.

Certa vez, Fran pegou o carro e me levou a um barzinho, na Praia do Futuro. Ainda não existiam esse mundo hoteleiro e essa febre turística na cidade. Naquela época, década de sessenta, tudo na orla marítima era mais calmo. Os melhores hotéis ficavam no centro: O Savaná e o São Pedro, sem contar o mais antigo: o Excelsior.

Tomamos uns drinques naquele barzinho, meio mixuruca, mais de pescadores. Voltei a insistir com ele:

— Fran, por que você não publica o *Nós Somos Jovens*?

Um romance que ele eserevera por volta de 1943 e permanecia inédito. Ele estava resolvido a deixá-lo de lado:

— Não vale mais a pena. Está superado. Outro dia andei lendo os originais. O livro está muito ruim. E quase publico em 1944, pela Editora Epasa, do Rio, mas ela faliu. Escapei dessa.

O livro só veio a público após a sua morte. Insisti até com sua esposa para não deixá-lo inédito.

Mas aconteceu um fato desagradável que me deu grande dor de cabeça, grande contrariedade. Quando a Editora Martins, de São Paulo, estava para lançar a sua novela *Dois de Ouros*, em 1966, um dos seus mais belos livros, o escritor Raimundo de Menezes, nosso conterrâneo, que assessorava a editora, telefonou-me um dia:

— Caio, você tem alguma coisa escrita sobre o Fran Martins, para pôr nas orelhas do livro?

Eu andava esboçando um artigo longo, que nunca veio a ser publicado porque não o terminei, onde eu afirmava que Fran era mais romancista que contista.

— Tenho um esboço de artigo. Não está concluído.

— Mande para eu dar uma olhada.

Mandei. E caí do cavalo quando o livro foi editado: lá estava, nas orelhas da bela edição, aquela porcaria de rascunho. Endoidei:

— Raimundo, que loucura! Não era para publicar. Isso é um roteiro, desalinhavado. Que sujeira comigo! O Fran sabe disso? Eu nem li o *Dois de Ouros*. Só falo, por cima, dos livros anteriores.

— A editora não teve tempo para consultar.

— Mas devia ter pedido a minha autorização. E eu não daria. Isso é o fim da picada, Raimundo. O que o Fran vai pensar disso?

Fiquei doente. Escrevi ao Fran historiando o que aconteceu, explicando que aquilo não era merda nenhuma de “orelhas”. Eu nem tinha lido o livro.

E na minha primeira ida a Fortaleza contei-lhe tudo em detalhes. Ele riu, compreensivo e camarada:

— Pois eu gostei.

Claro que não gostou. Estava sendo gentil. E gentil comigo continuou sempre, até o fim da vida.

Nascido, em Iguatu, no Cariri, em 1913, faleceu marchando para os oitenta anos.

Guardo uma afetividade particular por esse grande nome das letras cearenses, que nada tem a dever aos melhores da sua geração.

Mas que aquelas “orelhas” idiotas, em livro tão belo, ainda hoje me chocam, nem vou falar...

Fazer o quê, Fran?

São Paulo — 28/05/2000 — às 9:30.

Caio Prado Júnior

Conheci pessoalmente Caio Prado Júnior quando ele ganhou o *Troféu Juca Pato* (Concurso Intelectual do Ano), em 1966, pela publicação, no ano anterior, do seu livro *A Revolução Brasileira*, que fizera grande sucesso, porque punha em xeque, nas suas linhas gerais, o golpe militar de 1964. Ele ofereceu, na sua residência, um concorrido coquetel, com a presença de dezenas de intelectuais. Conversei com ele várias vezes por telefone durante o período de votação e assistira, quando ainda residia em Fortaleza, uma concorrida palestra sua, a convite do Partido Comunista, ao qual pertencia, então na legalidade, na década de quarenta.

Durante o coquetel aproximei-me dele e conversamos um pouco. Já sabia, pelas conversas telefônicas, que eu era de Fortaleza. Abraçou-me, e ficou por isso.

Um belo dia, eu sozinho na secretaria da União Brasileira de Escritores, à tarde, ele entra e se põe em frente à minha mesa. Era um tipo alto, espigado e simpático. Ofereceu-me uma bala e chupava outra. Aproveitei a ocasião para lhe dar um exemplar do meu romance *O Sal da Terra*, lançado em 1965 pela Editora Civilização Brasileira.

— Já conheço o seu livro. Não li. Tenho lá na livraria.

Referia-se à Livraria Brasiliense, uma das maiores de São Paulo, da qual era proprietário.

Sentou-se e passamos a conversar, embora o telefone não parasse de tocar, interrompendo a conversa, o que me afligia um pouco:

— Só um minutinho.

Ele esperava pacientemente. Falei-lhe que assistira a conferência que ele fizera em Fortaleza. E ele me esclareceu:

— Estive lá, não faz muito tempo, visitando mais uma vez o túmulo do meu tio-avô Antônio Caio da Silva Prado, que foi presidente do Ceará em 1888. Morreu lá.

Eu conhecia toda a história do presidente Caio Prado, que escandalizava a miúda aristocracia da terra, como informa o poeta Antônio Sales, conversando com populares, metendo-se na roda dos jovens intelectuais, jogando bilhar na Praça do Ferreira, centro da cidade. O povo o adorava. Espírito brincalhão, era, ao mesmo tempo, um excelente administrador, e muito fez pelos desvalidos quando o flagelo da seca se confirmou em 1888. Educado na França, andara presidindo Alagoas e fora transferido para o Ceará. Irmão do ministro da Agricultura Eduardo Prado. Morreu na pequena Fortaleza de então, após uma crise fulminante de febre amarela, aos trinta e seis anos, deixando esposa e duas filhas. A cidade parou e chorou a sua morte.

— Eu sabia que ele era paulista, mas não sabia que era seu tio-avô.

— Meus avós contavam que ele era um rapaz bonito e muito alegre.

— Pois eu lhe conto uma coisa, Caio Prado. O meu nome Caio vem em homenagem a ele. Minha mãe queria que eu me chamasse Porfírio, nome do seu cunhado, irmão do meu pai, a quem ela queria muito bem. Mas o meu velho queria Caio, porque ele sempre ouvira, dos mais velhos, que o seu tio-avô fora um político adorado pelo povão. Quando o Caio Prado morreu meu pai tinha cinco anos de idade e morava na fazenda Pau Caido, do meu avô, município de Santana do Acaraú. Pois naquele fim de mundo, naquela época, já chegara a fama do

Caio Prado. E para meus pais chegarem a uma paz completa batizaram-me de Caio Porfírio. De sorte que trago do berço um pouco do nome da sua família.

Ele riu bastante e passou, daí por diante, sempre que me encontrava, a me chamar de “meu xará parente.”

Certa feita, numa festa de lançamento de livro, na sua livraria, ele me apresentou a amigos:

— Vocês conhecem aqui o Caio? Não é só meu xará. É ainda um pouco meu parente.

Perguntaram qual o grau de parentesco. Ele desconversou:

— Ah, a história é comprida, vem dos meus avós. Coisas de família.

Passou a me tratar com muita distinção. A tal ponto que o Sérgio Buarque de Holanda, que aparecia sempre na UBE, um dia me contou:

— Sabe o que o Caio Prado me disse? Que você era parente dele. Ele me contou a história do seu nome.

— E minha mãe, Sérgio, quase atrapalha tudo...

Caio Prado deu-me alguns dos seus livros. E quando lhe avisei, certo dia, que ia de férias a Fortaleza, perguntou-me:

— Quando?

Dei-lhe a data.

— Quem sabe eu apareça por lá e iremos juntos visitar o túmulo do meu tio-avô.

Isto nunca aconteceu. Mas teria sido curioso se de fato tivesse acontecido.

Ao falecer, em 1990, aos oitenta e três anos de idade, nascido que foi em 1907, eu estava em Fortaleza. Tomei um táxi e fui ao cemitério São João Batista onde, logo na entrada, vê-se o imponente túmulo do presidente Antônio Caio da Silva Prado: uma coluna quebrada ao meio, simbolizando a sua morte prematura.

Fiquei ali calado, só olhando...

Moreira Campos

Não me lembro quando se deu o meu primeiro encontro com o contista Moreira Campos. Lembro-me de que, ainda quando residia em Fortaleza, li o seu livro de estréia — *Vidas Marginais* — publicado lá no final dos anos quarenta. Alcançou grande sucesso de crítica. Moreira Campos, para nós, da geração mais jovem, surgia de repente como uma estrela brilhante, para nossa surpresa, admiração e quase perplexidade. Então nós tínhamos um contista daquela qualidade? Sabíamos que integrava o Grupo Clã, mas nos espantou a rapidez da admiração geral no Estado e no País. Tornou-se mestre de todos nós, que lidávamos, claudicantes, com o gênero curto de ficção. O seu segundo livro — *Portas Fechadas* — lançado alguns anos depois, confirmou e ampliou sua fama de grande contista brasileiro.

Numa das minhas idas a Fortaleza, encontrei-me com ele. Eu preparava o lançamento do meu livro de estréia — *Trapiá* — e ele lera já, em jornais e revistas, alguns dos contos que integrariam o livro. Fizemos logo uma boa amizade.

Após o lançamento de *Trapiá*, em 1961, ele veio a São Paulo tratar da publicação do seu terceiro livro — *As Vozes do Morto* — pela mesma coleção, intitulada “Alvorada”, da Editora Francisco Alves, que publicara o meu. Uma coleção de escritores de expressão. Começou com Carlos Lacerda, seguiram-se Clarice Lispector e Jorge Medauar. Paulo Dantas, que julgava as

obras que apareciam, e o Lélío Castro, diretor da Editora, meteram-me no meio deles. Tive a sorte de iniciar nas letras como “gente grande.”

Moreira Campos avisou-me da sua chegada, por telegrama. Naquele tempo não tínhamos os meios globais de hoje. E eu fui, numa noite fria, esperá-lo no aeroporto de Congonhas. Levei-lhe uma suéter salvadora, porque sabia que ele iria enfrentar um frio dos diabos. Arranjei-lhe quarto num hotel modesto, familiar, no centro da cidade — Hotel São Sebastião — para não gastar muito dinheiro.

Ele acertou a publicação do livro, almoçou na minha casa, ficou conhecendo toda a minha família e passamos quatro dias para cima e para baixo visitando escritores e jornais.

Fui deixá-lo no aeroporto, numa tarde ensolarada. E a amizade transformou-se quase de irmãos.

Mas veio um desastre, que nos contrariou enormemente. A editora fez uma verdadeira sacanagem com o livro dele. Publicou-o em papel de péssima qualidade, uma capa azulada horrorosa, parecia mais um caderno escolar. O Paulo Dantas e o Lélío Castro, que dirigiam a Francisco Alves em São Paulo, com sede no Rio de Janeiro e impressões dos livros lá, ficaram furiosos. Fui à editora, vi o constrangimento do Paulo Dantas, que admirava muito o Moreira Campos e aprovara a publicação do livro. Moreira Campos, por sua vez, mandou um telegrama à editora, que era quase uma carta. Determinou que o livro não circulasse. Mas não houve jeito: o livro já estava em várias livrarias, e, apesar da roupagem péssima, vendendo bem. Erros de revisão de todos os tamanhos. Um deles tirava até o sentido da história de um dos contos. Pois a crítica não deu bola, viu apenas a qualidade dos textos e pôs o livro nas nuvens.

Passei a freqüentar a sua casa nas minhas idas a Fortaleza e ganhei mais de uma compota de doce de jaca feito pela D. Zezé, sua esposa. Íamos, diariamente, à roda da Livraria Renascença, do Luís Maia, na Major Facundo, quase esquina com

a Pedro Pereira, e lá também estavam sempre presentes o Juarez Barroso, o José Alcides Pinto, o Jáder de Carvalho, o Braga Montenegro, e professores da área do Direito. Nos lançamentos de livro, como nos meus, então ia a turma toda da Clã: Fran, Artur Eduardo Benevides, Eduardo Campos, João Jacques, Mozart Soriano Aderaldo, Otacílio Colares, etc. e etc.

Freqüentávamos constantemente a casa do Braga Montenegro, na travessa Monsenhor Quinderé. Casa ótima, terreno grande muito arborizado, quase uma chácara. Eu, Juarez Barroso e Carlos Pontes assistimos, mais de uma vez, calados, discussões bravas entre Braga e Moreira sobre o *conto*. Moreira Campos, que evoluíra dos textos mais longos nos primeiros livros aos textos curtos e inteiriços nos últimos, não aceitava mais os chamados cortes, no andamento da criação, por força da mudança de tempo ou enfoque, pedidos pelo tema. Repetia sempre:

— O conto é uma peça una. Esse processo que se usa ainda de abrir espaços, como divisão de capítulos, é para novela e romance. O conto é um tiro só: *vupt*, e pronto. Tudo o mais vai no implícito.

Braga Montenegro discordava e as discussões entre os dois não paravam. Mestre Braga, ficcionista e nome de expressão da crítica nacional, naquela sua maneira gaguejante de falar, apresentava mil argumentos a seu favor e citava inúmeros contistas e estudiosos da arte literária. O José Maria, como também chamávamos carinhosamente o Moreira Campos, cortava com duas palavras:

— Uma ova.

Ajudei e consegui a publicação do seu livro *Os Doze Parafusos*, pela Editora Cultrix, de São Paulo. Não foi difícil, porque o escritor José Paulo Paes, que dirigia o departamento editorial da mesma, admirava-o muito.

Guardo do querido amigo várias cartas afetivas e camaradas. Nunca nos perdemos de vista, eu aqui em São Paulo, ele lá na nossa Fortaleza. Magérrimo, fumava o seu cigarrinho.

Extremamente calmo, ar sempre alegre, de um humor notável. Adorava boas anedotas e ele as contava com muita graça. Um dia nos falou numa roda:

— Vocês sabem que o médico me proibiu de fumar? Estou com princípio de enfisema. Mas fumo escondido de mim mesmo. Dou uma tragada, o cigarro aceso na concha da mão, e ponho a mão para trás, escondendo de mim.

Pois assim como houve o desastre gráfico com o seu livro *As Vozes do Morto*, veio outro fato desagradável com o seu último livro, que não chegou a publicar. Pediu-me ele se eu poderia sondar em São Paulo a possibilidade de publicação. Falei com o seu querido amigo Ricardo Ramos.

Ricardo mandou buscar os originais e entregou-os à Siciliano. Eles se falavam muito por telefone e o Ricardo garantiu a publicação. Mas o Ricardo, desgraçadamente, veio a falecer em poucas semanas, de um câncer de fígado, que o fulminou quase como um infarte. E o Moreira Campos, bem piorado do enfisema, tomou um susto dos diabos. A editora passou a embromar e o livro não saía. Então, aborrecido, desiludido, telefonou-me de Fortaleza:

— Caio, me faça um favor. Tire o livro da editora. Não vou mais publicá-lo.

Insisti com ele, pedi à editora para se apressar, mas não houve jeito. Devolvi os originais e pedi particularmente à D. Zezé e à Natércia Campos, sua filha, que tomassem conta do livro. Juro que tive medo que ele o destruísse. Natércia me tranqüilizou:

— Não tenha medo, Caio. O livro está comigo e um dia virá a público.

Quando morreu, aos oitenta e quatro anos, pensei em telegrafar à família. Mas o que eu iria dizer? Fiquei com o meu silêncio, com a saudade do amigo e com a amizade da família. Quando fui a Fortaleza, o meu abraço à D. Zezé e à Natércia consolaram-me muito mais.

Eu escreveria um livro sobre esse “monstro” do conto nacional, nascido nos idos de 1914, lá para os lados do Cariri, em Senador Pompeu, se ele, José Maria Moreira Campos, de onde estiver, me der uma forcinha...

Quem sabe um dia...

São Paulo — 01/06/2000.

Válter Nogueira da Silva

Filho de Cabo Frio, Rio, onde nasceu em 1915. Muito bom poeta. Tipo alto, elegante, moreno, ágil, simpático, bom conversador. Fumava constantemente. Andou residindo em São Paulo, onde morava um irmão médico, mas retirou-se definitivamente para Cabo Frio, no Estado do Rio. Houve problemas pessoas entre ele e o poeta Eurícles Formiga. Não se falavam. E eu, um dia, ignorando tudo, apresentei o Formiga ao Válter. Ambos fecharam a cara, deram-se as costas, e eu caí do cavalo. Não se davam.

O fato é que o poeta Válter Nogueira da Silva ficou encantado com o meu livro de contos de estréia — *Trapiá*. Isto me dava muita satisfação e orgulho.

— O seu livro é uma beleza, seu Caio.

— Beleza é o seu livro de poesias *Há Sempre Estrelas no Céu*.

Sua poesia era lírica, um tanto parnasiana e um tanto simbolista. Rimas ricas e belas imagens. Declamava sempre um belo poema que escrevera em homenagem a Tiradentes, onde, indiretamente, fazia crítica aos fardados do poder.

Pouco depois do lançamento do meu romance *O Sal da Terra*, ele me telefonou, no início de 1966, lá de Cabo Frio, convidando-me para compor o corpo de jurados que iria eleger a *miss* do Estado do Rio. Pediu-me para levar uns duzentos exemplares do meu romance. Eu os venderia todos na bela

cidade turística e salineira. Ele faria o maior carnaval sobre meu livro, cujo tema são as salinas do Nordeste.

Mandei-me de São Paulo com dois pacotes enormes. Dormi em Niterói e, no dia seguinte, toquei-me de ônibus para Cabo Frio. Cheguei à tardinha. Válter levou-me ao melhor hotel da cidade. E, à noite, fomos ao clube, recém-inaugurado, com ampla vista para o mar, a grande piscina praticamente colada ao salão de festas. Fui logo apresentado à *miss* Cabo Frio, belíssima moça, que dançou comigo quase a noite inteira. Queria o meu voto, claro. Os outros jurados, fora dois da própria cidade, chegariam do Rio no dia seguinte.

E no dia seguinte, pelas dez da manhã, chegaram o poeta Lêdo Ivo, o poeta Walmir Ayala, o Adalardo Cunha, da Editora José Olímpio, e o Carlos Ribeiro, da tradicional Livraria São José, do Rio. Eu os conhecia todos. Formou-se logo a mesa de jurados, em frente à piscina do clube, onde as *misses* vitoriosas das várias cidades do Estado desfilariam à borda da mesma, passando diante de nós, jurados, indo e vindo. O povão apinhava-se em volta da piscina e além dela, descendo rumo da praia. Dia lindíssimo. Eu satisfeitíssimo, porque se um mínimo daquela gente comprasse o meu livro os pacotes desapareceriam em minutos.

Válter colocou em frente de cada jurado bloco de papel, folhas com itens para notas, e o mais importante: uma garrafa de ótimo uísque, gelo e tira-gosto. Tomei logo uma dose, o estômago vazio. Estava pronto a votar em *miss* Cabo Frio, fosse ela a moça bonita, que de fato era, ou uma megera. O que eu queria mesmo era fazer média e vender meus livros.

Eram todas lindas. Mas quando apareceu a *miss* Flamengo, meu Deus do Céu, era de fechar o comércio. Batia fácil, fácil, em todas, e, por justiça, teria a melhor nota em todos os quesitos. Desfilavam, posavam, sozinhas ou em conjunto. E eu firme com a *miss* Cabo Frio. Eu precisava vender os meus duzentos exemplares. E eu sabia que o Válter me convidara porque contaria com o meu voto.

Mas o Lêdo Ivo e o Walmir Ayala, particularmente este, cochichavam ao meu ouvido para votar na *miss* Flamengo. O Walmir não parava:

— Vote na *miss* Flamengo, Caio. Ela é a melhor de todas. Parece uma deusa.

Eu bebia o bom uísque, o estomago vazio, e repetia:

— Sou *miss* Cabo Frio.

Os cochichos nos meus ouvidos e eu bebendo. E à proporção que bebia, ia me deixando influenciar. Na primeira votação, para escolha das finalistas, empataram *miss* Flamengo e *miss* Cabo Frio, porque dei atenção aos pedidos do Ayala, que não paravam. Ele cochichava de uma maneira que nem parecia que mexia os lábios. Bastaria o meu voto na *miss* Cabo Frio e ela ganharia. Pois ali estava o empate. E aquelas doses de uísque aumentando no meu bucho. Eu já via tudo lindo, uma beleza, e aquela disposição idiota de me mostrar machão, dizendo para mim mesmo: “Meu voto é independente e voto em quem eu quiser.” Pegava o copo de uísque e... vamos nós. Encarei o Ayala:

— Você tem razão. É *miss* Flamengo. Pronto.

Foi o meu desastre. *Miss* Cabo Frio perdeu no desempate e quase fomos apedrejados no Clube e durante o almoço na bela churrascaria.

Voltei, com os meus pacotes de livros, com a turma do Rio. Não houve, claro, o esperado lançamento. Em Niterói, curado da bebedeira, senti-me profundamente arrependido. Nem fui para a casa do tio Adolfo, irmão da minha mãe, que morava lá. Preferi ficar num hotel. Dormi profundamente e voltei para São Paulo no dia seguinte.

O que eu iria dizer ao Válter? Chamou-me a Cabo Frio, pagando tudo, para votar — evidente — na *miss* local. Mas para que diabos foi ele, logo às 10 da manhã, colocar uma bela garrafa de uísque com pratinhos de tira-gosto na frente de cada jurado? Os demais beberam pouco. Os de Cabo Frio não beberam nada. Eu, porém, diante daquelas belas *misses*, daquele

poção bem vestido, muitos de roupa de banho, daquela piscina, e sob aquele céu divino, o mar quebrando não muito distante, o que iria fazer? Tomar uma dose, mais uma, ir adiante... porque a viagem fôra longa e ninguém é de ferro.

Pois me ferrei.

Nunca me desculpei perante o Válter Nogueira da Silva e ele, gentilmente, nunca tocou no assunto. Ficou, de certo, por dentro, grandemente aborrecido comigo. Mas nada demonstrou. Manteve a mesma amizade. E continuamos a conversar e beber juntos no bar da União Brasileira de Escritores ou nos bares da noite paulistana, pois ele vinha muito a São Paulo.

A enfisema, provocada pelo fumo, minou-lhe o organismo. Ele não mudou de vida. E se foi, sem nunca termos tido uma rusga. Elogiou, até o fim, o meu *Trapiá*, e eu devolvia a gentileza elogiando o seu *Há Sempre Estrelas no Céu*, que guardo com muito carinho e um belo autógrafo.

Válter morreu na faixa dos sessenta anos, lá em Cabo Frio com falhas de lucidez provocadas pela doença. E eu ainda hoje, e de certo pelo resto da vida, não me perdôo daquele porre maldito, que me impediu de vender, de uma tacada, duzentos exemplares do meu romance *O Sal da Terra*.

São Paulo — 02/06/2000.

José Geraldo Vieira

Baixo, franzino, meio cabeçudo, olhos vivos, ar altaneiro, segurando sempre o cachimbo na boca, às vezes de boné — este o pálido retrato, em linhas rápidas, do romancista José Geraldo Vieira. Falava com certo requinte, usando palavras difíceis, intercalando expressões estrangeiras. Parecia posudo. Mas não era nada disso. Isto era só a fachada. Criatura humana, de fino trato, sabia ouvir com atenção os mais jovens.

Conheci-o já casado com a escritora Maria de Lourdes Teixeira. Ambos vinham de outro casamento. Ele, carioca, de ascendência de portugueses ricos, bem criado, separou-se da primeira esposa, com quem teve cinco filhos. Maria de Lourdes vinha de casamento com banqueiro da família Scavone, com quem teve um filho, o escritor de ficção científica Rubens Teixeira Scavone.

Uniram-se já na velhice e residiam aqui em São Paulo, num apartamento da Avenida Duque de Caxias, onde estive algumas vezes.

José Geraldo era escritor famoso, autor de vários romances, entre os quais *A Túnica e os Dados*, *A Quadragésima Porta* e *A Mulher Que Fugiu de Sodoma*. Formado em medicina, especializou-se em radiologia. Do Rio foi para a cidade de Marília, sozinho, interior de São Paulo, onde retornou à profissão há muito abandonada. No seu recolhimento recebia poucas pessoas,

entre elas o escritor Osório Alves de Castro, autor do romance *Porto Calendário*, que lá residia.

José Geraldo Vieira era intelectual de vasta cultura e muito viajado. Traduziu dezenas de livros. Passando a residir em São Paulo e casado com Maria de Lourdes Teixeira, entrou para a Academia Paulista de Letras e freqüentava a União Brasileira de Escritores com assiduidade. Não faltava a nenhuma atividade da entidade e não deixava de aceitar convite para fazer uma conferência, na capital ou no interior.

Suas palestras, para qualquer público, eram excelentes. E tinha particular agrado em discorrer sobre a poesia concretista. Crítico de artes plásticas, integrou várias vezes a comissão julgadora para escolha dos vencedores, nas bienais do gênero. Talvez daí a sua admiração por essa tendência poética que pede muito do visual. Eu via nisto, da parte dele, uma certa contradição, porque sua literatura, seus romances, são um tanto barrocos e bizantinos, recheados de trechos longamente descritivos, embora notavelmente bem escritos. Ao ponto de, no seu romance *Paralelo 16: Brasília*, descrever, com minúcias, até peças do avião.

Tivemos inúmeras conversas longas, embora ele quase não falasse e mais ouvisse. Com aqueles olhos sempre vivos e críticos, só tirava o cachimbo da boca para dizer meia dúzia de palavras. Não faltava, juntamente com Maria de Lourdes Teixeira, às reuniões periódicas que o escritor Osman Lins organizava no seu apartamento. Osman e Julieta de Godoy Ladeira, sua companheira, não convidavam muita gente, mas sempre estavam presentes o José Geraldo e a Maria de Lourdes.

Certa feita, num depoimento que tomamos dele para o Museu da Imagem e Som do Escritor, da União Brasileira de Escritores, o Aluysio Sampaio, idealizador do Museu e seu fundador, perguntou ao José Geraldo:

— José Geraldo, fale da sua primeira esposa e dos seus filhos?

Cortou logo:

— Não quero tocar nesse assunto. Está morto.

Uma ocasião recebi um grande elogio da Maria de Lourdes ao meu conto *Zeca Perneta*, do meu livro *Os Meninos e o Agreste*. Pois José Geraldo, no primeiro encontro que tivemos, foi direto:

— Olhe, a Maria de Lourdes gostou muito do seu conto. Li e também gostei. Mas tem umas coisinhas...

Ele veio uma ladainha, naquele português castiço, meio dou-toral, que era a sua eterna maneira de falar. Falta isto, falta aquilo. Eu nem mais sabia se ele elogiava ou não. Foi mais uma pequena conferência sobre o gênero *conto*, com tantas citações em espanhol, francês, inglês e alemão, que eu não entendi nem a metade. Fazer o quê? Tinha ele, porém, um charme tão pessoal que não chocava ninguém e impressionava.

Foi vítima, quando radiologista em Marília, de uma carga grande de raios-X, que foi deformando os dedos da mão e com os anos lhe seria fatal.

Ele, embora não falasse nunca no assunto, sabia muito bem do seu problema, porque era médico.

Viajavam conosco nas caravanas ao interior e iam todos os anos à Europa. Um dia ele me disse:

— Dei uma volta ao mundo num belo cruzeiro e paguei tudo com as minhas traduções. Depois do almoço eu descansava um pouco e ia para a máquina. Quando cheguei ao Brasil a viagem estava paga.

Procurou-me para se aposentar como escritor. Fazia alguns meses que eu não o via. Tomei um susto. Pálido como cera, abatido, o mal tomando conta do organismo. Esclareci tudo como ele devia fazer, eu correria com os papéis. Mas a doença avançava inexoravelmente.

Vi-o, a última vez, de longe, desfigurado, um cadáver em pé. Nem me deu coragem de me aproximar dele, mesmo porque estava com pessoas desconhecidas.

Morreria pouco depois. Contou-me a romancista Lenita Miranda de Figueiredo que, bem perto da morte, sentindo-a chegar, ele declamava poetas de sua preferência.

Faleceu em 1977, aos oitenta anos de uma vida inteira dedicada à Arte Literária e às Artes em geral que, com esmero e refinamento, espelhava-as do cachimbo que fumava com todo o pessoal de um filho da Renascença.

São Paulo, 04/06/2000 — 10 hs.

Nelson Claro

Altura mediana, sempre bem vestido, engravatado e de colete, alvo, cabelos pretos, mais para gordo, aparência séria mas muito irônico, fumando sempre — assim era Nelson Claro. Alto funcionário da Ford. Ia muito à Argentina e a outros países da América Latina a serviço da firma. Tinha parentes próximos, segundo nos falava, proprietários de haras de cavalos de raça, lá para os lados de Sorocaba.

O Nelson Claro era escritor de talento, porém muito apressado e relaxado nas suas criações. Tinha uma qualidade: só bebia uísque bom. Podia pagá-lo. O seu defeito era bebê-lo em demasia.

Freqüentava a sede da União Brasileira de Escritores praticamente todos os dias, particularmente quando se afastou, creio que por aposentadoria, da grande empresa onde trabalhava. Quando ainda na ativa, prometeu-me um milhão de vezes:

— Vou lhe levar a Buenos Aires. Você vai conhecer o Caminito. Vai adorar. Pago tudo.

Ficava na promessa. E nas suas idas constantes à entidade forçava-me a acompanhá-lo, à noite, às boates de São Paulo. Fiz essa “via-crúcis” com ele inúmeras vezes, chegava em casa de madrugada e ia, meio de ressaca, trabalhar no dia seguinte. Uma parada federal. Os escritores Kurt Falkenburger, industrial, o Sylvio Monteiro, excelente tradutor em vários idiomas,

o poeta Antônio Carlos Augusto Bonafé, que exercera alto cargo no INSS, e este pobretão aqui, formávamos quase sempre, com o Nelson, uma tropa de choque. O Nelson e o Kurt dividiam as despesas. Praticamente rasgavam dinheiro. Quando o único endinheirado presente era o Nelson, nessas andanças, então ele rasgava dinheiro sozinho.

Nelson Claro era demais. Entrava numa boate ou inferniinho e se cercava logo de um monte de garotas, pagava bebida para todas, depois íamos a outro lugar, e o festival de gastos continuava. Ao deixarmos uma casa noturna para um giro em outras, ele simplesmente entregava o talonário de cheques ao garçom:

— Preencha como quiser. Inclua o das meninas. Não quero nem saber.

Se Nelson Claro tivesse levado uma vida mais organizada deixaria, sem dúvida, obra mais valiosa. Escritor fotográfico, frases precisas e rápidas, tramas simples mas altamente fascinantes. Como, porém, escrevia às carreiras, o livro, naturalmente, sofria altos e baixos. Quando eu o alertava disso, pouco se importava:

— Lá quero saber disso, Caio. Vou escrevendo e jogando as folhas no chão. A minha sala fica coberta delas. O que me dá trabalho, depois, é por em ordem, porque nem numerar as folhas eu numero.

Ele próprio era um personagem. Endinheirado e com família bem constituída, da alta classe média ou mais do que isto, contou-nos que alugou um barraco numa favela da periferia de São Paulo e se meteu dentro dele para conhecer de perto aquela gente e escrever um livro. Fiz as orelhas para o seu livro *A Ilha do Cardeal*, cujo tema central é o tráfico de drogas. Ele já se preocupava, na década de setenta, quando lançou o livro, datado de 1980, com esse problema medonho que enlouquece e desnorteia o País e o mundo. Eu escrevi, no início da apresentação: “*O que agrada, de imediato, em Nelson Claro, é a dinâmica do estilo, a dialogação oportuna e viva e até a*

aparente desarrumação formal.” Seus livros abordam sempre temas sociais. *Os Bóias Frias*, de estréia, fala dos desvalidos da terra, na época getulina.

Escreveu outros livros, mas sempre assim, na carreira, quando lhe dava na telha escrever.

De repente, Nelson desapareceu da noite. Ninguém sabia dele. Todos nós perguntávamos por onde andava e nada.

Confesso que sentíamos falta — evidente — de sua mão aberta nas boates, inferninhos, para onde nos levava. Eu, um quebradão, já andava meio viciado com aquela fartura desregrada. Mas nenhum de nós saía para motéis. A farra era só de conversarias.

Um dia, ele reapareceu. Bem vestido como sempre, mais magro, mais pálido, e nos informou:

— Deixei de beber. Estou deixando de fumar. Passou. Já era tempo.

— Alguma doença, Nelson?

Negou prontamente:

— Não, não. Um dia eu encontrei na rua uma moça que me deu um grande beijo e disse: “Obrigado, seu Nelson, pela televisão e geladeira que o senhor me deu.” E eu nem sei quem era ela. Então falei para os meu botões: “Está na hora de parar, Nelson.” Foi o que fiz.

Certamente era piada dele.

Estava claro que o problema era outro. Alguma coisa, no campo da saúde, lhe acontecera. Vi-lhe uma mancha escura na perna, quando arregaçou a calça para livrar-se de uma coceira. Não perguntei nada e ele desceu rápido a perna da calça.

Tornou-se mais triste, mais calado. Só bebia água, de garrafa.

Era outro. Longe estava o Nelson Claro, sempre eufórico, que começava a beber logo cedo, pela manhã. Mais de uma vez encontrei-o à hora do almoço, no restaurante que freqüentávamos na Rua 24 de Maio, em frente ao prédio da sede da UBE, debruçado sobre o prato de comida, dormindo. Os

garçons já o conheciam e faziam sinais para os outros fregueses deixarem-no assim. Quando acordava, assustado, mandava levar o prato e pedia uma bebida.

Eu nunca vira uma pessoa, da categoria dele, passar, quase de repente, a beber tanto. Quando trabalhava na Ford era mais moderado. Ganhava de longe do crítico Sérgio Milliet. Se eram problemas particulares, nunca soubemos. E apesar do permanente estado etílico não perdia a linha, não dava um tombo, conversava normalmente. Eu, no seu lugar, teria me embebedado um milhão de vezes.

Um dia, chamou-me para tomarmos chá no referido restaurante. Deixei o trabalho de lado, descemos e pedimos chá com torradas. Uma tarde calorenta. Confessou-me:

— Caio, estou escrevendo um novo livro. Levando a coisa em ritmo lento, com cuidado e disciplina. Não lhe vou contar a história. É uma coisa diferente. Quero que você dê uma lida. Vou lhe trazer o que já escrevi. Corte do que não gostar. Seja sincero. Eu pago.

— Deixa isso pra lá, Nelson. Você já gastou muito comigo.

— Não, não. É serviço profissional.

— Pois traga.

Dois dias depois vim a saber que falecera de repente, justamente enquanto escrevia esse livro, que não concluiu e eu nunca cheguei a ler. Um outro, que deixou inédito, foi publicado após sua morte.

Isto vai caminhando para três décadas. Nascido em Santa Adélia, interior de São Paulo, em 1917, faleceu em 1987, setentão.

Luís Martins

O nome de Luís Martins me chegou, pela primeira vez, através do seu romance *Fazenda*, que li na juventude, na década de quarenta, em Fortaleza, onde residia. Quase nada guardo da história do livro, que perdi na minha mudança para São Paulo. Mas dele me ficaram duas passagens. Uma, de alcance geral da obra; outra, um detalhe passageiro dentro dela. Não vou consultá-la, numa biblioteca, para tirar a prova se não verdadeiros esses fiapos de memória. Ficou-me a idéia de uma grande solidão em ambiente rural. Apenas a solidão, provavelmente emanada da personagem principal. Não sei. E ficou-me o detalhe, rápido, fugidio, de uma criança procurando pular parece-me que os paus de uma cancela e o adulto dando-lhe a permissão, creio que ao entardecer. Valho-me de Mestre Machado: se tudo isto é desfocado e não verdadeiro, vá. Prefiro ficar com estes fragmentos remotos, que são uma maneira de ligarem-me aos primeiros livros que li na mocidade.

Vim a conhecer o autor aqui em São Paulo, mais ou menos de longe. Tipo forte, sério nas conversas. E passei a conhecê-lo mais de perto em encontros ocasionais ou em noites de autógrafos, com grande concorrência de público. Li outros livros seus e suas crônicas no *Jornal O Estado de S. Paulo*, e sabia do seu valor de crítico em artes plásticas.

Certa tarde, inícios dos anos setenta, ele me procurou na secretaria da União Brasileira de Escritores para saber se teria

condições de se aposentar como escritor. Soubera que a entidade já aposentara vários. Informei-lhe que o seu caso era fácilimo, sua bagagem literária grande. Seguiu as minhas instruções, pôs seus livros ao exame dos funcionários do INSS, e fez comigo a “via-crúcis”, de repartição em reparação, assinando e dando entrada em papéis. O Marcelo (foge-me o seu sobrenome) da repartição do Instituto, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, responsável pelo visto final em tudo, conhecia as crônicas do Luís Martins e com ele fez amizade. Foi uma mão na roda. Tudo seguiu mais fácil dentro da engrenagem burocrática, que eu conhecia de tão perto e nunca deixou de me irritar. Luís Martins autografou exemplares de seus livros para o Marcelo. Tudo correu às mil maravilhas, em grande rapidez.

Falei para ele:

— Viu, Luís Martins, como está sendo fácil?

— E agora, Caio?

— Agora a papelada corre rápida. Sua aposentadoria deve sair em um mês.

— Como você abriu todas essas portas?

— Abrindo. É um direito dos escritores. E a UBE deve cuidar disso.

— Você não cobra?

— Não. Aposto como vai aparecer alguém dizendo que ando tirando proveito da entidade. Depois você me dá uma garrafa de um bom uísque. Isto eu recebo. O Tito Batini, depois de aposentado, quis me dar uma garrafa de uísque nacional. Pode? Mudei com ele o trato: eu ia fazer uma dívida de duas dúzias de cervejas no bar da entidade e ele pagaria. Se pagou, não sei.

Eu sabia que o Luís Martins era casado com a escritora Anna Maria Martins, mas eu ainda não a conhecia pessoalmente. Convidou-me para uma visita ao seu apartamento. Devido a uma série de desencontros isto nunca aconteceu.

Tudo pronto, voltamos ao Marcelo. Poi quando ele deu a notícia:

— Está tudo em ordem. Falta só o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde o senhor trabalha, dar baixa na sua carteira.

— Tenho de pedir demissão?

— É e não é isto. O senhor sai do jornal, aposenta-se como jornalista e escritor, recebe em dobro, e o jornal torna a lhe admitir. O senhor passa a receber como jornalista aposentado, escritor aposentado, e novamente como jornalista em atividade. O INSS não pode aposentar ninguém sem o desligamento geral. Para a readmissão é só o jornal voltar a assinar a carteira, chamando-o de volta. Outros fizeram isto. Basta uma simples boa vontade do jornal.

E lá foi o Luís Martins tratar disto com o jornal. Demorou mais de uma semana sem dar notícia.

Uma tarde, entrou na secretaria da UBE, sentou-se à minha frente, acendeu um cigarro:

— O jornal negou, Caio. Se derem baixa na carteira será definitivamente. Insisti com o Departamento do Pessoal. Não houve jeito.

Abri os olhos:

— Eu não acredito. Você falou com a direção do jornal, os Mesquitas?

— Não, e não vou falar. São meus amigos. Não vou metê-los nisso.

— Mas que sacanagem, Luís... O que é que o jornal perde em demiti-lo e readmiti-lo depois?

— O Departamento lá não abre mão. E não vou deixar o jornal, evidente.

— Vai perder a sua aposentadoria de escritor, que o INSS lhe entregou de bandeja?

— Fazer o quê?

Falei com o Marcelo para ver se o INSS teria outro caminho. Não tinha. E o escritor Luís Martins, com o processo pronto e aprovado, não pôde se aposentar na categoria de escritor, que era, de fato, a sua profissão.

Num encontro, na Academia Paulista de Letras, ele me lembrou:

— Mas você vai receber o seu uísque. Perdeu muito tempo comigo.

— Não quero de jeito nenhum. Nem pensar.

Ele não se aposentou devido à rigidez do Departamento do Pessoal do jornal. Talvez até, olhando pelo lado da empresa, ela tivesse suas razões, fosse uma norma única para todos. O fato é que não bebi mais um bom uísque. Mas ficou a amizade afetiva com aquele escritor, que me deixou, na longínqua lembrança, passagens rápidas do seu romance *Fazenda*, lido na Fortaleza da minha mocidade, nos meados da década de quarenta.

Nascido no Rio de Janeiro em 1907, Luís Caetano Martins faleceu em desastre de automóvel perto de Rezende, Estado do Rio, em 1981.

São Paulo — 10/06/2000 — 9:30.

Leôncio Basbaum

Conheci Leôncio Basbaum, pai do escritor Hersch Basbaum, nas suas idas periódicas à sede da União Brasileira de Escritores, à tarde, para uma conversa descontraída comigo, um bate-papo qualquer, quem sabe fazendo hora para algum compromisso no centro da cidade. Às vezes ficava minutos, troca de algumas palavras, pouco mais que um *alô*; às vezes se demorava, porque eu puxava conversa, conhecer as muitas histórias dos antigos comunistas. Eu sabia da sua militância ativa na esquerda. Integrara o grupo da elite intelectualizada de teóricos marxistas que davam suporte doutrinário ao Partido Comunista. Era quando ele acendia o seu cachimbo e dizia alguma coisa, comedidamente. Não falava muito de si e menos dos outros. Gostava mais de conversar sobre amenidades, como ia a UBE e o que ela estava fazendo pelos escritores. Sempre cortês, circunspecto e calmo. Gostava de saber do meu Ceará e falava do seu Pernambuco, onde nascera e pouco vivera. E como eu falo sem parar, ele ia ficando. E quando, nessas ocasiões, aparecia o Caio Prado Júnior ou o Sérgio Buarque de Holanda, então a conversa se estendia entre eles e ia longe.

Um dia, quase perco a calma. Juntaram-se naquela sala estreita e calorenta da secretaria da entidade ele, o Caio Prado, o Sérgio e o ex-presidente da antiga Associação Brasileira de Escritores (ABDE) João Accioli. O Leôncio fumava cachimbo,

o Sérgio não tirava o cigarro da boca, o Caio chupava balas e o Accioli não parava (velho hábito) de coçar o nariz. A secretaria virou um inferno com aquela conversaria, aquele calor, o telefone não parava de tocar, eu sem poder trabalhar, o sócio que chegava para alguma consulta não podia entrar. Do lado da secretaria ficava o belo e grande salão da sede, com poltronas estofadas e cadeiras confortáveis. Por pouco não peço:

— Não querem ir para o salão? É mais confortável.

Mas nada falei e agüentei firme. Conversaram bem umas duas horas sem darem a mínima à minha correria e afobação. O sol, lá fora, tinha, entrava pela vidraça e tornava o ambiente um forno.

Lembro-me de uma frase que o Leôncio Basbaum repetiu nessa ocasião e já repetira mais de uma vez:

— O Partido Comunista já cumpriu a sua história.

Uma noite, um dos diretores da Editora Fulgor, que acabara de lançar, em quatro volumes, a *História Sincera da República*, do Leôncio, me procurou:

— Eu queria falar com você. Posso lhe deixar em casa de carro.

E no caminho da minha casa me perguntou:

— Caio, estamos com vontade de lançar o Leôncio para candidato ao prêmio Intelectual do Ano. O que você acha?

— O que eu acho? Eu não acho nada. Ele está mais do que gabaritado pelo regulamento do concurso. Vocês acabaram de lançar uma grande obra dele. Recebi os volumes da editora. É só inscrevê-lo e correr atrás dos votos. Aí é com vocês. Posso orientar. Vai ser uma briga bonita. Ele já sabe disso?

— Ainda não falamos com ele.

— Não precisam falar. Lancem e pronto. Ainda não existe nenhum outro candidato inscrito. Mandem bala. E não importa se a obra é reedição. Vai como edição revista.

O concurso Intelectual do Ano tinha poucos anos de vida, criado que fora em 1962. E a *Folha de S. Paulo*, patrocinadora do mesmo, fornecia o troféu *Juca Pato* e dava uma cobertura

enorme à disputa. Manchetes inteiras do caderno *Ilustrado*. O concurso pegava fogo e os votos choviam do País inteiro.

Insisti:

— Lancem o Basbaum. Ele tem outro livro novo com vocês, não tem?

Parece-me que era o livro *Alienação e Humanismo*. Leôncio era um ótimo nome para uma boa briga, porque, naquela década de sessenta, e mesmo na de setenta, inscreviam-se três ou mais candidatos. Os grupos de apoio se dividiam e a apuração final contava mais de mil votos para os candidatos juntos.

Esperei. E o período de inscrição de candidatos se esgotando.

Até que um dia entrou na secretaria da UBE, naquele andar calmo, a figura bem posta, tipo forte, aparência mais nova do que os seus aproximados sessenta anos, do Leôncio Basbaum. Sentou-se à minha frente, acendeu o cachimbo:

— Seu Caio, querem me lançar para Intelectual do Ano. Não aceito, não quero.

— Por quê?

— Não, não quero

— Você merece. Tem nome e tem uma obra.

— Deixe isso pra lá.

— Não vai depender de mim e nem de você. Se lançarem o seu nome, você concorre de qualquer jeito. Você não se lança: é lançado.

— Não quero que aconteça isto. Se alguém vier me inscrever, me faça um favor: avise-me.

Procurei demovê-lo e ele não voltou atrás. Usei até o argumento:

— O mais que pode acontecer é você perder. E daí... Só em entrar na disputa já é um reconhecimento geral do seu grande mérito.

— Já pedi: avise-me. Não é desmerecimento do concurso. É que não me sinto bem nessas disputas.

Mudou de assunto e a sua candidatura morreu.

Continuou, porém, a ir, vez ou outra, à UBE, para uma conversa às vezes de dez minutos. Mas quando encontrava alguns dos outros astros citados, o Caio, o Sérgio, o Accioli, ou os três juntos, eu que me agüentasse, uma vontade enorme de pedir:

— Não querem ir para o salão? É mais agradável.

Acendia o seu cachimbo, o Caio chupava balas, o Sérgio fumava sem parar, o Accioli coçava o nariz.

Soube, de surpresa, da sua morte, naquele começo de ano de 1969. Só depois fiz amizade com o seu filho Hersch. Vejo ali, na estante, os volumes da *História Sincera da República*. Parece-me um retrato longínquo dele, sentado à minha frente, numa conversa descontraída, quem sabe fazendo hora para algum compromisso.

Conversas tão amenas que nada me ficaram delas. Ficaram-me a sua cortesia e a sua figura. Sempre cortês, educado, bem posto, calmo, gentil.

São Paulo — 11/06/2000 — 9:30.

Bernardo Élis

Quando estive no Rio de Janeiro, pelos idos de 1964, fizemos, eu e o escritor Henrique L. Alves, uma visita à Editora José Olympio. Lá encontramos, além do gordo e circunspecto José Olympio e o velho amigo Adalardo Cunha, que lá trabalhava, um grupo de escritores, entre eles Otto Lara Resende e Valdemar Cavalcanti, que falavam muito sobre os finalistas do 1º concurso para livros de contos inéditos lançado pela editora. Ficamos sabendo, à boca pequena, que a comissão julgadora estava encontrando dificuldade em proclamar o vencedor: balançavam-se entre o *Nove Novena*, do Osman Lins, e o *Veranico de Janeiro*, do Bernardo Élis. A comissão era composta do Otto, do Valdemar e do Herman Lima, ausente na ocasião. O Ciro dos Anjos, que não era da comissão, dava lá sua opinião, voltava à janela, olhava lá fora, retornava com outro palpite. Alguém nos disse:

— Não chegam a um acordo.

Mas chegaram. E o Bernardo Élis ganhou. Eu já o conhecia pessoalmente e lido seus livros anteriores: *Ermos e Gerais*, contos, livro de estréia, e *O Tronco*, romance, que me encantou e me assustou.

Pouco depois do lançamento do livro premiado, em 1966, ele veio a São Paulo, contei-lhe o que eu tinha assistido no Rio e sugeri:

— Você quer conhecer o Osman Lins? Ele quase te derrota.

— Como é que eu faço?

— Ele trabalha aqui perto, no Banco do Brasil, Levo você lá agora.

Telefonei ao Osman e ele se prontificou a receber o Bernardo Élis naquele momento. Foi quando se conheceram.

Eu admirava muito a literatura do Bernardo Élis e ele tinha gostado muito do *Trapiá*, meu livro de estréia. Sempre que ele vinha a São Paulo me procurava. E nas vezes em que fui a Goiânia nos encontramos por dias inteiros. Ele insistia muito na necessidade de reabilitação do escritor João de Minas (Ariosto Palombo), totalmente esquecido. Escritor meio alucinado, autor de alguns livros notáveis na linha do fantástico e do realismo cru para a época. Eu admirava também bastante o João de Minas.

— Ele, Caio, era meio doido mas um gênio. Não é qualquer bom escritor que escreve um livro do tamanho de *Mulheres e Monstros*. Foi o primeiro a fazer literatura fantástica no Brasil. E os que vieram depois não fizeram melhor do que ele.

Durante anos Bernardo Élis andou por baixo, prejudicando-se até como professor da Universidade de Goiânia. Homem de esquerda, a ditadura cravou o olho nele.

Alto, magro, calmo, fala meio arrastada, parecia mais um caipirão de Goiás, um desses sertanejos rijos e curtidos. De um talento notável. Para a segunda edição de *O Tronco* ele fez uma revisão geral, que eu chamava de “beneditina.”

— Foi frase a frase, Caio. Reescrevi o livro todo. Confira? Verdade. Fez um trabalho de formiga. Ele me repetia sempre:

— Dizem que o regionalismo está morrendo. Como morrendo, meu amigo? Mudou muito. Está superada aquela amostragem regional de trinta. Mas estas gerais têm uma alma de séculos. Isto me fascina muito.

Era o maior nome da literatura goiana. Entrou para a Academia Brasileira de Letras e um grupo de escritores de Goiás lançou o seu nome para Intelectual do Ano (troféu *Juca*

Pato). A turma de Goiás tudo fez para elegê-lo, mas acabou perdendo. Falaram até que eu, na qualidade de secretário administrativo da UBE, trabalhara contra ele. Pura sacanagem. Fique aqui registrado que eu jamais faria isto. O que eu não podia era tomar partido em disputas acirradas. Cheguei a contar-lhe esta minha mágoa.

— Deixa pra lá, Caio. Já agüentei pior do que isto, e foi com os militares.

Em 1994, a pedido do escritor Henrique L. Alves, fiz uma palestra na Biblioteca Mário de Andrade em homenagem aos cinquenta anos do lançamento de *Ermos e Gerais*, contos de estréia do Bernardo Élis.

Em meados de 1997 lhe mandei um exemplar do meu livro de contos *A Partida e a Chegada* e não recebi notícia do seu recebimento. Casado pela segunda vez, já na terceira idade, pois nascera em 1915, e como a primeira esposa — todos sabiam — atormentou-o muito com as exigências constantes de mudança de residências, julguei que não me respondeu porque andava metido com problemas pessoais. Andara por Brasília e voltou para Goiânia. Vale a pena recordar o que ele fez comigo um dia, numa roda, em Goiânia.

— Caio, feche os olhos, gire no pé e aponte em qualquer direção da cidade.

Obedeci.

— Pois morei lá. Vá girando e apontando.

Eu girava e apontava.

— Pois já morei por lá. Sabe por quê? A minha mulher não agüenta morar numa casa mais de seis meses. Pode?

Não sei se era exagero. Quem sabe a nova vida assentada desorientou-o um pouco ou gozava as delícias dela. Quase lhe escrevo perguntando se recebera ou não o meu livro.

Vim a saber depois: o livro chegou poucos dias após a sua morte, no começo da caminhada para os noventa.

Maria de Lourdes Teixeira

Conheci Maria de Lourdes Teixeira nos idos dos anos sessenta, ela já caminhando na terceira idade, nascida que fora em 1907. Essa paulistana quatrocentona, de estirpe que vinha dos fundadores de São Paulo, tanto do lado paterno quanto materno, era uma senhora baixinha, fornida de corpo, olhos vivos, simpática, alva, transmitindo a impressão primeira, a quem não a conhecia, de que se tratava de uma avó querida e uma matriarca de família numerosa. Sempre achei — não sei por quê — que ela tinha alguma coisa da Dona Benta, célebre personagem dos livros de Monteiro Lobato, embora não usasse óculos nem cocó de cabelos. Simples e comunicativa, calma, não se exibia muito às luzes da ribalta das letras, embora, por força da qualidade de suas obras, estivesse sempre sob o foco delas.

Depois do casamento desfeito com o banqueiro Hermelindo Scavone, com o qual teve um filho, o escritor Rubens Teixeira Scavone, casou-se com o escritor José Geraldo Vieira, que vinha de Marília, também de um casamento desfeito, e passaram a residir num apartamento na Av. Duque de Caxias, quase atrás da Academia Paulista de Letras, para a qual entrara como também o José Geraldo.

Muito boa conferencista sobre os mais variados temas literários. Se se precisasse dela para uma palestra qualquer, paga ou não, estava sempre disposta a atender, tanto quanto o marido.

Tive a oportunidade e prazer de comentar na imprensa alguns dos seus livros, entre os quais *Rua Augusta* (romance), *O Criador de Centauros* (contos) e *A Viagem Noturna* (romance). Ela me agradecia por telefone ou através de cartões carinhosos.

Gostava muito dos meus contos e insistia com José Geraldo na minha frente para que ele os lesse. Ele, cachimbo na boca, olhava vivamente para mim, confirmava:

— Vou ler... Vou ler...

Não sei se leu muitos deles.

Participavam ambos (andavam sempre juntos) de encontros literários no interior do Estado. E iam quase que anualmente à Europa.

Certa ocasião ela foi escalada para fazer uma palestra no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, como parte de um curso organizado pelo escritor Henrique L. Alves, curso pago pela Secretaria Municipal de Cultura. Eu fazia a apresentação dos conferencistas aos assistentes.

Quando cheguei à Biblioteca, um tanto atrasado, vi um mundo de gente. É que estava se dando a abertura de uma exposição qualquer no saguão da Biblioteca. E no primeiro andar, no auditório, lá estava a Maria de Lourdes Teixeira sentada numa cadeira, esperando, e mais meia dúzia de gatos pingados. Mal me viu, perguntou:

— Cadê o público, Caio?

Desci e convidei, no meio daquela gente, alguns conhecidos para assistirem a palestra da Maria de Lourdes. Consegui, a duras penas, mais uma meia dúzia. Todo o mundo preferia — claro — bebericar lá embaixo no meio daquela gente.

— Escolhemos um dia ruim, Maria de Lourdes.

— Então vamos logo acabar com isto.

Ela fez a palestra, com aquela voz igual e pausada que prendia a atenção de todos, como se estivesse falando para um auditório lotado.

Na saída, nada reclamou e até demorou um tempo conversando com conhecidos no saguão.

Ao me retirar, o José Geraldo Vieira vinha chegando para apanhar a companheira. Espantou-se:

— O que faz essa gente toda?

— Vieram para a conferência da Maria de Lourdes Teixeira.

— Verdade?

— Pode verificar. A palestra terminou agora mesmo.

Ele entrou apressado e eu fui embora. Nunca me falou nada da mentira enorme que contei.

Maria de Lourdes era uma criatura humana, simples e doce. Quando publicou o seu livro de memórias, já viúva, residindo num sítio perto da capital, não muito bem de saúde, mandou-me um exemplar com uma bela dedicatória e um bilhete, em letra indecisa, pedindo-me que o lesse. Agradei e lhe garanti que faria uma resenha sobre o livro. Nessa época eu fazia resenhas críticas para *O Estado de S. Paulo*, *O Estado de Minas*, *Jornal do Brasil* e revista *Isto É*. E mais em alguns jornais País afora...

Perdi o contato com ela e vim a saber do seu falecimento, em 1989, durante uma viagem de férias que fiz ao Ceará.

Só então li seu livro de memórias e, talvez levado por uma dessas frustrações diante da morte, um desses pessimismos que às vezes nos assaltam, não o resenhei. Guardei o volume com carinho. Está ele ali à minha frente, na carreira de livros dela na minha biblioteca.

É uma maneira de continuar com a sua presença amiga perto de mim.

Antônio Girão Barroso

Embora fosse poeta a vida inteira, não consigo recordar o amigo Antônio Girão Barroso como tal. Espalhou belos poemas em jornais e revistas, integrou o Grupo Clã de Fortaleza, e foi, em particular, um grande batalhador das letras. Um agitador cultural. Talvez por isto sua produção literária em livros tenha sido pequena. Guardo, com carinho, o seu livro de estréia — *Alguns poemas* —, de 1938, quando contava ele vinte e oito anos de idade. A Universidade Federal do Ceará publicou, em 1994, um conjunto dos seus poemas — *Poesias Incompletas* — que, certamente, não reúne tudo o que ele escreveu do gênero, mas se aproximou disto. Não poderia ter outro título, porque, com aquela vivacidade, era um tanto dispersivo. Olho aqui, em minha frente, o exemplar de *Os Hóspedes*, edição Clã, que publicou em parceria com Artur Eduardo Benevides, Otacílio Colares e Aluizio Medeiros, e que me autografou na parte onde reuniu suas criações.

Mas o fato é que me ficou dele muito mais o lado humano, o criador de jornais e revistas literárias, aquela efervescência que o levava a novos caminhos para a difusão das letras. Ficou-me este lado da sua personalidade provavelmente porque vim a conhecê-lo quando ele lançou o *José*, jornal literário, de feição gráfica modesta, impresso nas oficinas do jornal *O Democrata*, do Partido Comunista. Comunista ele não era, mas o Girão não tinha preconceitos nem desafetos políticos. Era

amigo de todos, da esquerda à direita. O que lhe importava, naquales idos da década de quarenta, era ver o *José* nas bancas. O poeta Aluízio Medeiros era redator de *O Democrata*, do *Grupo Clã* e da direção do Partido. Creio que foi por aí que o Girão conseguiu se meter, pessoalmente, nas oficinas do jornal, correndo de lá para cá, no afã de ver o *José* nas ruas, uma espécie de resposta ou competição, no Norte do País, ao *Joaquim*, lançado por Dalton Trevisan, em Curitiba e que vinha alcançando grande repercussão nos meios culturais. Girão não pediu a ajuda de ninguém. Fazia tudo sozinho. Foi quando, na qualidade de revisor do jornal, falei para o Aluízio Medeiros:

— Aluízio, se ele quiser posso dar uma mãozinha na revisão.

Aluízio apresentou-me a ele e o Girão aceitou. Cheguei a fazer revisão de tiras inteiras dos trabalhos que seriam publicados no *José*. Não recebi nada, nem os outros revisores, que também deram a sua colaboração. Não sei nem como foi o acerto dele com *O Democrata* para o lançamento da grande novidade literária.

O primeiro número, quando chegou às bancas e aos gazeteiros de rua, foi um estouro de venda. Girão sentou-se numa cadeira, na secretaria do jornal, e vibrou:

— Está vendendo que nem água. Sucesso total.

Mas o *José* não iria longe. Muita gente adquiriu o jornal levado pela novidade do título. Mas quando deram conta de que, de ponta a ponta, era só literatura, matérias mais ou menos difíceis para o povão, já no segundo número *José* entrou em parafuso, o que não abalou Girão de pensar em novos “agitos” literários.

Vim para São Paulo e passamos a nos encontrar nas minhas idas a Fortaleza. Eu sempre o visitava na TV Educativa, onde trabalhava também o meu primo Bráulio Ramalho. Nas reuniões com mais amigos, nas quais o Milton Dias e o Moreira Campos contavam anedotas engraçadíssimas, ele sempre procurava contar a sua. Mas não conseguia, porque ria de se engasgar da própria anedota que queria contar.

Durante o Congresso Brasileiro de Escritores, que a UBE realizou aqui em São Paulo, em 1985, ele me deu um susto dos diabos. Telegrafou-me que não poderia comparecer e demos o seu lugar no hotel a outro. Depois, na última hora, por conta própria, sem avisar a ninguém, resolveu vir.

Chego em casa às 11 da noite, mais morto do que vivo, véspera da abertura do Congresso, e recebo um telefonema do Aeroporto de Congonhas:

— Caio, cheguei. Estou aqui no aeroporto. Para onde vou?

Quase endoidei. Pensei trazê-lo para a minha casa e acomodá-lo num sofá, para, no dia seguinte, quebrar o galho. Mas, por minha conta e risco, tomei outra decisão:

— Vá para o Hotel Danúbio. O motorista do táxi sabe onde fica. Diga que a UBE resolverá o problema.

Foi nesse hotel onde lhe reservamos vaga e passamos para outro. Problema danado. Quase não durmo. E se não houvesse mais nenhuma vaga no hotel? Mas ele não voltou a me telefonar. E no dia seguinte o presidente da entidade, Fábio Lucas, só não fez bater em mim, mas ficou uma arara e se virou para conservar o Girão no hotel, que não queria ceder mais um lugar, além da sua cota, para receber escritores dos Estados. Mas eu já tinha tudo acertado: se não ficasse no hotel, um escritor, amigo meu, estava pronto para acolhê-lo.

Tipo mediano, cortês, alegre, muito simpático, Antônio Girão Barroso, esse cearense lá das bandas de Araripe, nascido em 1914, saiu da vida 1990, sempre naquela agitação de moço, apesar da terceira idade, levando a mesma modéstia no vestir e no viver, deixando, além do filho Oswald Barroso, intelectual brilhante, e das belas criações poéticas que compôs, um traço luminoso e exemplar de anos dedicados às letras e de batalhas incansáveis para melhor difundir-las em terrenos tão sáfaros como os deste País.

Milton Dias

Milton Dias não foi apenas um dos maiores cronistas do País. Esse gênero, que ainda leva à discussão e à discussão levará sempre, se é ou não literário, saía da sua pena (vamos usar a velha *pena*) com um lavor artístico inigualável e personalíssimo. Sempre residindo na terra natal, chegou à secretaria geral da Universidade Federal do Ceará, depois de uma carreira brilhante, longo currículo, onde se incluem altos estudos em universidades de Paris. Falava o francês com a mesma facilidade que o português. Um verdadeiro bilingüe.

Conheci Milton Dias nem sei quando. Embora tenha ele nascido na cidade do Ipu, interior do Estado, a sua cidade da infância e do coração era Massapê, ali pertinho de Sobral. Os Dias são aparentados dos Carneiros. Massapê integra a geografia das duas famílias. A dele era chegada à minha e vice-versa. Tinha o Milton muita afinidade com o meu tio Porfírio Carneiro e me chamava, e aos meus irmãos, de primos.

Além de escritor brilhante, era uma inteligência privilegiada. Portava-se sempre com seriedade, mas numa roda de amigos tornava-se impagável, com os repentes e anedotas constantes e sempre novas que contava. Queridíssimo nas rodas intelectuais e sociais de Fortaleza. Todos o queriam bem, conheciam o seu fino humor, quase de um repentista.

Estatura mediana, mais para alto, forte, feições sérias, óculos de vidros fortes, e a cabeça sem um cabelo: uma bola de bilhar.

Minha afinidade com ele era muito grande. Era também muito amigo do meu irmão mais velho, Manoel, ambos da mesma idade, nascidos no ano de 1919, e queria muito bem ao meu mano mais novo João Batista, médico urologista em Fortaleza. João Batista costumava reunir a “patota” de intelectuais em sua casa, sempre que eu ia a Fortaleza. O Milton era um dos primeiros a chegar. Foram reuniões memoráveis, regadas a um bom uísque e salgadinhos. O mano, bom também de anedotas e piadas, saía com uma, o Milton revidava com outra, o Moreira Campos também, o Cláudio Martins, que chegou à presidência da Academia Cearense de Letras, não ficava atrás... e a noite avançava. Gozava-se todo o mundo, vivos e mortos. O Cláudio então... nem se fala. Ele era o mais dileto amigo do Milton em toda a cidade.

Estreamos quase juntos em livro: ele com o de crônicas *Sete-Estrelo*, em 1960, e eu com o de contos, *Trapiá*, no ano seguinte. Trocamos logo “figurinhas”. Comentei o seu livro e ele o meu. Elogios rasgados de ambas as partes. Cheguei a lhe dizer:

— Não precisávamos de tanto confete, Milton.

E ele, com a sua verve:

— Família unida permanece unida. Nós somos lá do Massapê. E de gente de Massapê ninguém abre a boca para falar mal. Só elogios. Além do mais você é meu parente. Falou mal saio para a briga.

Cronista fecundo, publicou centenas delas na imprensa da capital cearense. Depois selecionava-as em livros. E de livro em livro, alguns lançados em editoras do Sul, o seu nome crescia. E todos me mandou com dedicatórias saborosas, como esta do livro *A Ilha do Homem Só*, de 1966: “Ao Caio, meu conterrâneo do País do Massapê, o abraço do Milton.”

Ele costumava repetir, nas rodas de amigos:

— O melhor dia da semana é sexta-feira à noite, e o pior é domingo à tarde.

Observador atento, tirava suas histórias saborosas da vida da classe média humilde, tais como as dos livros *As Cunhãs* e *As Outras Cunhãs*.

Morava só, numa casa vizinha à da sua mãe, na Praça Justiniano de Serpa, conhecida como Praça da Escola Normal pelos fortalezenses. Possuía uma biblioteca e uma pinacoteca valiosíssimas.

O escritor Mário Graciotti, fundador e diretor do *Clube do Livro*, onde trabalhei por tantos anos como responsável pelo Departamento do Interior, fascinou-se tanto pelas crônicas e histórias do Milton que pensou em lançar, pela rede do *Clube*, um livro dele. Fiz os acertos finais numa noite, na sua casa. Mas logo, logo, o *Clube do Livro* passou para a direção da *Revista dos Tribunais*, e o livro não foi publicado.

Faleceu aos sessenta e quatro anos, vítima de infarte. Fortaleza praticamente parou com a notícia e chorou a morte do seu cronista inigualável.

O Cláudio Martins, seu queridíssimo amigo, tudo fez para transformar sua casa numa fundação, perpetuar a memória daquele ambiente que guardava o patrimônio espiritual, a aura e até a solidão do Milton. Tudo começou bem mas não se conseguiu o destino esperado, que não é fácil a solução de problemas culturais, embora pequenos, neste País.

Não importa. Importa mesmo é a belíssima obra que deixou à posteridade José Milton de Vasconcelos Dias. E destaco aqui o final do seu poema *Confissão*, pórtico do livro *Relembraças*, lançado pela Universidade Federal do Ceará, em 1985, em sua homenagem:

*Quando eu morrer, Mãe,
perdoa os erros todos deste filho
que nunca deixou de ser criança.*

E que criança genial!

Mário Graciotti

O meu primeiro encontro com o escritor e editor Mário Graciotti se deu durante um almoço, num sábado, no restaurante da União Brasileira de Escritores, por volta de 1960. Fui levado pelo contista João Antônio para conhecer a entidade. Encontramos mesas juntas e discursos. A escritora Helena Silveira, então na presidência da UBE, na cabeceira, e muitos escritores comendo e conversando. Comemorava-se alguma coisa. Vez por outra um pedia a palavra, soltava o verbo e era aplaudido. A voz forte de Mário Graciotti, tipo alto, italianado, sessentão, destacava-se das demais. Eu não conhecia praticamente ninguém e almoçamos, eu e João Antônio, numa mesinha à parte.

Na saída, Mário Graciotti, inesperadamente, por cortesia, conversou um pouco comigo e João Antônio. E foi embora, entre os demais, naquele andar lento e firme, meio bamboleante.

Mal sabia eu que, poucos anos depois, eu já na secretaria da entidade, seria por ele convidado para trabalhar no *Clube do Livro* (fundado em 1942), no período da manhã. O *Clube do Livro* foi o primeiro e ainda era o único clube de livros do País. Sua rede de associados, que recebiam um livro por mês a preço barato, porque não existia intermediário, ia de Manaus ao Rio Grande do Sul, entrava por Minas, Goiás e Mato Grosso. Isso naquela época era um grande feito. Tiragem mensal de uns cinquenta mil exemplares. Outro feito notável.

Então passei a trabalhar no *Clube do Livro*, sentado numa cadeira giratória e mesa de trabalho do próprio Mário, porque ele só aparecia no período da tarde. E quando vinha pela manhã não permitia que eu lhe entregasse o seu lugar. De longe, já ia dizendo, naquele vozeirão:

— Não se levante. O lugar é seu pela manhã.

Passei a tomar conta da correspondência e fiz excelente amizade com o Rinaldo Possanzini, gerente da empresa, primo do Mário, sócio minoritário. Integrei-me ao pessoal todo. Fui subindo, subindo, e entregaram-me, por fim, todo o Departamento do Interior da editora.

Mário Graciotti era um excelente patrão. Praticamente todos os meses reunia os funcionários, uns vinte e cinco, e oferecia um lauto jantar em restaurante de primeira qualidade. Conversava com o Rinaldo a meu respeito e, em consequência, recebi aumentos continuados.

Gostava imensamente de ser homenageado. Ficava emocionadíssimo quando recebia uma láurea, uma medalha qualquer. Recebera dezenas. Exibia-as para nós. Mas aquilo era o jeito dele, porque pessoalmente não era nada vaidoso. Muitas vezes me convidou para almoçarmos numa pequena cantina, perto da sua casa, que ficava na Rua São Geraldo, no bairro das Perdizes. Tinha um único filho, com vida independente. Nunca cheguei a vê-lo. Morava naquela belíssima casa, só ele e a esposa, que se assinava Eugênia Sereno e publicara um excelente romance — *Um Pássaro na Escuridão*.

Mário Graciotti tudo fez para ganhar o troféu *Juca Pato*, prêmio do concurso Intelectual do Ano. Mas nunca conseguiu, porque não aceitava competição. Achava que merecia recebê-lo sem concorrência, pelo seu trabalho de difusão do livro através do *Clube*. Repetia o mesmo argumento:

— Quem criou o *Clube do Livro*, como eu, e levei o livro a alguns milhões de leitores do País inteiro, não pode ter competidor.

Não adiantava mostrar-lhe o regulamento. Era isto e acabou. Eu achava aquilo um pouco infantil da parte dele. Mas não guardava nenhum rancor. Apenas tinha um medo pavoroso de competir e perder.

Deixou uma obra muito grande e valiosa. Algumas alentadíssimas, como, para só citar esta, *Viagem ao Redor das Origens*, ricamente ilustrada, com uma bibliografia imensa sobre autores que estudaram a origem do universo e da vida.

Repetia para mim:

— Seu Caio, sou um modesto filho de italianos aqui do bairro do Bom Retiro, onde nasci em 1901. Cheguei a isto com o meu próprio esforço. Minha obsessão é levar o livro a todos os lares. Bendito seja o meu amigo Monteiro Lobato. Mirei-me nele.

Homem vigoroso, sempre com idéias novas, todas voltadas para essa cruzada. Não parava de elogiar Castro Alves:

— Aquele menino, um gênio de vinte e poucos anos, mostrou, em poucos versos, o caminho deste País e ninguém, até hoje, lhe deu ouvidos.

E recitava a estrofe de *O Livro e a América*, impressa obrigatoriamente na contra-capá de todas as edições do *Clube do Livro*:

*Oh, bentido o que semeia
Livros, livros a mão cheia,
E manda o povo pensar...
O livro, caíndo n'alma,
É germe que faz a palma,
É chuva que faz o mar...*

Admirador de Judas Iscariotes:

— Foi o maior apóstolo de Cristo. O que a igreja fez com ele é uma barbaridade. Vou publicar um livro defendendo Judas.

Publicou no *Diário Popular*, onde colaborava, vários artigos exaltando o “traidor”.

Com a saída do Rinaldo, que se mudou para o interior, ele passou o *Clube do Livro* para a direção da *Revista dos Tribunais*, e esta, sem maior interesse em levá-lo à frente, vendeu-o à Editora Ática, onde fiquei pouco tempo e me aposentei.

Mário Graciotti, praticamente sem ter o que fazer, viúvo, casou-se, com mais de oitenta anos, com uma senhora, viúva como ele. Uma maneira de não viverem solitários. Mas a solidão continuou, particularmente depois que foi vítima de uma isquemia cerebral, na caminhada dos noventa. Forte como era poderia chegar aos cem. O seu espírito irrequieto, embora o acidente isquêmico não o tivesse afetado muito, não suportava aquela situação. Pouco ia à Academia Paulista de Letras, à qual pertencia.

No final do ano de 1994, sozinho na sua casa, vendo-se não mais o Mário Graciotti de outros tempos, resolveu, pelas próprias mãos, dar fim à sua caminhada nesta Terra...

São Paulo, 24/06/2000 — 20:30 hs.

Edigar de Alencar

Não é muito fácil, para mim, falar deste querido amigo que se foi há poucos anos, próximo da virada do século, levando consigo seus mais de noventa anos de idade. Deixando a terra natal, o Ceará, muito moço, e vivendo a maior parte da sua longa existência no Rio de Janeiro, nunca se esqueceu da “terrinha” e voltava sempre para matar saudades. Ele, como eu, e outros conterrâneos, nunca de fato saímos do Ceará: apenas passamos a morar mais distante do chão da infância e da juventude. Nas minhas idas a Fortaleza mais de uma vez encontrei-me com Edigar, e eu lhe dizia:

— É mais fácil eu lhe encontrar aqui do que no Rio.

Tornamo-nos grandes amigos, porque nos unia, além da terra, a paixão pela música popular brasileira. Ele, um especialista; eu, um curioso e saudosista. Trocamos muitas cartas. E durante os dias do Congresso Cearense de Escritores, em 1975, ficamos no mesmo apartamento, no Hotel Savaná, frente para a Praça do Ferreira, centro da cidade. Conversávamos horas seguidas. Falava-me das rodas boêmias do seu tempo, de Antônio Sales, Quintino Cunha e outros, e terminávamos sempre conversando sobre música popular brasileira, particularmente a sua chamada fase de ouro, décadas de trinta e quarenta. Ele já lançara, em 1965, o monumental *O Carnaval Carioca Através da Música*, o mais completo estudo sobre o assunto. Encantaram-me, também, outros livros seus, como *A Modinha Cearense*

e *Nosso Sinhô do Samba*, documentários valiosíssimos sobre as velhas modinhas cantadas pelos nossos avós, antes do advento do disco, e sobre o notável compositor J. B. Silva, o consagrado Sinhô dos áureos tempos da nossa música popular. Edigar também era excelente poeta e publicou ótimos livros de poesias. Sua estréia em livro foi justamente com um de poesias — *Carnaúba* — em 1932, aos trinta e um anos de idade.

Tipo mediano, ar vivo, conversador, alegre. Os anos passavam por ele e ele não envelhecia. Dizia-me:

— Todos os dias ando no calçadão de Copacabana. Ando quilômetros. Mas não ando devagar. Ando assim... Quer ver?

E dava alguns passos ligeiros para lá e para cá.

Mas eu não sabia que ele era muito sensível e facilmente se magoava.

Pois tudo aconteceu devido a uma bobagem, a uma observação mínima que fiz à 3ª edição da sua importantíssima obra sobre o carnaval carioca. Livro massudo, perto de 700 páginas. Ofereceu-me um exemplar com carinhosa dedicatória. Nessa época, fins da década de 70, eu resenhava livros para o suplemento literário de *O Estado de S. Paulo*. O Nilo Scalzo, que o dirigia, pediu-me para comentar a obra do Edigar de Alencar. E creio que fiz um bom trabalho: enchi-o de merecidos elogios. Acrescentei, apenas, que, nas músicas carnavalescas que alcançavam grande sucesso em cada ano, às vezes ele citava o intérprete, outras vezes não. Para uniformizar poderia, com facilidade, citá-los todos, porque as transcrições das letras das músicas que o povo cantava nas ruas, e que não tinham uma falha, era o verdadeiro documento. E isto ele fez com perfeição. E disse ainda que era muito difícil uma seleção de músicas mais cantadas em certo carnaval. Havia sempre a possibilidade de alguma ficar de fora, o que era muito natural num trabalho de fôlego como aquele. Citei o caso de *Senhor, me ajude*, de Luiz Soberano e Waldemar Silva, gravação de Orlando Silva em selo *Carnaval*, fábrica nova, que estreava no mundo dos discos no carnaval de 1951, ano em que Gilberto Milfont

estourava com o samba *Pra seu Governo*, de Haroldo Lobo e Milton de Oliveira. Ganhou o carnaval daquele ano. Mas, no Rio, e creio que apenas lá, *Senhor, me ajude* apareceu muito, conforme noticiavam as revistas e jornais da época.

Três ou quatro linhas rápidas, numa resenha de quarenta. Eu queria, modestamente, colaborar. Aceitasse ou não a minha sugestão pouco importava. A sua obra, como estava, era de fato monumental.

Meu Deus do céu! Para que eu disse isso. Ele ficou tão ressentido que não respondeu mais a nenhuma das minhas cartas. Simplesmente ignorou-me daí para a frente. Eu não me conformava. Abri-me com os amigos:

— Mas o Edigar de Alencar se abespinhou por uma tolice? Podia ter me respondido que eu era uma besta e pronto. Éramos amigos.

Fiquei então sabendo que aquele amigo tão querido era assim mesmo. Era o seu temperamento.

Tenho toda a sua obra e sempre a releio. Mas fiquei na minha... Se ele não era de receber, com um mínimo humor, um tico de crítica, que ele poderia até julgar sem nenhum valor, já que eu nunca fui especialista no assunto, eu também não sou de me ajoelhar muito. E o silêncio perdurou entre nós dois...

Soube do seu falecimento, com mais de noventa anos, quase alcançando, na sua longevidade, a passagem do século, através do amigo comum Sânzio de Azevedo, com quem ele mantinha correspondência assídua.

São coisas da vida. Paciência.

São Paulo, 30/06/2000.

Almeida Fischer

Quando conheci Almeida Fischer? Não sei. Provavelmente numa das suas visitas à sede da União Brasileira de Escritores, quando vinha de Brasília para Piracicaba, sua terra natal. Ele gostava de uma boa cervejinha, no bar da entidade ou em algum restaurante, em agradáveis reuniões noturnas. Tipo mediano, um tanto forte, avermelhado, olhos vivos e mais para azuis, calmo de gestos, risonho e simpático. Os bate-papos com ele, em rodas de amigos, às vezes entravam pela noite. Lembrava um pouco um daqueles boêmios à antiga, pela polidez dos gestos, bem penteado, bem vestido, elegante até nas tragadas que tirava dos cigarros que fumava seguidamente.

Professor em Brasília, gostou dos ares de lá e lá ficou muitos anos, até o final dos seus dias. Para minha satisfação, apreciava o que eu escrevia e deu destaque, em artigos, a mais de um livro meu. Incluiu-me, com outros nomes de expressão nacional, na coleção que organizou de contistas brasileiros, lançada pela Editora Horizonte, da Capital Federal, com o apoio do Instituto Nacional do Livro. Trabalho padronizado, bem feito, com tiragem de cinco mil exemplares cada, e o título uniforme: “Dez contos de fulano...”, “Dez contos de cicrano...” Coleção 10. Porque eram dez contos selecionados de dez contistas. Ele, excelente contista, relutou muito em

entrar na coleção. Dizia-me que não ficava bem ele, que a organizara, participar da mesma. Mas entrou e eu fui enfático:

— Besteira, Fischer. Você é muito bom. Devia ser o primeiro da coleção. Há um mundo de gente aí, e você conhece, que vive à sombra do poder só para aparecer.

Foi um grande divulgador das nossas letras e da nossa cultura. Organizou vários encontros de escritores em Brasília, fundou a Associação Nacional de Escritores da Capital Federal e fez lançamentos de livros de escritores de outros Estados. Sem tirar nenhum proveito disso.

Embora escritor de talento e inegáveis méritos, creio que Almeida Fischer batalhou mais pelos outros do que para si mesmo. Além dos volumes onde reuniu seus ensaios e trabalhos críticos, deixou uma obra de ficção da melhor qualidade. Livros como *O Rosto Perdido*, *De Repente a Primavera* e *Memorial de Inverno*, para só citar estes, nada devem aos que de melhor fizeram e fazem as nossas letras. Senhor de um estilo elegante, sóbrio, filigranado de sutis achados, rico de nuances harmoniosas, que dão bem a medida do quanto o idioma português, com as nossas particularidades, pode se vestir artisticamente, se é um mestre e um bom cinzelador quem com ele lida.

Para além da nossa amizade, fui um admirador incondicional da beleza do seu estilo. E não era só o escrever bem e com elegância. Os diálogos oportunos, as tramas bem urdidas dos seus trabalhos ficcionais, tinham e têm um calor próprio e humaníssimo.

Recordo as conversas descontraídas, nas mesas de bares, de que ele tanto gostava, juntamente com o escritor piracicabano, seu conterrâneo, Adriano Nogueira, e a bela poetisa Rosani Abou Adal, diretores do excelente tablóide literário *Linguagem Viva*. Rosani tinha por ele uma carinhosa afeição. Ela quem me deu a notícia de sua doença cardíaca. Safenado, tudo se complicou.

Nascido em 1916, Osvaldo de Almeida Fischer viria a falecer em 1991, ainda com bastante vigor para muitos outros anos

de trabalho útil pela literatura brasileira e pela sua própria. Deixou inédito um belíssimo romance, que tive o prazer de ler no original. Obra de conflito familiar e suas solidões, em andamento poético e um pouco doído. Tudo fez para publicá-lo em vida. Como morreu um pouco em cima do texto, em anos de elaboração, só aceitaria, como me disse, lançá-lo por uma editora de boa distribuição. Recebeu promessas, mil promessas, mas não viu o livro nas vitrinas das livrarias.

Guardo dele muitas cartas afetuosas e a gratidão de ele ter acreditado nos meus escritos, aos quais deu tanta força para divulgação, a troco de nada.

A troco, apenas, de uma amizade tranqüila que se extravasava nas conversas descontraídas, entre copos de cerveja e tira-gosto com pedacinhos de queijo...

Fortaleza, 22/08/2000.

Sylvio Monteiro

O Sylvio Monteiro faleceu no Rio, no fim da década de 80, onde viveu os últimos anos sozinho, separado da mulher, às custas do velho pai, reformado da Polícia Estadual. Bom amigo. Disciplinado. Às vezes renitente como uma mula. Culto. Supria a sua pouca agilidade mental estudando sem parar. Conhecia bem a língua portuguesa. Quase um filólogo. Professor de inglês e alemão. Lia e escrevia o francês. Traduziu vários livros dos três idiomas. Publicou outros de sua autoria, destacando-se o que alcançou grande vendagem: *Português Básico para Estrangeiros*.

No seu andar gingado, mais baixo que alto, forte, óculos de aro de tartaruga, sério e cortês. Bebia diariamente, com a mesma correção e disciplina. Nunca o vi bêbado. Sem filho, não foi lá muito feliz com a dona Consuelo.

No fundo, um solitário. Não era dado a demasias e sua sensibilidade artística era quase nula. Não via arte em nada, embora conhecesse *Os Lusíadas* de Camões quase de cor. Adorava Castro Alves. Mas — via-se bem — a ressonância das rimas e a beleza de certas imagens, que repetia sempre, eram o que o empolgava. Só encontrava sentido no lado prático da vida, atitude quase militar, filho de policial que era.

Tinha, porém, uma grande virtude: adorava os inferninhos, as boates pobres, e conversava muito com as garotas de programa. Juntos, freqüentamos muito o *Áurea*, boatezinha

meio escondida, na Rua Aurora, ponto dos menos endinheirados dos escritórios do centro de São Paulo, nas décadas de 60 e 70. Às vezes íamos lá com outros amigos. No *Áurea* mandávamos. Pendurávamos contas altas, que íamos pagando como podíamos, e farreávamos até de madrugada com um monte de garotas.

No dia seguinte, lá estava ele na biblioteca da União Brasileira de Escritores, onde dispunha de espaço cedido pela diretoria, da qual fazia parte, para escrever, traduzir e organizar suas aulas. Concentrado, engravatado, cara metida nos livros.

Chegou a começar um romance — *Louise* — fruto de uma paixão meio platônica por uma francesinha do mesmo nome. Li alguns capítulos. Horríveis.

As noitadas se repetiam e nunca cansávamos. Ele terminava o trabalho na biblioteca ou chegava de uma de suas aulas, entrava na secretaria da entidade, fazia-me sinal:

— Vamos lá no *Áurea*?

E lá íamos, calados, ele no seu andar gingado, passos firmes, para mais uma noitada com as meninas que nos esperavam com beijos.

O Sylvio degradingou sua vida no desquite com dona Consuelo. Eu me dava muito bem com o casal. Vieram morar perto da minha casa e nos freqüentávamos.

Mas na separação o Sylvio ficou sem nada, porque coincidiu com a crise nas indústrias, onde dava aulas. Perdeu todas. Até o Kurt Falkerburger, industrial, que podia socorrê-lo, mudara-se para Florianópolis.

Voltou para a casa do pai, no Rio, com uma mão na frente e outra atrás. Nós, seus amigos, nos cotizamos para socorrê-lo.

De lá fazia-me cartas longas, nunca se queixando da vida, mas afirmando sempre que tinha muita saudade dos bons tempos de São Paulo. E que um dia voltaria. Continuava a

estudar o inglês, o alemão, o francês. Mas não encontrava aulas para dar.

Nascido em 1925, palmilhando o início da terceira idade, antes que realizasse o sonho de retornar a São Paulo, a doença insidiosa, que lhe atacou os rins, levou-o num sopro de vento.

S. Paulo. Reescrito de trabalho datado de 25/8/95.

Nelson Palma Travassos

Faleceu em 1984, em São Paulo, o escritor Nelson Palma Travassos. Nascido em Santa Rita do Passa Quatro, SP, em 1903, estudou em São João da Boa Vista, Ribeirão Preto e Santa Rita do Sapucaí (MG). Estudou Direito primeiramente no Rio de Janeiro, bacharelando-se, porém, em São Paulo, em 1928.

Levou Nelson uma vida intensa e altamente produtiva. Exerceu várias profissões: auxiliar de contabilidade, viajante comercial, empregado, repórter, gerente e redator de jornais do Rio de Janeiro, secretário de revistas literárias e científicas em São Paulo. Administrou a *Revista Nova* e secretariou e redigiu *O Comentário*, dirigido por Veiga Miranda. Colaborou em inúmeros jornais, notadamente *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Diário de S. Paulo*. Fundou a Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, que se transformou num dos maiores patrimônios nacionais do livro jurídico, e imprimiu milhares de títulos, de todos os gêneros, atendendo a um sem-número de editoras, durante décadas. Uma fábrica e um laboratório a expelir livros e mais livros, dia e noite. Durante anos a fio, raro encontrar, no território nacional, obra que não trouxesse “composto e impresso na Empresa Gráfica Revista dos Tribunais”. Se Monteiro Lobato foi a chama que procurou iluminar o Brasil através do livro, Nelson Palma Travassos foi o vulcão que o expeliu aos quatro ventos.

Homem empreendedor, tornou-se pecuarista e criou um processo brasileiro de criação de porcos, e outro, original e revolucionário, de criação de bovinos.

Conferencista brilhante, de idéias sempre vivas e originais, destacava-se pela verve personalíssima. Numa roda de conversa em que participasse o “dr. Nelson”, ninguém tinha vez: trazia à baila o assunto certo, com palavras certas, e quase sempre com a fina crítica de alto humor e riqueza de imaginação. Não era uma verve para provocar hilariedade — se provocava, o que acontecia freqüentemente, é porque ele era um incrível criador de imagens caricaturais perfeitas, tratasse do que tratasse. Por isso não feria ninguém. Pelo contrário, provocava o encanto pela habilidade intelectual e inteligência.

Escritor de fina elegância, a linguagem de Nelson Palma Travassos, quer nos artigos, comentários, ensaios ou memórias, era a mesma: límpida, cristalina, com aquela verve que era só dele.

Deixou obra valiosíssima, particularmente no terreno da memorialística, e estudos (verdadeiros trabalhos literários) sobre pecuária. Dentre tantas outras, destacaremos *O Porco — Esse Desconhecido, Quando Eu Era Menino....*, *No Meu Tempo de Mocinho*, *Minhas Memórias dos Monteiros Lobatos*, *O Boi e Sua Senhora*, *Livro sobre Livros* etc.

Agraciado com diversas distinções e prêmios, membro da Academia Paulista de Letras e da União Brasileira de Escritores (onde foi conselheiro em várias gestões).

Tive muito afeto por essa figura única. Rechonchudo, andar ligeiro, cabeça lisa como uma bola de bilhar. Nelson era, de fato, quase uma personagem de ficção, quando entrava numa conversa. Conheci-o muito de perto quando a Revista dos Tribunais dirigia o *Clube do Livro* e eu era responsável pelo Departamento do Interior do *Clube*. Eis uma rápida ilustração do seu comportamento: chamou-me um dia à sua sala, que dava para a rua e, em frente, uma dessas igrejas pentecostais iniciava os seus “trabalhos” com cânticos. Apontou-me:

— Deixe de ser besta. Você se mata aqui no *Clube do Livro*. Procure ficar rico, Caio. Falo sério. Ah, se eu tivesse a sua idade... Funde uma religião. Veja ali em frente, aqueles idiotas dando dinheiro para um pastor, um sabidão qualquer. Faça com você um trato: você funda a seita ou coisa parecida e eu faço a bíblia. Ah, se eu fosse mais jovem... Pode ir.

Não sei se ele fundaria uma seita. Mas que ele era *vivo*, era. Possivelmente queria dizer com o pequeno sermão que eu devia meter os peitos na vida, sem medo.

Eu apenas continuei encolhido na minha carteira, uma montanha de serviço para dar andamento.

E vez por outra ele me perguntava:

— E então, Caio, quando abre a igreja?

S. Paulo. Reescrito de trabalho publicado na época do seu falecimento.

João Antônio

No final do anos 50 o escritor Ricardo Ramos, que dirigia o suplemento literário do jornal *Última Hora*, de São Paulo, promoveu um concorrido concurso de contos de Natal. Três contistas foram classificados: eu, Julieta de Godoy Ladeira e João Antônio. A Editora Cultrix, que patrocinou o concurso, ofereceu um coquetel no salão da própria editora, ao fim do qual saímos, eu e João Antônio, pelas ruas da cidade, entrando em botecos.

Foi o meu primeiro encontro com ele. Foi o começo de uma amizade que se estreitaria ao ponto de João Antônio, muito jovem e à procura de emprego, chegar-se à minha família, freqüentar minha casa e o escritório dos meus irmãos Manoel e Luiz Mauro, na Rua Barão de Paranapiacaba, para datilografar os contos que andava escrevendo.

Numa tarde de muito calor, convidou-me para uma cerveja. Atravessamos o Viaduto do Chá, descemos para a Rua Formosa e entramos num bar pegado ao Cine Cairo. O garçom trouxe a cerveja e ele pediu:

— Me traga também um papel de embrulho, novo.

Com um lápis, João Antônio começou a esboçar um mapa de bairros da cidade e a falar de três malandros a percorrê-los.

— Estou com esta história na cabeça. São três tipos: Malagueta, Perus e Bacanaço.

Falou muito, riscou muito, bebemos muito.

— O que você acha?

— João Antônio, estou metido com uns contos regionais. Tenho pouco tempo de São Paulo.

No dia seguinte, apareceu no escritório com rascunhos em vários bolsos e em papéis amarfanhados. Foi direto para a máquina e começou a dar ordem àquilo. Não falava em outra coisa. A novela que escrevia era uma obsessão.

Creio que foi o trabalho escrito por João Antônio com maior amor e com muita dor. Semanas, meses, escrevendo, reescrevendo, mudando, rasgando. Encheu uma das gavetas da mesinha da máquina de escrever de rascunhos desordenados, parte deles entregue à poetisa Ilka Brunilde Laurito, sua amiga querida, para que ela também opinasse.

Não demorou muito tempo entrou ele espavorido no escritório:

— Caio, perdi tudo. A minha casa pegou fogo e perdi o único original do *Malagueta*. Não tenho cópia.

Por pouco não joguei no lixo os rascunhos que ele guardara na gaveta da mesinha da máquina. Apontei:

— Os rascunhos estão ali. Quase joga fora. A Ilka deve ter alguma coisa.

Ele espalhou tudo aquilo num sofá.

— Puxa vida. Graças a Deus.

Levou tudo e trancado numa sala da Biblioteca Municipal Mário de Andrade reescreveu toda a novela. Tinha o material bruto em mãos, a versão quase definitiva.

Refeito o trabalho, montado o livro, fizemos a revisão final para publicação pela Editora Civilização Brasileira, do Rio, num sábado inteiro, no escritório da Agência Petinatti de Publicidade, Rua Conselheiro Crispiniano, quase frente ao *Mappim*, onde conseguira emprego com o escritor Jorge Rizzini.

Além da novela, sua menina dos olhos, tinha particular agrado pelos contos *Meninão do Caixote*, *Fujie* e *Afinação da Arte de Chutar Tampinha*.

A amizade perdurou sem interrupção. Adorava o mundo da gente simples, classe baixa e desendinheirada. Descobria tipos exóticos. Tudo o que rompia com os padrões estabelecidos, com a falsa moral burguesa, lhe agradava, embora andasse sempre bem vestido e engravatado. Divertia-se com o mundo da malandragem, observava-o com agudo olho crítico, extraía dele o seu lado um tanto chapliniano. Era a matéria viva da sua arte, mais do que a outra, que se escondia nas sombras dos problemas sociais.

Depois de uma primeira fase no Rio, voltou definitivamente para lá.

Veio, então, a etapa da correspondência. Uma correspondência intensa, sem interrupção, que perdurou pelo resto da década de 60, toda a década de 70 e parte da de 80. Com o tempo, ele lá e eu aqui, tudo acabou nos raros encontros pessoais, quando ele vinha a São Paulo.

Guardo do amigo seis pastas de cartas, passando de cem, caminhando para duzentas. Assuntos variadíssimos, que vão da crítica às editoras, às suas aperturas financeiras, à saudade do início da sua carreira, às queixas por tudo e por nada, ao simples ato de escrever por escrever.

Difícil selecioná-las para um trabalho como este. No seu conjunto, pode-se compreender melhor a sua personalidade e a sua irrequieta vida de escritor.

Tenho duas delas falando-me do seu casamento, numa declarando que só ia à cerimônia porque era obrigado. Marília, criatura doce, deu-lhe um filho. Anos depois, ela e o filho foram morar nos Estados Unidos. João Antônio passou por outros amores. Mas, nos momentos de aflição ou solidão, era para Marília que telefonava e apelava.

Numa outra carta conta da proibição médica de beber. Complicação no fígado. Não chegara aos trinta anos. Esse problema se agravaria e o atormentaria pelo resto da vida. Mas do copo ele não se afastou.

Os anos se passaram, a correspondência continuou intensa, e quando nos encontrávamos, casualmente, no Rio ou em São Paulo, sempre tirávamos uma noite para uma conversa mais longa. Numa dessas, num encontro na “Oficina da Palavra — Casa Mário de Andrade”, na Barra Funda, em São Paulo, voltou a desabafar:

— Continuo sem poder beber, Caio. Uma merda.

— E você bebe?

— Claro. Viajo muito. O que que eu vou fazer? Água?

Cresceu nas letras, fez sucesso no exterior, mas nas suas cartas, volta sempre, como uma obsessão, ao seu livro de estréia — *Malagueta, Perus e Bacanaço*.

E como em certo trecho de uma delas relembra o incêndio da sua casa, que queimou os originais do seu livro de estréia, e isto me recorda o seu olhar espavorido, entrando no escritório, exclamando: “Caio, perdi tudo. A minha casa pegou fogo e perdi o único original do *Malagueta*. Não tenho cópia.” — “Os rascunhos estão ali. Quase jogo fora. A Ilka deve ter alguma coisa” — paro por aqui estas curtas citações de uma correspondência, sobretudo afetiva, amiga, sem falsos elogios de ambas as partes, e que se prolongaria até meados da década de 80. As cartas passaram a ser raras, mas sempre no mesmo tom, naquela sua maneira de escrever, misturando assuntos, jogando no papel o que vinha na cabeça. Pula de uma frase belamente construída para outra cheia de palavrões. Pouco me falava dos seus sucessos literários e eu pouco lhe falava das minhas possíveis vitórias. Nunca falava da sua vida amorosa, um pouco dos seus projetos, e eu me comportava da mesma maneira. Porque é uma sucessão de cartas amigas, nascidas de uma afetividade muito particular, que começou com o porre que tomamos na saída da Editora Cultrix, após a festa de entrega dos prêmios do concurso literário promovido pelo escritor Ricardo Ramos.

Difícil, pois, transcrever trechos delas, porque ele fala muita coisa numa só carta, muitas delas longas. Talvez visse em

mim, ou através de mim, inconscientemente, o nascimento dos seus três malandros queridos. Tão queridos que *Abraçado ao meu rancor*, ao meu ver o seu melhor trabalho depois do *Malagueta*, é, em essência e no fundo, o rancor e a raiva de não mais conseguir ligar o presente ao passado, ao começo da sua carreira.

Vi-o, pela última vez, na Bienal Internacional do Livro, de 1996, aqui em São Paulo. Levantou-se da mesinha onde autografava e quase me segredou, depois do abraço:

— Preciso falar com você. Não vá embora.

Mas fui a outro pavilhão e encontrei um amigo que podia me deixar em casa de carro. Aproveitei, certo de que, no dia seguinte, falaria com ele na Bienal. Mas ele voltou para o Rio.

Morreu pouco tempo depois.

Não chegou aos sessenta esse escritor notável, que nasceu com o nome de João Antônio Ferreira Filho, de família modesta, em modesto bairro de São Paulo.

Parece que o estou vendo, sempre com aquele sorriso maroto...

S. Paulo. Resumo reescrito de trabalho publicado em revista da Unicamp, em sua homenagem.

Braga Montenegro

Relendo *As Viagens e Outras Ficções*, volume que reúne os trabalhos de ficção de Braga Montenegro, parece que estou vendo a figura do querido mestre e amigo. A afetuosa dedicatória, já com letra imprecisa, porque o mal de Parkinson o martirizava há anos, me trouxe uma grande saudade dele. Físico mirrado, falar meio apressado, meio gaguejado. Um gigante das letras e, em particular, da crítica literária do País.

Visitei-o, pela primeira vez, na sua casa da Rua Pe. Quinderé, em Fortaleza, lá vão muitos anos, em companhia do Carlos Pontes, foca de jornal como eu. A conversa e as doses de uísque entraram pela noite. Eu me embebedava e o Braga lia, naquele seu jeito atropelado de falar, uma das novelas do seu livro, ainda inédito — *As Viagens*.

Firmou-se entre nós uma amizade muito grande. Eu era a sua companhia quando ele vinha a São Paulo. Eu freqüentava muito a sua casa, quando ia a Fortaleza. Trocamos cartas anos afora. A amizade tornou-se tão fraterna, que ele se abria em laudas e mais laudas depois que a doença o atacou. Contava-me casos corriqueiros. O mesmo eu fazia. Quase semanalmente um vai e vem de cartas longas. Em muitas delas, pequenos ensaios e estudos literários do Mestre. Comentários de obras lidas com a mesma argúcia, finura e elegância que fizeram dele um dos maiores da crítica literária no Brasil. Mandava-me suas histórias curtas e pedia a minha opinião. Nas ocasiões

em que opinei pessoalmente ouviu-me com atenção e fez anotações. Eu procurava tirar o corpo fora:

— É apenas a minha opinião, Braga. Sem maior importância.

Ele contestava imediatamente:

— Não, não. Vá falando, vá falando...

Fez comentários longos sobre vários livros meus ainda no original. E dos contistas que residiam em São Paulo fazia particular elogio a Ricardo Ramos, Jorge Medauar, João Antônio e Herman José Reipert.

Vinha, há anos, escrevendo um romance — *Jereraú*. Quando o Parkinson o atacou com mais violência contou-me que precisava concluir o livro e não tinha mais saúde para isso. Faltava pouco para concluí-lo. Pedi, insisti, implorei que me entregasse o pacote de originais que eu os poria em ordem em São Paulo. Sugerí até que, através de cartas, me fosse enviando lentamente os últimos capítulos que eu os poria em ordem. Prometeu. Mas a doença era uma preocupação muito mais presente. E os originais acabaram se perdendo.

Visitei-o, pela última vez, em companhia do escritor Moreira Campos. A doença, já avançada, provocava-lhe tremores incontroláveis no braço e na perna.

Sáímos arrasados. Moreira Campos mais do que eu, a ponto de, batendo-me na perna, dentro do carro, desabafar:

— Seu Caio, estou doente. Não posso ver o Braga assim.

Faleceu de uma mal sucedida operação em Buenos Aires, na ânsia de livrar-se da doença.

Era filho de Maranguape, no Ceará, onde nasceu em 1907, e nos deixava aos setenta anos.

Muito aprendi com o querido mestre e amigo. Naquele corpo mirrado, um mundo de sabedoria e simplicidade. Embora um tanto perfeccionista, era o mesmo homem simpático e de ar feliz ao proferir uma bela conferência, receber os amigos na sua casa ou ouvir, deliciado, uma boa anedota. Autodidata,

inteligência privilegiada, um vulto da sua terra, do seu País, que viu longe e em profundidade o mundo em que viveu.

Buscando pôr em ordem o grande volume de cartas que dele recebi, encontrei um dos seus contos. Inédito. Mandou-me para apreciá-lo e por algum motivo não o devolvi.

Se vier a público, Mestre, desculpe se não lhe pedi autorização para isto.

*Reescrito de trabalho publicado em Linguagem Viva,
São Paulo, abril, 1991.*

Sérgio Milliet

Conheci-o através do contista João Antônio, numa manhã movimentada de meio de semana, no Paribar (célebre local onde se reuniam escritores nas décadas de 50 e 60), atrás da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, onde ele tinha cadeira cativa. Eu escondia a minha timidez apertando o meu livro de estréia — *Trapiá* — debaixo do braço. João Antônio fez a apresentação, encolhi-me num canto da cadeira, e esperei. João elogiava o meu livro, pedia que Sérgio o lesse, e eu insistia bobamente que não valia a pena e procurava escondê-lo ainda mais debaixo do braço. Sérgio olhou-me, sorriu, um sorriso simples e camarada, com aquela cara de “coelho manso”, e eu lhe entreguei o livro. Ofereceu-me uma bebida, um uísque, que aceitei de pronto, pois precisava dele com urgência, e duplo. Então Sérgio Milliet, cujos volumes do seu *Diário Crítico* eu já lera quando ainda residia no Ceará, voltou a conversar com a grande roda em torno dele. Foi-se um, foi-se outro, João Antônio também se foi, e eu me vi só com ele. Virou-se para mim, folheou o livro, sabia já do seu lançamento pela Editora Francisco Alves. Perguntou de onde eu era e quis saber notícias dos seus amigos de Fortaleza. A conversa se encompridou e eu fui enchendo a cara de uísque. Cheguei a discordar dele em alguns pontos da conversa, levado pelo en-

tusiasmo do inesperado da acolhida e pelo estímulo dos vapores etílicos. Conversávamos de igual para igual, ele Sérgio Milliet e eu um matuto nordestino estreante.

Saímos depois conversando, lá pelas duas da tarde, pela Rua Marconi, e quando dele me despedi, o chão fugindo dos meus pés, porque apenas bebera e nada comera, a alegria me palpitava e me sentia feliz. O mestre Sérgio Milliet, que me parecia inatingível, revelara-se, de repente, a criatura mais simples e humana do mundo.

Hoje, passados tantos anos, que esse encontro se deu em 1961, recordo com emoção as tolices sem conta que, com ares de literato, soltei naquele dia para Sérgio e que ele as ouviu com atenção e procurou rebatê-las, numa conversa amiga. Isto para mim foi uma lição de humildade e simplicidade para o resto da vida.

Dezenas de outros bate-papos longos tivemos. Descobriu o meu *hobby*: música popular brasileira. Quando me tornei secretário administrativo da União Brasileira de Escritores, em 1963, ele sempre aparecia lá e antes de se dirigir ao bar da entidade, fazia-me sinal:

— Depois vamos lá.

Referia-se ao *Clube dos Artistas*, para onde ia todas as noites, nos baixos de um prédio da Rua Major Sertório, um pouco escondido do mundo de boates que “fervilhavam” naquela zona.

No *Clube dos Artistas*, que freqüentei bastante, dezenas ou centenas de vezes batuquei marchinhas e sambinhas nas mesas. Sérgio ouvia meio embevecido e espantava-se:

— Não sei como você consegue decorar todas essas letras...

Tirava-me da roda de amigos, levava-me ao pianista do Clube:

— Cante aquela, Caio.

Eu já sabia da sua preferida:

*“Venho danado nos meus calos quentes,
todo enforcado no meu colarim...”*

Cantei para ele este samba um milhão de vezes, ao lado do pianista, ao toque de caixas de fósforos, ao ritmo de talheres em mesas cheias de copos...

Prometeu-me várias vezes:

— Qualquer dia comento o seu livro.

Publiquei um outro, o romance *O Sal da Terra*, em 1965, e a promessa, nunca cumprida, continuava de pé, agora para os dois livros. O que ele queria mesmo era ouvir as músicas que eu sabia e mais uma vez *Boneca de Piche*. Bom de copo. *Paribar* a partir das 11 da manhã e *Clube dos Artistas* à noite. Isto nunca prejudicou a publicação de suas crônicas diárias n' *O Estado de S. Paulo* e a continuar a lançar livros, inclusive *40 Anos de Poesia*, seleção de seus poemas, com prefácio de Antônio D'Elia.

Mas todos viam, todos comentavam, que ele, por motivos particulares, estava se entregando, numa convivência festejada com a fina flor da intelectualidade da cidade, pois todos o admiravam, mas numa convivência muito mais amigável e solitária com o copo.

Apenas uma única vez eu o vi discordar com mais firmeza numa mesa larga, um grupo grande discutindo sobre um escritor francês, que eu nem conhecia. Apontou para o exaltado:

— Meu amigo, você está totalmente errado. A expressão não é essa. Português e francês para mim são a mesma coisa.

Ponto final. Todos sabiam da cultura daquele homem, que residira oito anos na Europa e publicara os primeiros livros em Genebra e Antuérpia.

A última vez que o vi ia noite alta e quase todas as mesas do Clubinho, como chamávamos o *Clube dos Artistas*, estavam vazias. Conversamos pouco sobre literatura. Recordo bem da sua afirmação:

— O maior escritor brasileiro é Guimarães Rosa... *Grande Sertão Veredas* é um monumento.

Duvidei do seu entusiasmo:

— Será?

Respondeu-me exatamente isto, antes de se retirar:

— Sabe de uma coisa? Leio esse livro todos os dias, antes de me deitar. É a minha bíblia.

Sérgio Milliet da Costa e Silva, nascido em São Paulo a 20 de setembro de 1898, morreria poucos dias depois, a 9 de novembro de 1966.

Reescrito de Linguagem Viva, São Paulo, maio/1998.

Juarez Barroso Ferreira

Ganhamos juntos, eu, Juarez e Fontes Ibiapina, o concurso nacional de contos do Boletim Bibliográfico Brasileiro, em 1958. Juarez surgia com trabalho *diferente*, um jeitão de escrever que seria a sua marca personalíssima em toda a sua vida de jornalista e escritor.

Conheci-o logo depois em Fortaleza, onde fui em longas férias. Juarez trabalhava na *Gazeta de Notícias*, queixava-se dos poucos caraminguás que ganhava e sonhava em se mudar para o Rio. Um tio meu dirigia em Fortaleza o jornal *O Estado*, e eu, em férias, sem ter o que fazer, vivia peruando à noite pela redação. Invariavelmente o telefone tocava, por volta das dez: “Vamos tomar umas e outras?” Juarez apanhava-me no jornal, vinha do seu plantão na *Gazeta*. Atravessávamos a Praça José de Alencar, seguíamos pela Rua Guilherme Rocha e ficávamos ali, nós dois, na mesa do canto, lá no fundo daquele bar perto da Praça do Ferreira, na Rua Floriano Peixoto, quase pegado ao *Excelsior Hotel*. As garrafas acumulavam-se no mármore. Eu lhe mostrava os contos do meu *Trapiá* e ele me mostrava os contos do seu *Mundica Panchico e o Resto do Pessoal*. Trocávamos opiniões. E me garantia, nos fins de noite, lá pelas duas da manhã: “Vou para o Rio, velho. Isto aqui não dá”. Eu insistia: “Vamos para São Paulo”. “Rio”.

Casou-se. Mudou-se para o Rio. A saudade apertou. Voltou para Fortaleza. Trocamos dezenas de cartas, embora ele tivesse uma preguiça danada de responder até cartão de festas.

Voltamos a nos encontrar em Fortaleza. Apresentou-me a esposa, os filhos pequenos, ofereceu-me um almoço deste tamanho em sua casa, lá para os lados de Jacarecanga. Casa boa, de portas e janelas abertas, pouquíssimos móveis, e ele, Juarez, a me convidar a continuar bebendo, dois copos e uma garrafa de conhaque na mão. Tomamo-la inteira, debaixo de um calor de dezembro, não comi quase nada e fiquei meio grogue.

Dias depois, no mesmo bar pertinho da Praça do Ferreira, apresentou-me, sem muita graça, um calhamaço de papéis mal datilografados: “Eu acho que é um livro. O título você conhece: *Mundica Panchico e o Resto do Pessoal*. O Braga Montenegro gostou. O Moreira Campos também. E a turma toda. Veja o que você acha”. Fui à fazenda e voltei entusiasmado: “Juarez, meu velho, vou levar o seu livro para São Paulo. Vou publicá-lo. Você vai ver”. Mostrou-se cético: “Pode levar”.

Em São Paulo mostrei-o a meio mundo. Paulo Dantas ajudou-me. Vali-me de outros colegas escritores e de editores conhecidos. Mas a crise editorial já começava no País.

Só depois, bem mais tarde, instado por amigos, inclusive por mim, por Braga e Moreira Campos, concorreu ao prêmio José Lins do Rego, da Editora José Olímpio, e conquistou o primeiro lugar com o livro de estréia. Dedicou-me o conto *Estória de D. Nazinha e de seu Cavalo Encantado*, porque em torno do assunto travamos longas discussões regadas a cerveja.

Vi-o, pela última vez, pouco antes de sua morte, no Rio, quando almoçamos num restaurante perto da Academia Brasileira de Letras. Recebi a notícia da morte em Fortaleza, na minha cidade, na sua cidade, onde nos conhecemos e nos tornamos irmãos. Lamentavelmente não fui ao seu enterro porque um compromisso inadiável ausentou-me da capital.

De volta a São Paulo, encontro o exemplar do seu livro *Joaquim Gato*, com afetuosa dedicatória datada de poucos dias antes de sua morte, que se deu em agosto de 1976, aos quarenta e um anos de idade.

Guardei comigo, como recordação maior do querido amigo, os originais amarfanhados da primeira versão do *Mundica Pan-chico e o Resto do Pessoal*. Comparando com a publicada verifiquei que Juarez fez modificações continuadas, frase por frase. E o livro já era excelente quando o seu talento jogou-o no papel na primeira assentada... Dei os originais de presente à escritora Técia Montenegro, admiradora de Juarez e excelente contista.

Juarez, de minha parte, pede não um perfil como este, rápido e desalinhavado, mas trabalho mais longo e detalhado, porque fomos muito amigos e a sua literatura é de primeiríssima qualidade.

Quem sabe um dia...

Remontado de artigo escrito em 14/1/76 e publicado no Unitário, de Fortaleza.

Marcos Rey

A literatura brasileira perdeu recentemente o escritor Marcos Rey. Estreou nas letras em 1953 com a novela *Um Gato no Triângulo*, escrito em 1950, aos vinte e quatro anos de idade. Embora tenha surpreendido a crítica pelo inusitado do tema, onde os conflitos amorosos chegam às paixões sufocantes e extremadas, e pela riqueza de detalhes oportunos e fotográficos da vida das personagens, tudo vazado em linguagem cristalina, guardou ele um silêncio de sete anos, retornando ao livro somente em 1960, com o romance *Café na Cama*, que firmaria de vez o seu nome nas letras e mostraria ao público e à crítica, com as quatro edições sucessivas da obra, que veio para ficar. E mostraria mais: era um escritor *diferente*.

Vindo do rádio, da publicidade, da ciranda pelo teatro e televisão, Marcos Rey trouxe para a sua ficção toda essa linguagem múltipla, que, sedutoramente, seja no romance, na novela curta ou longa, mostra-se aparentemente dispersa, todavia una no treliçado das ações e dos conflitos criados. Tendo por cenário o universo urbano, ninguém como ele desceu tão fundo e compreendeu tanto a vida e a alma da cidade de São Paulo, muito embora, às vezes, não dê contornos geográficos às suas histórias. Partindo sempre do disfarce para não descrevê-la, valendo-se dos aparentemente banais conflitos humanos dos que a habitam, Marcos teceu, na sua obra notável, um labirinto de verdadeiros espetáculos vívidos e palpitantes deste

mundo meio caótico da cidade grande, que vão da comédia, do *vaudeville*, da reportagem, da ópera buslesca, do problema social, da crônica, do mistério, do policial, do psicológico, ao drama dorido, à angústia e à dor. Tudo cai bem e é oportuno em quaisquer dos seus livros. E tudo se transmuda em ficção de primeiro plano, palpitante e personalíssima. E a cidade, toda ela, ilumina-se e se cobre de sombras.

Pode-se dizer, sem erro, que cada livro de Marcos Rey é uma novidade criadora e uma inovação literária. Com sua ótica sensível e muito abrangente, fez o que quis — e extraordinariamente bem — no campo das letras. Valia-se até do folhetim para chegar ao coração da personagem. Uma verdadeira lançadeira nos diálogos precisos e vivos, linguagem es-correita, aparentemente amena e sub-repticiamente vibrátil. Pode-se ainda acrescentar que ele dava uma aula de como fazer excelente ficção.

Marcos Rey é perfeito retratista de tipos decadentes da sociedade burguesa paulistana, das aflições deles em encontrar saídas para continuarem vivendo; é o fascinante escritor que se abeberou nas fontes machadianas e na valiosa geração de escritores norte-americanos dos anos trinta e quarenta. Além de romancista e cronista, é na novela curta onde o seu fuso veloz de criação se mostra mais dinâmico e espelhante; o vezo policial e de mistério, para além do psicológico, está quase sempre presente nas histórias. É um estilista personalíssimo, “metralhante”, de “fácil” leitura e perturbadores ent- trechoques de desencontros e paixões; é o escritor da grande cidade, esta enorme aldeia de alcance universal. Mas não é, nunca foi e nunca se aproximou da chamada “literatura margi- nal”, dos botequins e da arraia-miúda, tão ao gosto de outros bons escritores. “*Nada me agrada mais que interromper uma garga- lhada ou revelar, de súbito, a face hilariante do que foi escrito para provocar lágrimas,*” assim afirma o escritor em entrevista inserida no livro *Esta Noite ou Nunca*.

Essa descontração emocional, essa variedade de enfoques, levaram-no à literatura juvenil, onde se tornou “avassalador”, conquistando um público enorme no País inteiro, através de duas dezenas de livros do gênero e milhões de exemplares vendidos.

Marcos Rey participou da fundação da União Brasileira de Escritores, integrou várias diretorias e incorporou-se intensamente à vida da entidade, particularmente nos anos sessenta. Por sua iniciativa foi criado o prêmio *Juca Pato*, em 1962, que veio a se transformar na maior láurea dada a um escritor nacional. Acabou por ser também agraciado com ele, pela publicação do livro *Os Crimes do Olho-de-Boi*, tornando-se Intelectual do Ano de 1995, em disputa memorável com o escritor Darcy Ribeiro, que concorreu com a obra *O Povo Brasileiro*.

Ganhou vários prêmios literários ao longo da sua carreira. Membro da Academia Paulista de Letras. Nascido em São Paulo a 17 de janeiro de 1925, irmão do romancista Mário Donato, recebeu no batismo o nome de Edmundo Donato, obscurecido e anônimo diante do “nome de guerra” literário Marcos Rey, que todo o País passou a admirar e amar.

Conheci-o logo quando entrei para a secretaria administrativa da União Brasileira de Escritores, em 1963. Já na primeira noite, após a reunião de diretoria, tomamos uns uísques no bar da entidade e fomos para o *Clube dos Artistas*, o célebre Clubinho dos intelectuais. Estatura mediana, alvo, cheio de corpo, sem ser propriamente gordo, segurava o copo com ambas as mãos, porque tinha os dedos atrofiados, o que não o impedia de escrever. Gostava de boas piadas, ele próprio um bom piadista. Riso meio maroto, voz um tanto nasalada. Fomos amigos a vida inteira. Escreveu as orelhas do meu livro de contos *Chuva (Os Dez Cavaleiros)* e eu publiquei mais de uma resenha sobre os seus livros. Quando lia uma delas, telefonava-me:

— Caio, continuamos quebrando as estruturas.

Nunca soube o que ele queria dizer com isto, mas concordava.

Casado com Palma Bevilaqua Donato, doce e meiga criatura, seu anjo da guarda, faleceu na cidade onde nasceu a 1º de abril de 1999. Não deixou filhos. Deixou uma legião de amigos, porque Marcos não sabia criar desafetos, e uma obra primorosa, para adultos e para crianças, que varará os anos, ponto luminoso, com todas as suas nuances, da alma paulista e brasileira.

Resumo de trabalho publicado da revista LB, quando do seu falecimento.

Heitor Ferreira Lima

Heitor Ferreira Lima foi um desses jequitibás que compõem a paisagem histórica do País ao correr do século vinte. O humilde filho de Mato Grosso, onde nasceu em 1905, na cidade de Três Lagoas, e paulista a partir da fase mais trepidante de sua vida, deixou-nos com o mesmo vigor intelectual e pertinácia de viver que marcaram o longo caminhar da sua existência. Os homens de valor, que contribuem decisivamente para a história e o progresso do seu tempo, possuem essa característica notável: uma coerência de idéias e uma uniformidade de comportamento, perante a sociedade e a vida, que, por si, os destacam dentre os demais. Heitor Ferreira Lima é dessa equipe.

Historiador, economista, sociólogo, literato, pensador, Heitor Ferreira Lima, pelo que nos deu, através da sua obra, já teria cumprido, meritoriamente, sua missão há muito tempo. Mas Heitor, sendo daquela velha e boa estirpe, não parava nunca. A sua inquietação criadora se renovava de livro para livro, de artigo para artigo.

O que se admirou em Heitor, o que admiramos em homens assim, é a humildade, feita não de orgulho contido mas da convicção plena das suas idéias e da dinâmica continuada de saber bem expô-las.

Antes de conhecê-lo pessoalmente, conheci-o através de seus livros e trabalhos publicados em jornais. E vi-o pela

primeira vez, apontado por um amigo, andando vagarosamente pela calçada do Viaduto Maria Paula. Pareceu-me muito lento naquele caminhar meio indeciso. Depois, quando vim a conhecê-lo pessoalmente, a primeira impressão mudou, mas só em parte. Era o mesmo homem calmo, vagaroso, enganosamente lento. É que Heitor era dos sábios que tinham capacidade de ouvir com atenção beneditina, e eu sou um inquieto falador sem freios. Saber ouvir é uma arte e uma ciência. Heitor era desses que sabiam ouvir com atenção de quem analisa cada frase ouvida. Concordando, não discutia, apenas concordava em poucas palavras. E quando contestava, destruía calmamente, com as mesmas poucas frases precisas e argutamente bem postas, toda a argumentação ouvida.

Em *Caminhos Percorridos*, livro de memória política, Heitor Ferreira Lima narrou toda a sua vida feita de lutas e forjada em muitos sacrifícios, e se debruçou, para além da sua militância política, sobre um período da nossa história, décadas de 20 e 30, quando os vagidos do movimento operário, surgidos da industrialização nascente, assinalavam o nascimento de outro tipo de nação, que começava a deixar de ser uma grande fazenda. Heitor foi soldado da primeira linha de fogo desse período rico e tumultuado da história social e política do Brasil. Exerceu função de liderança e sofreu conseqüências em face disso. Mas o belo, nesse belo livro, é que o autor não se põe de herói nem de vítima. Apesar da militância ativa no tumulto dos acontecimentos, ele expõe os fatos dentro de um equilíbrio nobre e sem paixões, que transforma a memória num filme dinâmico e palpitante.

As personagens e os cenários, todos reais e verdadeiros, parecem, pela força expressiva e elegância literária, tirados de um trabalho de ficção. Vê-se então que é possível, em livros assim, contar a verdade dos fatos, libertando-os das asperezas de análises mais ou menos confusas e duvidosas. É um livro que é parte da nossa história e é bem ele mesmo,

Heitor Ferreira Lima. Aquela consciência lúcida, aquela prudência que não é dúvida, aquela precisão no *como dizer* que é bem complemento de quando ele conversava, estão presentes no livro.

Certa vez, discuti longamente com amigos sobre trotskismo. Foi um nunca acabar de teorias descontraídas, mistura de revolução permanente, leninismo, estalinismo, o diabo. No final, não foi troca de idéias: foi quase uma troca de insultos e pretensos conhecimentos teóricos do marxismo e de economia política. Encontrei Heitor poucos dias depois e pedi que ele me desse sua opinião sobre o assunto. Foi um aula maravilhosa de não mais do que vinte minutos, sem tomar partido, sem bancar o doutoral: apenas, em poucas palavras, a colocação precisa e simples do campo teórico em que se situou o revolucionário tragicamente desaparecido no México.

Assim era a inteligência lúcida e nobre desse homem puro e de têmpera bem forjada, lenda integrada na história do Brasil. E, como todo homem assim, conservava sempre os seus hábitos simples, tomando a sua dosezinha de uísque, conversando com qualquer um, com a mesma atenção e finura, do ministro ao engraxate.

Tive, ao longo da vida, o privilégio de conhecer figuras desse naipe. Afonso Schmidt foi uma delas. Sérgio Milliet outra.

Heitor Ferreira Lima é desse time. Uma simplicidade feita de sabedoria. Uma vida que não é apenas um exemplo de vida, porque inserida, e permanecerá assim, na própria vida do País.

Parece que estou vendo esse bravo homem, que chegou a exercer a secretaria geral do velho PCB, nos vagidos do seu nascimento, ao lado de nomes como Astrogildo Pereira, e depois, abandonada a militância, residiu até a sua morte em São Paulo; parece que o estou vendo, chamando-me com

insistência para irmos até ao bar da UBE tomar uma dosezinha de uísque.

Resolveu nos deixar a todos aos 85 anos de idade.

*Resumo de trabalho publicado no livro Combates na História
(A trajetória de Heitor Ferreira Lima) Ed. Paz e Terra, 1990.*

Menotti Del Picchia

Eu o conhecia de encontros rápidos, quando ele comparecia a eventos na sede da UBE. Troca carinhosa de palavras e um respeito quase religioso de minha parte para com aquela figura que era uma lenda nacional.

Pois bem. Um dia ele me aparece na secretaria da entidade e me pergunta se eu poderia aposentá-lo como escritor. Soubera que eu andara conseguindo isto para outros com sucesso. Uns seguiam-se aos outros.

Foi a primeira conversa longa que mantive com o poeta. Foi meu primeiro contato direto com aquela criatura humaníssima. E foi, a partir de então, um nunca acabar e idas e vindas, eu e ele, por repartições, corredores e filas do INSS. Sentávamo-nos em bancos de espera, lá ficávamos encolhidos no meio do povo, que tossia, cuspiam no chão, um povão aflito à procura de uma pensão minguada. Menotti encarava aquilo com naturalidade e bom humor, conversava comigo, com os vizinhos de banco. Eu me afligia, reclamava da demora, e ele, na maior tranqüilidade:

— Paciência, Caio. Vai chegar a nossa vez.

Uma jovialidade, apesar dos seus quase oitenta anos, que me invejava.

Certa vez, na fila enorme, que não andava nunca, na repartição do INSS, à Rua Martins Fontes, à espera de uma nova

carteira de trabalho, aproximou-se de nós um funcionário e mostrou-se pouco cortês, examinando papéis:

— O senhor não tem um cartório?

— Tenho.

— E para que quer se aposentar como escritor?

Menotti abriu o riso, um riso meio irônico:

— Meu filho, quem tem direito a esse dinheiro da aposentadoria, eu ou o governo?

— Bem...

— Bem ou mal, meu filho, o dinheiro é meu. Por isto trate de desembaraçar os meus papéis, porque vim buscar só o que me pertence.

O rapaz saiu murcho e eu me virei:

— Menotti, o cartório não está com o seu filho?

— Caio, vou lá dar explicações a esse rapaz. O dinheiro não é meu? Acabou.

Nessa mesma repartição, outra ocasião, um calor dos diabos, gente que não acabava mais, alguém gritou:

— Senhor Menotti Del Picchia!

Aproximamo-nos. O funcionário pediu que o seguissemos. Abriu uma porta:

— O chefe quer falar com o senhor.

Entramos na sala. Veio lá de trás de uma carteira larga um homem robusto e curioso:

— Mas o senhor é mesmo o poeta Menotti?

— Sou.

O homem afligia-se:

— Venha, venha, doutor Menotti. Sente-se aqui. Não precisava o senhor ficar na fila.

Chamou alguém, quase aos berros. Aproximou-se uma moça e ele ordenou que tudo fosse desembaraçado imediatamente. Insistia, áspero:

— Logo, ouviu? Logo.

E voltava a lamentar:

— Mas o senhor na fila... no meio dessa multidão...

E Menotti:

— E onde eu deveria ficar?

O chefe curvou-se sobre a mesa, olhou os outros funcionários que trabalhavam, sussurrou:

— Posso dizer uma coisa para o senhor?

Menotti até se espantou:

— Claro.

E o homem, voz trêmula, declamou baixinho um trecho das *Máscaras*, belíssimo poema de Menotti, que ouviu calado e risonho, os olhos buliçosos por trás dos óculos traduzindo uma incontida emoção.

E assim acontecia. Quando ninguém o identificava, esperava e esperava beneditinamente nas filas. Quando era descoberto por algum funcionário do INSS, o que acontecia freqüentemente, tudo corria fácil, vinha até cafezinho. E Menotti não se alterava, aceitava tudo com a maior paciência e bonomia. Mas eu aprendi a lição. Era entrar numa fila, eu me aproximava do balcão:

— Quero falar com o chefe da seção. É muito importante. Ele vinha ou me chamava e eu me valia da arma poderosa:

— Está aí o poeta Menotti Del Picchia. Será que podia...

A resposta vinha logo:

— Mas claro. Cadê ele?

O poeta não se valia do seu cartaz, valia-me eu do cartaz dele.

No dia em que recebeu o documento final de aposentado, pegou-me no braço e falou-me ao ouvido:

— Vou lhe gratificar bem.

Falei que não precisava, era trabalho da UBE. Eu receberia, quando muito, uma garrafa de uísque. Mas Menotti, para minha surpresa, mostrava-se bem informado:

— O Judas Isgorogota lhe deu três garrafas de uísque, não foi? Maria José Dupré vai lhe dar um presente.

A certa altura, a escritora Maria José Dupré juntou-se ao Menotti e eu aposentei os dois.

E uma tarde ele entrou na secretaria da UBE e me entregou um envelope:

— Tome. Abra depois.

Conversou uma eternidade. E eu louco para abrir o envelope.

Foi ele sair e eu rasgá-lo. Lá estavam uma carta carinhosa, pouco mais que um bilhete, com as palavras mais doces e amigas que já recebi na vida, e um cheque de valor tão inesperado que arregalei os olhos e caí na cadeira, estatelado de satisfação.

Foi a única vez que recebi dinheiro por esse meu trabalho.

Esse belo poeta e essa grande figura humana deixou-nos em 1988, aos noventa e seis anos de idade.

*Refundido de trabalho publicado no Correio das Artes,
João Pessoa, Paraíba.*

Afonso Schmidt

Tomei conhecimento da existência de Afonso Schmidt nas letras nacionais quando ainda em Fortaleza, onde residia. Li o seu romance *Menino Felipe*. A obra muito me impressionou. E guardei pelo autor, de repente, uma estima inexplicável. Alguma coisa daquele livro se identificava comigo, e ainda hoje não sei onde e nem por quê.

Alguns anos depois, já em São Paulo, fui procurá-lo, muito timidamente, na redação do jornal *Notícias de Hoje*, na Rua do Carmo, para lhe mostrar alguns contos. Ele me recebeu com carinho e atenção. Leu os meus trabalhos e depois me olhou, separou um deles e foi incisivo, sem tirar (nunca tirava) o cigarro da boca:

— Você tem muito jeito, rapaz. Vou publicar este domingo que vem.

Saí do jornal de alma leve.

Voltei ao jornal algumas vezes para procurá-lo, mas nunca o encontrava, pois Schmidt tinha horário muito irregular.

Quando assumi a secretaria administrativa da União Brasileira de Escritores, passei a conviver com Afonso Schmidt quase diariamente. Ele freqüentava muito a entidade, pela manhã. Naquela época o restaurante da UBE fornecia almoço e se enchia de gente a partir das 11:30.

Afonso Schmidt chegava muito calmamente, aí por volta das 11 horas e se sentava perto da minha mesa de trabalho. Ia logo dizendo:

— Não interrompa o serviço. Continue, continue.

Mas não me deixava continuar. Puxava conversa. Falava particularmente da sua dieta, determinação médica. D. Virgínia, a concessionária do restaurante e ótima cozinheira, estava autorizada pela diretoria a preparar-lhe a refeição e não cobrar nada.

Por isto ele, com o passar dos dias, foi se encabulando e rareando sua presença à hora do almoço. Um dia lhe falei:

— Você tem vindo pouco, Schmidt.

Ele desconversou (fumando sempre, fumava desbragadamente), e acabou desabafando:

— Acho que a UBE está exagerando. Não quero dar trabalho a D. Virgínia.

Durante nossas conversas antes do almoço, referia-se sorrindo (mas eu sabia que com particular queixa) de certas injustiças que afirmava ter sofrido durante sua vida de jornalista. Eu insistia, que a minha curiosidade era grande, em saber por parte de quem e de quais jornais. Ele, com aquele seu tranqüilo modo de falar, mudava de assunto:

— Deixa pra lá, deixa pra lá.

De uma humildade franciscana. Foi eleito Intelectual do Ano de 1963 e acredito que talvez nem se tenha interessado por isso.

Certa vez, levado pela euforia de alguns drinques, lhe perguntei:

— Schmidt, quantas vezes você foi preso?

O mesmo sorriso e a mesma encolhida humildade:

— Adivinhe.

Por mais que eu insistisse, levado pela curiosidade, não falava muito da sua vida. Queria mais saber dos meus trabalhos. Conversa de igual para igual, embora a diferença de tudo: idade, cultura, fama, etc., que eu encontrara, também

nessa época, em Sérgio Milliet, e que me serviriam de exemplo para o resto da vida.

Quando foi eleito para presidente da UBE, em 1964, como cabeça de chapa das duas que disputavam a presidência, meu contacto com ele ainda mais se estreitou.

Presidiu poucas reuniões, mas as que presidiu chamou-me para ficar ao seu lado e me pedia:

— Me faça um favor: deixe-me no ponto do ônibus. Não ando muito bem de saúde.

O Luiz Toledo Machado já me solicitara isto, mas ele, durante a reunião, voltava a insistir:

— Você me leva, não leva?

— Claro.

Terminada a reunião, descíamos, ele me pegava no braço e saíamos conversando até a Av. Prestes Maia, porque o seu ponto de ônibus ficava em frente à redação da antiga *Última Hora*.

Numa dessas ocasiões, confessei-lhe:

— Sabe, Schmidt, estou escrevendo uma novela sobre salinas.

Ele se entusiasmou, pediu detalhes, quis saber sobre a vida dos salineiros e fez questão:

— Quero lê-la.

— Mas não está pronta.

— Assim mesmo.

— Então vou lhe trazer os originais.

Promessa feita e não cumprida, porque, logo depois, num sábado de manhã, um belo dia de abril, soube que falecera, à noite, de repente, diante da televisão, ouvindo um discurso do General Costa e Silva. Aqueles dias andavam quentes, o movimento de 1964 vitorioso.

Corri para a UBE. Abria-a. E passei o dia todo, das nove da manhã às quatro da tarde, atendendo telefonemas:

— O Afonso Schmidt morreu?

— Morreu.

— Que horas sai o enterro?

— Às quatro horas.

— De onde?

— Da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Repeti isto um milhão de vezes, que os dois telefones não paravam.

Antes das quatro horas, pedi a um amigo:

— Fique aqui fazendo plantão porque senão não consigo chegar perto do caixão. E quero ver o Schmidt mais uma vez.

Pois bem. O que vejo na Biblioteca? Três dezenas de escritores, familiares, diretores da UBE, representantes da *Folha*, que custeou o enterro. Umas três dezenas, se tanto.

Meia dúzia de carros levou Afonso Schmidt ao cemitério. E recordo-me quase em detalhes da oração vibrante e inflamada de Cid Franco à beira do túmulo. Oração para pouquíssimas pessoas.

Pelos telefonemas recebidos, calculei eu que umas quatrocentas pessoas afluiriam para ver Afonso Schmidt. Nem dez por cento.

Aqueles dias andavam quentes. E Afonso Schmidt, que lutou bravamente por um ideal, e sofrera tanto por ele, preferiu sair da vida para não assistir a história de um movimento que perdurou, fardado, 21 anos no poder.

Resumo de trabalho publicado no Diário Popular, São Paulo, 8/6/84.

Henrique L. Alves

Encerro esta série de retratos de personalidades das nossas letras que não alcançaram o terceiro milênio, e que os conheci de perto, prestando uma homenagem a um paulistano, nascido em 1931, e que nos deixou em 1997. Trata-se de Henrique L. Alves. De nascimento Henrique Losinskas, porque tinha ascendência lituana. Mas como Henrique L. Alves ficou conhecido no mundo das letras e assim assinou todos os seus trabalhos.

Não é fácil falar de uma personalidade múltipla como ele foi. Era uma roldana. Estava presente em todos os lugares, os mais variados, do meio literário: lançamento de livros, conferências, debates, em qualquer evento que tivesse um mínimo de tintura cultural. Homem simples e extremamente humano. Multiplicava-se, multiplicou-se sempre, de uma maneira espantosa. Correspondia-se com escritores do País inteiro, pertencia a diretorias de várias entidades, presidiu mais de uma vez a Associação Paulista de Críticos de Arte, e na União Brasileira de Escritores foi secretário-geral, várias vezes vice-presidente e exerceu a presidência na gestão março/92 a março/94. E na presidência conseguiu realizar o II Congresso de Escritores de Língua Portuguesa praticamente deitado num leito de hospital.

Conheci-o por volta de 1961, quando lancei o meu primeiro livro de contos — e ele estreava nas letras com o ensaio biográfico — *Cruz e Souza: o Dante Negro*. Manteve, durante muitos anos, uma coluna de notícias literárias no antigo *Jornal de*

Letras, parando apenas quando o jornal dos irmãos Condé, do Rio, deixou de circular.

É de espantar como podia ele multiplicar-se tanto. Parecia até possuir o dom da ubiqüidade. Chovesse ou fizesse sol, doente ou com saúde, solicitasse alguém os seus préstimos e lá estaria ele para cooperar com o mesmo ardor como se se tratasse de assunto de interesse pessoal. E de alguma forma era porque, no terreno das letras, aqui ou em qualquer canto do País, tudo lhe palpitava com imensa intensidade.

A União Brasileira de Escritores sempre se orgulhou de possuir, acumulado ao correr de décadas da sua vida, um fichário de endereços e telefones de escritores do País inteiro. Pois perdia para o do Henrique, que possuía endereços, telefones e sabia até a vida de escritores, de Jorge Amado a um poeta de poucas letras, lá dos cafundós do Judas, que rimasse *prefeitura* com *rapadura*. Sua biblioteca alcançava perto dos trinta mil livros. Só de obras autografadas para ele creio que possuía mais do que toda a minha biblioteca completa, que não é pequena. Nunca vi coisa igual na vida. E tudo aquilo à disposição de quem o procurasse.

Não é mesmo fácil falar dessa personalidade única, generosa, incapaz de um gesto menos nobre com alguém. Não é nada fácil falar desse querido amigo, quer em espaço curto ou num longo ensaio. É que ele foi um só, mas de muitas frentes. Alto, alvo, espigado, dada a sua origem, nunca vi, uma vez sequer, o Henrique com a cara de menos amigo. Dividiu a sua vida em apenas duas vertentes: dedicação total à família, à sua querida companheira Amália e aos filhos, e às letras. E no campo das letras também dividiu-se em dois: o *escritor* e o *agitador cultural*. Chego a me perguntar se Henrique L. Alves foi um só ou se vários espíritos benfazejos não estariam dentro dele. Apesar da aparência calma, tudo fazia com rapidez, conseguia tempo para tudo. Dormia poucas horas e às vezes virava acordado as 24 horas do dia.

Vítima de mais de um infarte, foi obrigado a submeter-se a uma operação coronária e recebeu pontes de safena. Não

demorou muito, em conseqüência da extração da safena, para substituir os vasos entupidos, veio a sofrer de erisipela. Com a perna direita inflamada ou não, lá estava o Henrique no meio do “agito” cultural. Obrigado a hospitalizar-se, foi vítima de erros médicos e de infecções. Resultado: perdeu a articulação da perna direita e passou a usar bengala. E de bengala continuou na mesma vida agitada: escrevendo seus livros e ensaios, de contos, de estudos sobre a cultura negra, de música popular brasileira, de... sei eu mais o quê; de participar das reuniões de diretoria das várias entidades às quais pertencia; de comparecer a eventos, de ajudar a quem o procurasse...

Ainda hoje custo a acreditar, e me parece impossível, o que ele fez para realizar o II Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. Deitado numa cama de hospital, sempre ao telefone, contrariando os médicos, comandou tudo. Cheguei a lhe sugerir:

— Henrique, ainda há tempo de adiar...

— De jeito nenhum.

No dia da abertura do Congresso, com o auditório principal do Memorial da América Latina lotado de personalidades e escritores de vários pontos do Brasil, dos sete países de língua portuguesa — além do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — Henrique, ao lado do Ministro da Cultura, que fôra receber no aeroporto doente como estava, não permitindo que ninguém fosse em seu lugar, começou o seu discurso breve com estas palavras:

— Peço licença para falar sentado, porque estou muito doente.

O auditório fez um silêncio tumular, depois saudou-o com uma salva de palmas.

Os médicos chegaram a lhe dizer francamente:

— Ou o senhor se deita e repousa ou não vai longe.

Ele pensou, pensou, perguntou:

— E se eu não me deitar?

— Não lhe damos mais do que um ano de vida. O seu coração não agüenta.

Decidiu-se, sem pestanejar:

— Pois vou viver esse ano.

E não mudou de vida.

Três dias antes de morrer, assistiu a uma reunião de diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a uma conferência do Acadêmico Israel Dias Novaes, na Academia Paulista de Letras, e, à noite, à reunião de diretoria da União Brasileira de Escritores, na qualidade de 1º Vice-Presidente da entidade. Perguntei-lhe:

— E a saúde?

Fez-me um gesto de mão, virando-a para um lado e para o outro, como quem diz: nada boa.

Faleceu quatro dias depois, num frio e chuvoso dia de maio de 1997. Final sereno, na sua cama, no seu lar, cercado da mulher e dos filhos. Além de dezoito livros publicados, muitas traduções, deixou mais de vinte separatas e plaquetas, sem falar nos artigos sem conta divulgados na imprensa.

Voou para o território sagrado dos deuses, que recebem, com carinho, os que, na Terra, trabalham, com amor e dedicação, pela arte e pela cultura, que dignificam e dão dimensão maiúscula ao ser humano. Certamente aconteceu com ele o que aconteceu com *Irene*, do breve poema de Manoel Bandeira. Vai aqui um arremedo de paródia em homenagem a esse grande amoroso e batalhador das nossas letras:

Henrique bom, Henrique amigo, Henrique generoso, Henrique voltado para o universo das letras e sua difusão País a fora. Parece que estou vendo Henrique entrando no Céu:

— Dá licença, São Pedro?

E São Pedro, bonachão:

— Entra, Henrique, você não precisa pedir licença.

(Resumo de vários artigos que escrevi sobre este agitador único das nossas letras).